

O REFERENCIAL



**LIBERDADE, DEMOCRACIA,
25 DE ABRIL**



CASA DA MOEDA



FÉNIX

HERÓIS E CRIATURAS
DA MITOLOGIA

AUTORA **ANA BISCAIA**



LISBOA R. Escola Politécnica, 137 • R. D. Filipa de Vilhena, 12 e 12-A

COIMBRA Rua Visconde da Luz 94, 96 e 98

PORTO R. Cândido dos Reis, 97

     www.incm.pt moeda.apoiocliente@incm.pt

CASA DA MOEDA

INCM
IMPRENSA NACIONAL CASA DA MOEDA



4 EDITORIAL

Cidadania: Onde Estamos? Aniceto Afonso | 4

10 ABRIL | 51 ANOS

50 anos do 25 de Abril e a sua expressão cultural | 10

Ideais de Abril permanecem vivos | 12

50 anos da lei de Imprensa | 16

Exposição temporária no Banco de Portugal | 17

Concerto da liberdade em Oeiras | 18

Olhares estrangeiros sobre a Revolução dos Cravos | 19

Feira do livro e exposição em Oleiros | 20

Anais do Clube Militar Naval | 21

Revista Portuguesa de História Militar | 22

Concurso de história militar para a juventude | 23

Exposições espalhadas por todo o país | 25

Revolução, feminismo e reparações | 26

A Festa (poema), Maria Virgínia Rodrigues | 27

Evocação em Nanterre | 28

Cartazes de Abril expostos na Alemanha | 29

25 de Abril (poema), Joaquim Simões | 31

32 ABRIL E OS JOVENS

Portugal: um navio a precisar de se reposicionar, Fátima Lopes Cardoso | 32

Jornalistas: resistir em nome da verdade, Diogo Pereira e Maria do Mar Esteves | 37

Mulheres de Abril: vozes na revolução, Ambre Duarte e Ana Bárbara Duarte | 43

48 ABRIL – JANELAS SOBRE O MUNDO

Dinheiro e dívida duas faces da mesma moeda, José Costa Neves | 48

Portugal na encruzilhada da democracia, José Piteira Santos | 56

Ode aos 50 anos do 25 de Abril (poema), Catarina Durão | 61

62 ABRIL – UM MUNDO NOVO

Corrupção, populismos, percepções?, Armando J. Garcia Pires | 62

68 ABRIL – HISTÓRIAS E MEMÓRIAS

Verão Quente de 1975 no Corriere della Sera, Reto Monico | 68

Os fuzileiros em Vila Nova de Mil Fontes, José Aires da Silva | 77

A Reforma Agrária e a justiça social, Carlos Pereira Martins | 80

A cimeira de Tancos, Vasco Lourenço | 83

Um cerco à Constituinte, Fernando Dacosta | 88

O banco corrido (poema), Raul Mendes | 91

92 ABRIL E OS ARQUIVOS

Há história no Arquivo da Defesa Nacional, Maria João Marques Pires | 92

96 ABRIL – ARTE E POESIA

Da minha janela, José Fanha | 96

98 FIGURAS DE ABRIL

Matos Gomes, meu camarada, Rodrigo de Sousa e Castro | 98

Grata memória do meu amigo e camarada, Mário Tomé | 100

Um homem livre, José Manuel Barroso | 103

“Fighter”, romancista, historiador, Rui de Azevedo Teixeira | 106

A liberdade como herança: recordar o meu tio Carlos, Tiago de Matos Gomes | 109

Para ti, Natália de Matos Gomes | 111

112 HOMENAGENS

Amadeu Garcia dos Santos, Homem íntegro, corajoso e sábio, Edorindo Ferreira | 112

João Caiado Gago de Campos, Um homem de Abril | 116

Rui Coelho Cabrita, Oficial muito estimado e respeitado | 117

122 BOLETIM

A25A Indignada com o Governo, José Armando Lopes | 122

Comunicado da A25A | 124

Apresentação de O Referencial 156-157 | 130

Os 60 Sócios de Honra da A25A | 131

Dois livros (mais) sobre a revolução, José Armando Lopes | 142

Espuma das Madrugadas | 144

Diários de Goa - o Fim da Índia Portuguesa | 145

“25abril74 vivências e memória” | 146

CIDADANIA: ONDE ESTAMOS?

JÁ FALAMOS DOS 50 ANOS do 25 de Abril realçando os valores que lhe estiveram subjacentes e que foram resumidos e transmitidos ao mundo através do Programa do MFA. Aí figuravam, explícita ou implicitamente os conceitos de Liberdade e Democracia, de Paz e Justiça, de Solidariedade e Dignidade, de Igualdade e Progresso.

Também já falámos dos 50 anos das eleições para a Constituinte e da própria Constituição de 1976 e dos seus fundamentos, baseados nos valores de Abril, que assim ficaram fixados em letra de forma e de Lei. Apesar das revisões a que foi sujeita, ela continua sendo um guia para a sociedade portuguesa, porque constitui a garantia última da prossecução dos valores de base, assim como dos direitos e deveres dos cidadãos, ou seja, da cidadania.

Mas nas mentes dos cidadãos não resta apenas

o eco do 25 de Abril e da Revolução. Relembram-se sempre as promessas, as expectativas e a construção de uma sociedade diversa, justa e verdadeiramente livre e igual perante a lei e perante os factos.

Passados mais de 50 anos, temos de reconhecer que não fomos capazes de construir essa sociedade, apesar embora os largos passos de progresso.

Hoje, é consensual que não cumprimos o projeto do 25 de Abril.

Os poderes separaram-se do povo e não deram resposta às necessidades das pessoas correspondentes aos recursos do país. É muito fácil constatar que os que possuem aumentam o seu poder e que muitos cidadãos vivem cada vez com mais dificuldades ou mesmo em penúria. A justiça social nunca foi prioridade dos poderes.



ANICETO AFONSO

Também os governantes e outros responsáveis políticos trazidos pelo povo através do seu voto (com cada vez menos participação) e muitos outros de nomeação por processos previstos não têm correspondido ao desempenho que lhes está consignado. De uma forma geral têm-se refugiado num distanciamento incompreensível e pouco transparente, impedindo o escrutínio dos seus planos, dos seus projetos e da sua ação. A transparência a que estão sujeitos pela lei e pela ética tem-se mostrado muito difícil ou impossível de compreender.

Por outro lado, os interesses pessoais ou de grupo têm-se sobreposto aos interesses gerais. A consciência que os responsáveis têm dessa circunstância impede-os de se sentirem bem, quando junto dos cidadãos. Os inúmeros casos concretos de corrupção e a sua impunidade

têm criado uma barreira à proximidade que devia ser o dia-a-dia dos governantes.

É esse, em resumo, o peso que carregamos hoje. É desses longos pecados que se alimenta o populismo, as promessas ainda mais vãs que as anteriores, a convicção de que todos os poderes são iguais e que todos contribuíram para a situação que vivemos.

Não será fácil reverter a situação a que chegámos. A desilusão geral progrediu como fogos em terras abandonadas. A palavra é essa, abandonadas. As pessoas, cada uma por si, sentem-se abandonadas. As comunidades têm a noção desse abandono. E nada pode ser pior.

É por isso que muitos cidadãos aceitam (e imitam) a mentira, o insulto, a incoerência, a promessa vã, mesmo o desprezo, a ameaça e a violência. Foi aqui que nos trouxe a incapacidade de construirmos um Estado cumpridor,

transparente e defensor dos valores de Abril. É aqui que estamos.

O *Referencial* tem procurado ser uma voz de Abril, um arauto de outras mudanças necessárias e um convite à resistência.

REFERENCIAL 158

Neste número, relativo ao período julho-setembro, continuamos a nossa luta, na esperança de trazermos para o nosso campo cidadãos que a nós se queiram juntar. As nossas portas estão sempre abertas. A cidadania implica compromisso.

Começamos por lembrar que muitos estivemos juntos nas comemorações do 25 de Abril e dos 50 anos das eleições constituintes. Que os eventos se multiplicaram, na certeza de que a resistência existe e não vai desistir.

Neste número, como é hábito, damos a palavra aos nossos coordenadores e colaboradores, que não deixam de acentuar a situação que vivemos e apontar caminhos.

Em “Abril e os Jovens”, Fátima Lopes Cardoso, num texto denso de apresentação dos trabalhos dos seus estudantes acentua que “a transformação do cenário político no Parlamento tem gerado perplexidade. É como se Portugal fosse um barco virado no mar que aguarda ser resgatado”. E mais adiante: “E os jovens, a população mais escolarizada desde que vivemos em democracia, como se deixou enfeitiçar pelo canto da sereia?”.

As palavras dos jovens estudantes vêm de seguida, e Diogo Pereira e Maria do Mar Esteves dão voz aos jornalistas veteranos que viveram

em ditadura, no exílio e a revolução. “Durante o regime autoritário, muitos jornalistas foram forçados ao silêncio ou à fuga. A ditadura portuguesa não tolerava vozes desalinhadas e escrever a verdade era encarado como uma afronta aos ideais de Salazar”. Logo depois, os seus colegas Ambre Duarte e Ana Bárbara Duarte, escrevendo sobre as mulheres que se ouviram em Abril, dizem-nos que “desde sempre privadas do direito ao voto e de participação política, o 25 de Abril foi como um mundo novo que rompeu com o silêncio que condicionava as mulheres, em Portugal”. Nas duas participações ficam pistas para continuarmos Abril e construirmos tanto que falta construir. Ou seja, precisamos hoje do empenho e coragem que os resistentes nos ensinaram.

No tema “Janelas sobre o Mundo” temos dois textos de capitães de Abril inconformados, que lutam hoje com as armas que têm disponíveis – a palavra e a razão. José Costa Neves, na continuação de outros trabalhos anteriores, analisa a situação mundial da atualidade em *Dinheiro e Dívida – Duas Faces da mesma Moeda*, com alertas que bem sabemos pertinentes, baseados na constatação indelével de que “independentemente das fontes de informação e por mais voltas que se lhes dê, os números acabam sempre por nos dizer que 10% da população mundial controla cerca de 76% da riqueza produzida” e “que cerca de 1% das pessoas possuem 40% da riqueza global do planeta”.

Por sua vez, José Piteira Santos, partindo da análise da situação portuguesa, acaba por concluir que a estratégia de desenvolvimento em

paz adotada pela Europa “não a libertou da prioridade da pura lógica económica e financeira, embrenhada em egoísmos nacionais, não tendo criado até ao momento estruturas de coesão política com mecanismos de resposta célere aos impérios a leste e agora a ocidente, que procuram dividi-la e bloqueá-la”.

Para não perdermos o ritmo podemos passar a “Um Mundo Novo”, onde o nosso coordenador Armando J. Garcia Pires escreve sobre *Corrupção, Populismos, Percepções?* (em texto dedicado a Amadeu Garcia dos Santos) onde aponta em especial ao caso português, afirmando que “a corrupção tem um impacto na confiança no sistema democrático e abala a confiança nos políticos e instituições. De facto, uma sondagem recente aponta que cerca de 51% da população está insatisfeita com a democracia. E a corrupção faz parte desta insatisfação. É com esta insatisfação que a extrema-direita se alimenta. Se continuarmos a dar argumentos à extrema-direita, um dia podemos acordar sem democracia”.

São avisos que estes nossos colaboradores nos deixam muito claramente e que nos desafiam à participação e à luta. Temos de acreditar que nem tudo está perdido, mas que tudo está à espera dos que lutam pela recuperação dos valores de Abril.

Em “História e Memórias”, iniciamos com um texto do nosso colaborador habitual Reto Monico, sempre pronto a dar-nos o seu contributo. Desta vez escreve sobre *O Verão Quente de 1975 visto pelo Corriere Della Sera*. É um exercício de memória e de História necessário à compreen-

são deste período essencial, na certeza de que uma significativa parte dos portugueses nunca perdeu ao 25 de Abril, e sempre se manteve ativa, mesmo quando já lá vão mais de 50 anos. Esses são os inimigos internos da democracia e dos valores de Abril. O autor, servindo-se do jornalista Michele Tito, deixa-nos um sério aviso para a atualidade: “Todos os cidadãos europeus — e não só os socialistas e os comunistas — deviam estar envolvidos porque o problema central é como evitar que o drama português resulte numa derrota para todas as democracias.”

Na sequência publicamos vários textos de memórias que nos situam no ambiente do verão de 1975, passados que estão 50 anos sobre os acontecimentos. José Aires da Silva fala-nos da sua experiência numa ação de *Dinamização Cultural em Vila Nova de Milfontes*, como fuzileiro. Despede-se assim: “Com pena de todos, milfontenses e fuzileiros, lá tivemos de ‘desmontar a tenda’ e regressar à base, com a ideia de que ainda ficou muito por fazer, mas com a sensação de dever cumprido.”

O nosso sócio Carlos Pereira Martins, também habitual colaborador, fala-nos da Reforma Agrária e da sua história, acabando por deixar-nos um desafio: “Que este legado não seja esquecido, mas antes retomado, discutido e adaptado aos desafios do presente.”

É chegada a vez de Vasco Lourenço, que escreve sobre a *Cimeira de Tancos* realizada a 5 de setembro de 1975, passaram agora 50 anos. Recorda-nos os vários episódios que fazem parte da sua memória e termina com a convicção de

que “Como costume afirmar ‘Não aconteceu o pior’, o 25 de Abril pôde continuar, o Programa do MFA foi cumprido com a instalação de um Estado democrático, levando-nos ao mais longo tempo da História de Portugal com Democracia, Liberdade e Paz”.

Para o final deste “História e Memórias” ficou o texto de Fernando Dacosta, colaborador sempre especialmente recebido, que nos presenteia com o seu texto sobre *Um Cerco à Constituinte*. Citando Natália Correia, acaba com estas palavras: “‘As ideologias que são idolatrias vão morrer a Portugal. Quando a revolução marxista se detiver em Lisboa, ver-se-á que a roda do mundo atingiu o limite da rotação, antes de desandar’, escreve, profética, Natália Correia. Na economia misteriosa da história, Portugal é o peso minúsculo que fará inclinar todo o conjunto.”

A todos os que partilham connosco as suas memórias e os seus ensaios históricos fica expressa a nossa gratidão. Nós lutamos, como muitos, com a arma que temos disponível – a palavra. E talvez sejamos capazes de vencer.

Iniciamos neste número um roteiro pelos arquivos e centros de documentação que detêm informação sobre o 25 de Abril e a Revolução Portuguesa, com o tema “Abril e os Arquivos”, esperando ser úteis à comunidade académica e aos investigadores deste período. Começamos com o Arquivo da Defesa Nacional e a sua responsável, Maria João Marques Pires, faz-nos um breve ponto de situação dos fundos que nos interessam. São várias as surpresas, que todos terão oportunidade de explorar. Um muito obrigado de todos nós.

Como tínhamos prometido a “Figura de Abril” deste número é Carlos de Matos Gomes, sobre o qual escrevem vários dos seus amigos e familiares: Rodrigo de Sousa e Castro (coordenador do tema), Mário Tomé, José Manuel Barroso, Rui de Azevedo Teixeira, o seu sobrinho Tiago Matos Gomes e a sua irmã, que lhe dedica um poema inédito. Fica assim a saudade um pouco atenuada, mas sem que aquela angústia que nos acompanha nos deixe, por ele já não estar junto de nós.

Homenageamos três dos nossos camaradas que partiram neste período, prometendo que a outros que também já nos deixaram prestaremos a devida homenagem nos números seguintes da nossa revista.

Amadeu Garcia dos Santos é recordado por Edorindo Ferreira num texto de grande reconhecimento, que, na sua epígrafe, nos lembra o Padre António Vieira: *Se servistes à Pátria que te foi ingrata, vós fizestes o que devíeis, ela o que costuma.*

O nosso vice-presidente da Direção durante muitos anos, João Falcão de Campos e o nosso sócio empenhado Rui Coelho Cabrita são também recordados com saudade e reconhecimento, pelo muito que dedicaram ao 25 de Abril.

Na rubrica de “Opinião” publicamos um artigo do nosso sócio François Tribot Lespière, cidadão francês, estudante de Direito em 1974, que nos traz a sua memória do 25 de Abril e da sua vivência, depois de chegar a Portugal bastante mais tarde, onde agora vive, colocando-se a si próprio a pergunta: “O que resta, hoje, de 1974, fora da democracia, da justiça e da liberdade,

para o longínquo aluno que então fui e para o Português de coração que hoje gosto de ser?”. Deixo para os leitores as suas respostas.

A poesia também está presente neste número, com José Fanha, Maria Virgínia Rodrigues, Joaquim Simões, Catarina Durão e Natália Matos Gomes. A todos um grande obrigado.

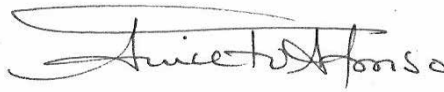
No que respeita ao Boletim incluímos, em primeiro lugar, o comunicado que a A25A publicou em conferência de imprensa, no dia 18 de setembro último, a propósito do incompreensível comportamento do governo em relação ao Centro Interpretativo do 25 de Abril (CI25A) e à nomeação de uma comissão para as comemorações do 25 de Novembro. Como se diz no comunicado “o tempo não é de hesitações. Impõe-se clareza e não ambiguidades”, e o governo deve definir qual a sua baricada. Pelos motivos que levaram a A25A a esta atitude, parecem já não existir dúvidas. A introdução é feita pelo nosso colaborador José Armando Lopes.

Segue-se um apontamento sobre a apresentação, no fórum Salgueiro Maia da A25A, do nº 156-157 d'O Referencial e também a publicação da relação dos 60 Sócios de Honra da A25A, através de uma pequena biografia, aprovados pela Assembleia Geral da Associação ao longo dos anos, como homenagem ao serviço que todos prestaram não só à A25A, mas também a Portugal..

Por fim fazemos referência a quatro livros e a uma exposição que esteve na Fórum Salgueiro Maia, como persistência do 25 de Abril e das suas vivências e memória.

CONCLUSÃO

Concluimos assim o número 158 d'O Referencial. A situação no nosso país e no mundo chama-nos cada vez mais para um empenhamento que ainda está ao nosso alcance. A A25A continua e continuará a ser um baluarte da defesa dos valores de Abril, segundo os quais as comunidades e as pessoas se guiam, na sua atitude e no seu comportamento, pela cidadania ativa e responsável, lutando contra todos aqueles que sempre se opuseram ao 25 de Abril e que agora surgem como inimigos das instituições democráticas. É neste ambiente que é necessário apelar aos democratas para assumirem as suas responsabilidades atuais e futuras, tendo presentes os erros que se cometeram no passado, base da situação que hoje vivemos. As sociedades democráticas são sempre diversas, mas há épocas em que as aproximações entre os seus defensores são indispensáveis. Isso é, também, um exercício de cidadania.



50 ANOS DO 25 DE ABRIL E A SUA EXPRESSÃO CULTURAL

O ciclo comemorativo estendeu-se pelo ano de 2025 e a A25A continuou a ser desejada como parceiro de muitas iniciativas culturais de natureza diversa, pelo que “O Referencial” assinala aqui algumas delas, que se centraram na grande festa da liberdade

AS COMEMORAÇÕES DOS 50 ANOS do 25 de Abril têm sido um contributo para uma sociedade mais conhecedora da sua história recente e, também, mais participativa, plural e democrática. O seu ponto mais alto aconteceu em 2024, mas estenderam-se no tempo para evocar todas as datas e acontecimentos que marcaram o processo político que restaurou a Liberdade e a Democracia em Portugal, depois de 48 anos de ditadura e opressão.

Nessas comemorações tem tido um papel determinante a Estrutura de Missão para as Co-

memorações do Quinquagésimo Aniversário da Revolução de 25 de Abril de 1974 e a sua Comissária Executiva, a Prof. Dr.^a Maria Inácia Rezola, pela forma dinâmica, competente, rigorosa e plural como tem sido evocado historicamente aquele período.

Naturalmente, a cidade de Lisboa concentrou a parte mais substancial das iniciativas comemorativas, com destaque para a grandiosa manifestação que desceu a Avenida da Liberdade no dia 25 de Abril de 2024, mas um pouco por todo o país aconteceram ex-



posições e concertos, publicaram-se livros e discos, organizaram-se colóquios e palestras, realizaram-se sessões solenes e festas populares, a demonstrar como o 25 de Abril está vivo e responde às emoções mais profundas do povo português.

Por iniciativa dos municípios e das juntas de freguesia, das escolas e das colectividades de cultura e recreio, das organizações da sociedade civil ou de grupos de cidadãos, o cinquentenário da Revolução foi celebrado com festa e com alegria por muitos milhares de portugueses, que adoptaram o cravo vermelho como a flor da Liberdade e o 25 de Abril como o símbolo de um Portugal livre, democrático, moderno e progressivo.

A A25A foi convidada inúmeras vezes para participar nas iniciativas comemorativas do 25 de Abril e na celebração dos 50 anos de Liberdade e de Democracia, sobretudo as que foram organizadas pelas escolas, pelo entusiasmo dos professores e pelo interesse dos estudantes, mas nem sempre lhe foi possível responder afirmativamente a tantas solicitações.

Porém, o ciclo comemorativo estendeu-se pelo ano de 2025 e a A25A continuou a ser desejada como parceiro de muitas iniciativas culturais de natureza diversa, pelo que *O Referencial* assinala aqui algumas delas, que se centraram na grande festa da liberdade e, sobretudo, na evocação das eleições para a Assembleia Constituinte realizadas no dia 25 de Abril de 1975.



Milhares de pessoas concentraram-se no Rossio para ouvir o discurso do representante da Associação 25 de Abril

IDEAIS DE ABRIL PERMANECEM VIVOS

Palavras do representante de Associação 25 de Abril, no Rossio,
em Lisboa, perante milhares de pessoas, no próprio dia
em que se comemoraram os 51 anos da Revolução dos Cravos,
depois de terminado o desfile da Avenida da Liberdade

ADELINO RODRIGUES DA COSTA*

É UM ENORME PRIVILÉGIO falar-vos em nome da Associação 25 de Abril (A25A), que agrega a quase totalidade dos protagonistas da Revolução dos Cravos e muitos civis – mulheres e homens de Abril – mas também dirigir-me a todos vós em nome da Comissão Promotora das Comemorações Populares do 25 de Abril. Num abraço fraterno, a todos saudamos: Viva o 25 de Abril.

JOVENS COM IDEAIS

Foi há 51 anos que aconteceu a madrugada que esperávamos, o dia inicial inteiro e limpo, como Sophia se referiu a essa madrugada libertadora.

Então, éramos jovens com vinte, ou trinta e poucos anos de idade, mas éramos determinados, generosos e idealistas. O tempo passou por todos nós, mas os nossos ideais de liberdade, democracia, paz e justiça social continuam bem vivos.

A voragem do tempo levou do nosso convívio alguns dos heróis de Abril, como Otelo Saraiva de Carvalho, Salgueiro Maia, Melo Antunes, Costa Gomes, Vítor Crespo, Franco Charais, Almada Contreiras, Marques Júnior, Vítor Alves e, há poucos dias, Carlos de Matos Gomes,

mas também outros militares menos conhecidos da opinião pública, mas igualmente importantes no derrube da ditadura e na consolidação do nosso processo democrático.

Não os devemos esquecer! Porém, felizmente, outros permanecem entre nós, coerentes e bem firmes na defesa dos valores de Abril, como acontece com Vasco Lourenço, Martins Guerreiro, Pezarat Correia, Sousa e Castro, Costa Neves, Garcia dos Santos [*veio depois a falecer a 4 de julho*], Pinto Soares, Miguel Judas, Pereira Pinto e muitos outros militares de Abril, menos conhecidos do público.

Todos contamos com o seu exemplo democrático, a sua experiência e a sua sabedoria!

MEMÓRIAS DE UM PASSADO

Os tempos da ditadura de Salazar e Caetano, da repressão da PIDE, da guerra colonial, do isolamento internacional, do subdesenvolvimento económico e da atrofia cultural são memórias de um passado negro e triste, que foi derrotado pelo 25 de Abril e que nos abriu as portas para um futuro melhor.

Passaram 51 anos em que, por vezes contra ventos e marés – mas sempre em liberdade e democracia – o nosso país progrediu na esfera

económica e social, prestigiou-se à escala internacional, instruiu-se e modernizou-se, tendo melhorado a qualidade de vida da generalidade da população.

Os ideais do 25 de Abril estiveram presentes no nosso percurso histórico dos últimos 50 anos e continuam bem vivos na sociedade portuguesa, expressando-se através de iniciativas populares por todo o país e até no estrangeiro.

Porém, há muitas ameaças a surgir no nosso horizonte.

Antes era a PIDE que colecionava as fichas em papel daqueles que eram suspeitos de ser contra o regime. Hoje, essas fichas são muito mais sofisticadas e são armazenadas nos nossos telemóveis e computadores, podendo ser utilizadas contra a liberdade e para a viciação da democracia.

Outra ameaça com que nos confrontamos é a desinformação, ou as *fake news*, amplificadas pelas redes sociais, que estão a criar um ambiente cognitivo que usa a mentira e a manipulação da verdade, que explora as fragilidades humanas e que afecta a confiança das pessoas e a harmonia social.

No mesmo sentido, o verdadeiro jornalismo que informa e que esclarece, tem perdido espaço e as notícias tendem a tornar-se um produto comercial criado para satisfazer as necessidades emocionais do leitor, do ouvinte ou do telespectador, ao serviço de interesses ilegítimos e à margem da verdade.

Alguns casos que vão acontecendo no mundo são preocupantes pela forma despudorada, mentirosa e cruel como são violados os direitos

humanos e as regras do direito internacional. Ninguém pode julgar-se livre deste tipo de ameaças.

A conflitualidade global ou regional tem aumentado, como são exemplos a guerra na Ucrânia e o conflito na Faixa de Gaza, mas o nosso país, que tem inscrito na Constituição da República o princípio da solução pacífica dos conflitos, não deve ser envolvido em novas guerras, quando os portugueses ainda têm na memória, o sofrimento e a dor causados pela guerra colonial.

As guerras não resolvem nada e deverão ser procuradas soluções políticas, não só para estas, mas para todas as guerras. Portugal tem de continuar a ser um país livre, justo, solidário e amante da paz, em linha com os valores universais do 25 de Abril!

ELEIÇÕES VERDADEIRAMENTE LIVRES

Hoje comemora-se o dia em que, há 50 anos, se realizaram as primeiras eleições verdadeiramente livres em Portugal, para eleger uma Assembleia Constituinte. Foi uma promessa cumprida pelo MFA e, deste local, saúdo os meus camaradas militares que, com a cooperação de muitos cidadãos, se envolveram com sucesso nas operações de recenseamento e de organização do processo eleitoral.

Foram então recenseados mais de seis milhões de cidadãos portugueses e votaram 92% dos eleitores inscritos, a mostrar a enorme esperança na democracia e a grande confiança no MFA, mas também a demonstrar que o povo português estava preparado para fazer escolhas democráticas.

Nunca mais houve tanta participação e, a partir de então, a elevada abstenção quase se tornou num parâmetro eleitoral, o que significa que o processo democrático continua em construção e que cabe às forças políticas esclarecer o povo e dar resposta às suas necessidades e anseios.

CIDADÃOS ACTIVOS

Nesta oportunidade, desejo saudar os jovens, as mulheres e os nossos actuais camaradas militares através de uma mensagem especial.

O 25 de Abril foi feito por jovens e são os jovens de hoje, tal como os jovens de há 50 anos, que são os garantes da nossa liberdade e da nossa democracia. É necessário que se envolvam nas actividades cívicas, se tornem cidadãos activos e participantes empenhados na vida da comunidade.

As mulheres são, inequivocamente, as grandes beneficiadas pelo 25 de Abril, ao verem-se reconhecidas como cidadãs de primeira, mas o processo democrático também deve muito à sua sensibilidade e intuição peculiares, embora muitas vezes ainda sejam vítimas de discriminações de ordem diversa nos locais de trabalho e até em casa. Porém, elas foram e terão que continuar a ser uma vanguarda activa no processo democrático e na preservação da Liberdade.

Uma saudação especial é dirigida aos nossos actuais camaradas militares que, nos termos da Constituição da República, integram as Forças Armadas, lembrando-lhes que estão ao serviço do povo português, que são rigorosamente apertadários e que obedecem aos órgãos de

**O VERDADEIRO
JORNALISMO
QUE INFORMA
E QUE ESCLARECE
TEM PERDIDO
ESPAÇO
E AS NOTÍCIAS
TENDEM A TORNAR-SE
UM PRODUTO COMERCIAL**

soberania democraticamente legitimados pelo voto livre do povo português.

GRANDE ZECA AFONSO

Há 51 anos ouvimos na Rádio Renascença a voz do grande Zeca Afonso a anunciar que “o povo é quem mais ordena/Dentro de ti ó cidade”.

Estes versos foram o sinal para o início das operações militares do 25 de Abril de 1974 e são um símbolo da grande festa da liberdade. É preciso que esses versos continuem a inspirar cada um de nós na afirmação do dia maior da nossa história recente.

Viva o 25 de Abril. Viva a Liberdade. Viva a Democracia. Viva Portugal.

* Capitão de Abril, membro da Direcção da A25A

50 ANOS DA LEI DE IMPRENSA

A Casa da Imprensa acolheu um evento comemorativo do 50.º aniversário da publicação da Lei de Imprensa, aprovada em 1975, num momento histórico que marcou a transição democrática em Portugal. A sessão de abertura foi presidida pelo Presidente da República, sublinhando a importância institucional da liberdade de imprensa no país.

O encontro, promovido pela Comissão Comemorativa, reuniu protagonistas da história, da comunicação social portuguesa e especialistas que refletiram sobre o impacto da Lei de Imprensa desde o 25 de Abril até à contemporaneidade.

LEI DE IMPRENSA DE 1975, 50 ANOS DEPOIS: NOVOS DESAFIOS

26 DE FEVEREIRO 15:00

SUA EXCELÊNCIA O PRESIDENTE DA REPÚBLICA PRESIDE À SESSÃO DE ABERTURA

15:00 ABERTURA
ANTÓNIO BORG
 PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA CASA DA IMPRENSA
JOSÉ PEDRO CASTANHEIRA
 COMISSÃO ORGANIZADORA

15:30 A LEI DE IMPRENSA E O 25 DE ABRIL
ADELINO GOMES
 JORNALISTA E DOCENTE UNIVERSITÁRIO
ALBERTO ARONS DE CARVALHO
 Membro da Comissão que redigiu um projecto de lei de imprensa de 1976; EMPRESÁRIO E DOCENTE UNIVERSITÁRIO
FRANCISCO PINTO BALSEMÃO*
 Membro da Comissão que redigiu um projecto de lei de imprensa de 1976; EMPRESÁRIO E DOCENTE UNIVERSITÁRIO
 * Espólio de José Francisco Pinto Balsemão
JOSÉ CARLOS VASCONCELOS
 PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LIBERDADE DE IMPRENSA DO SINDICATO DOS JORNALISTAS NOS ANOS FINAIS DA DITADURA; JORNALISTA
JOSÉ SANCHES OSÓRIO
 Membro do Movimento dos Capitães; MINISTRO DA COMUNICAÇÃO SOCIAL NO I GOVERNO PROVISÓRIO; CORONEL, REFORMADO
 MODERAÇÃO:
FERNANDA MESTRINHO
 JORNALISTA

17:00 LEI DE IMPRENSA: NOVOS DESAFIOS
CARLA MARTINS
 VOZAL DO CONSELHO REGULADOR DA EAC E DOCENTE UNIVERSITÁRIA
JACINTO GODINHO
 JORNALISTA DA RTP E DOCENTE UNIVERSITÁRIO
SOFIA PALMA RODRIGUES
 JORNALISTA, EDITORA DA REVISTA DIVERGENTE
NUMO TIAGO PINTO
 JORNALISTA, EX-DIRECTOR DA REVISTA SÁBADO
 MODERAÇÃO:
MANUEL CARVALHO
 JORNALISTA, PÚBLICO

18:30 ENCERRAMENTO

ORGANIZAÇÃO: JOSÉ PEDRO CASTANHEIRA, ALBERTO ARONS DE CARVALHO, JOÃO GARCIA

EXPOSIÇÃO TEMPORÁRIA NO BANCO DE PORTUGAL



No âmbito das comemorações dos 50 anos do 25 de Abril, o Banco de Portugal apresentou a exposição temporária “Nome de código Bruxelas: o Banco de Portugal e o 25 de Abril”, patente entre 27 de novembro de 2024 e 29 de junho de 2025, nas suas instalações em Lisboa.

Os visitantes puderam ver filmes, fotografias e documentos da época, bem como testemunhos em vídeo de quem viveu o 25 de Abril como colaborador do Banco de Portugal, oferecendo uma visão singular da sociedade portu-
gue-

sa à época. Foi também possível experienciar um espaço de trabalho recriado segundo os padrões dos anos 1970, proporcionando uma imersão no ambiente vivido na instituição durante esse período.

Recorde-se que o banco central fazia parte dos alvos estratégicos da Escola Prática de Cavalaria no golpe militar de 25 de abril de 1974, com o nome de código de “Bruxelas” atribuído ao seu edifício da Rua do Comércio.

CONCERTO DA LIBERDADE EM OEIRAS



Oeiras encerrou as celebrações do 25 de Abril com o 'Concerto da Liberdade' que se realizou no dia 11 de Maio, pelas 17h00, no auditório da Escola Secundária Sebastião e Silva.

O Grupo Coral ViVa Voz e a Banda Artística e Musical da Charneca subiram ao palco para interpretar hinos marcantes da 'Revolução dos Cravos'. O repertório começou nas Canções Heroicas de Fernando Lopes Graça, continuou pelas senhas radiofónicas de Abril e revisitou ainda obras emblemáticas de Adriano Correia

de Oliveira e de Zeca Afonso, vozes incontornáveis da luta pela Liberdade.

O concerto do cantor português Pedro Abrunhosa, que se realizou a partir das 21h30 do dia 25 de abril, no jardim municipal de Oeiras, foi um dos pontos altos das celebrações. Também nesse dia decorreu a tradicional sessão solene, durante a manhã, com as habituais cerimónias protocolares de celebração do Dia da Liberdade.

OLHARES ESTRANGEIROS SOBRE A REVOLUÇÃO DOS CRAVOS



O Parque Empresarial da Mutela, em frente à antiga Lisnave, em Almada, acolhe desde 24 de maio a exposição “Venham Mais Cinco — O Olhar Estrangeiro sobre a Revolução Portuguesa (1974–1975)”. Trata-se de uma mostra inédita com 200 fotografias em grande formato captadas por 30 dos mais prestigiados fotógrafos internacionais que estiveram em Portugal durante o período revolucionário.

Com curadoria de Sérgio Tréfaut, e consultoria histórica de Luísa Tiago de Oliveira, a exposição apresenta imagens de autores como

Sebastião Salgado, Guy Le Querrec, Jean Gauthier, Dominique Issermann e Fausto Giaccone, cujos trabalhos foram publicados em jornais e revistas de referência mundial.

Esta iniciativa, patente até Novembro, resulta de uma parceria entre a Comissão Comemorativa 50 Anos 25 de Abril, a Câmara Municipal de Almada e a produtora FAUX, e pretende homenagear o papel da fotografia na construção da memória coletiva da Revolução dos Cravos. Horário: Quinta a Domingo, das 11h00 às 19h00, com entrada livre.

FEIRA DO LIVRO E EXPOSIÇÃO EM OLEIROS



A Câmara Municipal de Oleiros, em associação com o Agrupamento de Escolas Padre António de Andrade da mesma vila, organizou entre os dias 8 e 11 de Maio de 2025, uma Feira do Livro nos espaços do Pavilhão Multiusos das Devesas Altas. Para além do seu interesse pedagógico específico para a comunidade escolar, o evento teve uma outra vertente cul-



tural ao associar-se às comemorações dos 50 anos do 25 de Abril.

Assim, em paralelo com a Feira do Livro, foi organizada uma exposição muito bem documentada sobre a guerra colonial que foi intitulada *Há sempre a lembrança*, em que foram homenageados os antigos combatentes e, de forma especial, os 15 militares oleirenses que perderam a vida na guerra colonial (13 do Exército, um da Marinha e um da Força Aérea).

A A25A foi convidada para se associar à iniciativa do Município de Oleiros e fez-se representar por dois elementos da sua Direcção, tendo o Comandante Adelino Costa proferido uma palestra sobre “A guerra colonial e o 25 de Abril”.

“ANAIIS DO CLUBE MILITAR NAVAL”

Os 50 anos do 25 de Abril são evocados, através de quatro dezenas de textos, num número especial da revista do Clube Militar Naval

O CLUBE MILITAR NAVAL foi criado em 1866 por oficiais da Armada e, no quadro dos seus fins estatutários e da oportuna proposta de um grupo dos seus sócios, promoveu um programa comemorativo do 25 de Abril que decorreu durante cerca de um ano e que incluiu diversas iniciativas, designadamente conferências, colóquios, concertos, exposições, a edição de uma medalha comemorativa e, por fim, a publicação de um Número Especial.

Os *Anais do Clube Militar Naval* publicam-se ininterruptamente desde 1871 e, embora não sejam uma publicação da responsabilidade da Armada, é nas suas páginas que os oficiais da Armada reflectem os seus pensamentos, inte-

resses e preocupações, apresentando e discutindo assuntos de âmbito técnico-profissional, mas também temas culturais, designadamente do campo da História, da Ciência e das Artes. Como ponto final das comemorações dos 50 anos do 25 de Abril, foi publicado um Número Especial dos *Anais do Clube Militar Naval*, com apresentação no dia 29 de Janeiro, nas suas instalações da Avenida Defensores de Chaves, em Lisboa. Com cerca de quatro dezenas de textos assinados por diferentes autores que se estendem por 511 páginas, esta edição é uma memória histórica, uma evocação emocional e uma homenagem ao 25 de Abril, que continua a ser um referencial de Liberdade e de Democracia.

ANAIIS
DO CLUBE MILITAR NAVAL

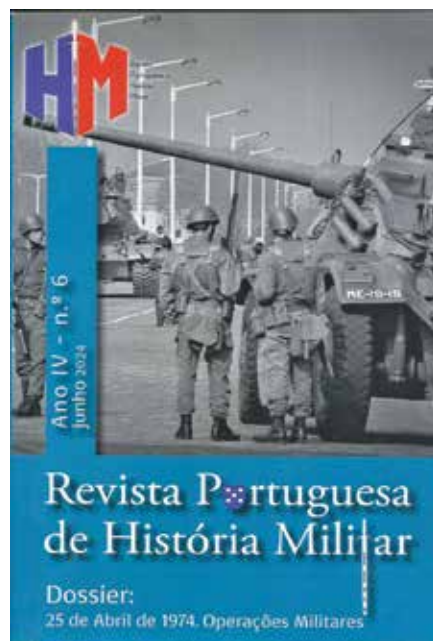


25 DE ABRIL
50 ANOS

REVISTA PORTUGUESA DE HISTÓRIA MILITAR

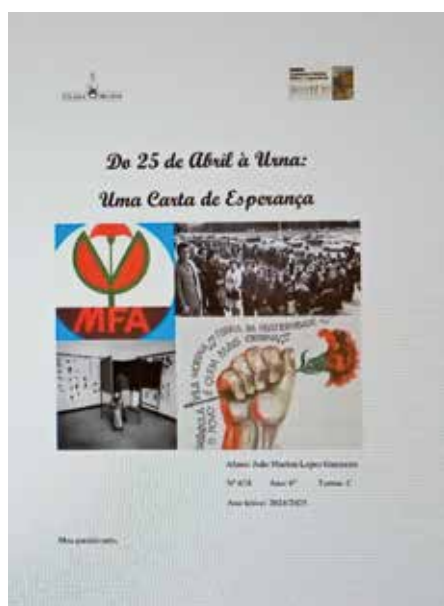
A REVISTA PORTUGUESA de História Militar (RPHM) é a mais jovem das publicações militares portuguesas, pois foi fundada em 2021, é editada pela Comissão Portuguesa de História Militar e dedicou a sua edição de junho de 2024 (Ano IV – n.º 6) à operação militar desencadeada pelo Movimento das Forças Armadas na madrugada de 25 de Abril de 1974.

Com 340 páginas, esta edição é um importante documento para a história do 25 de Abril, ao incluir um Editorial muito informativo e uma Cronologia muito detalhada dos acontecimentos, bem como 16 artigos subscritos por autores que viveram, ou que bem conhecem as circunstâncias, os planos operacionais e os participantes na operação militar, incluindo textos de dois antigos Conselheiros da Revolução. Os textos são assinados por militares e por especialistas, alguns dos quais com formação académica superior na área da História, com a particularidade de analisarem a operação militar numa perspectiva das Armas do Exército – Artilharia, Cavalaria, Infantaria, Engenharia, Transmissões – da Administração Militar, e ainda das Tropas Paraquedistas, dos Comandos, da Marinha e da GNR. Em complemento dos textos publicados, a edição divulga vários



documentos que, embora não sejam inéditos, muito valorizam a compreensão da operação militar "Viragem Histórica", de 25 de Abril de 1974. Trata-se, portanto, de uma louvável iniciativa da Comissão Portuguesa de História Militar sobre a queda do Estado Novo, que "era não só inevitável, como desejável".

CONCURSO DE HISTÓRIA MILITAR PARA A JUVENTUDE



Iniciativa dirigida a crianças e jovens promovida pela Comissão Portuguesa de História Militar e pela Associação de Professores de História

O CONCURSO HISTÓRIA MILITAR E JUVENTUDE, organizado pela Comissão Portuguesa de História Militar (CPHM) e pela Associação de Professores de História (APH), tem por objetivo fomentar o gosto pela História Militar de Portugal entre as crianças e jovens,

dos 10 aos 19 anos, que frequentam o 2.º e 3.º ciclos e o secundário (regular e profissional), em Portugal e em escolas portuguesas no estrangeiro. A primeira edição, subordinada ao tema “A História Militar de Portugal na minha Terra”, realizou-se em 2021.

O aproximar das comemorações do cinquentenário do fim da guerra colonial e do 25 de Abril de 1974 e, na sua sequência, das primeiras eleições livres e da descolonização, levou a organização do concurso a recentrar as temáticas nestes importantes eventos da nossa História contemporânea e a procurar novos parceiros para o projeto. Assim, em 2023, o tema escolhido foi “A Guerra Colonial na minha Terra” e, a partir desse ano, o concurso passou a contar com a parceria da Comissão Comemorativa dos 50 Anos do 25 de Abril e os apoios da Associação 25 de Abril, da Liga dos Combatentes, do Plano Nacional de Leitura e da Associação Nacional de Municípios Portugueses. Nos anos seguintes, as temáticas foram o “O 25 de Abril na minha Terra” e em 2025 “Abril: das Armas às Urnas na minha Terra”. E o mesmo sucederá na edição de 2026 que terá como tema a “Descolonização e Retorno(s) entre 1974 e 1975”.

Com o decorrer do concurso, e para corresponder a pedidos feitos por interessados, também o universo de participantes sofreu alterações, tendo sido alargado, em 2024, a todos os alunos, nacionais ou estrangeiros, inscritos em Cursos de Língua e Cultura Portuguesa sob orientação do Instituto Camões. Mas, as primeiras participações vindas do estrangeiro ocorreram antes, em 2023, com trabalhos de Angola e Moçambique, mantendo-se nos anos seguintes, com origem em Timor-Leste e São Tomé e Príncipe.

A edição mais concorrida foi a de 2024, seguramente por ser dedicada ao 25 de Abril. Nela

estiveram a concurso 110 trabalhos, de 201 alunos, oriundos de 29 escolas.

Em 2025, as eleições de 25 de Abril de 1975 levaram a concurso 52 trabalhos, de 116 alunos, de 17 escolas. Menos concorrentes, mas com a mesma qualidade e criatividade doutras edições, que o júri distinguiu com prémios, menções honrosas e a atribuição de um prémio coletivo *ex aequo*, aos agrupamentos de escolas de Alvaiázere e 4 de Outubro (Loures). Entre os outros premiados e distinguidos, nos trabalhos individuais e pares, contam-se o Colégio Militar e o Instituto dos Pupilos do Exército, estabelecimentos que participaram em todas as edições, e os agrupamentos de escolas da Venda do Pinheiro e Carolina Michaelis e os colégios de Amorim e Paulo VI cuja participação tem sido frequente.

A cerimónia de anúncio dos vencedores foi realizada a 4 de junho, em ambiente digital, e contou com a presença e intervenções do presidente da CPHM, major-general João Vieira Borges; da comissária da Comissão Executiva dos 50 Anos do 25 de Abril, Maria Inácia Rezola e do presidente da APH, Miguel Monteiro de Barros. A apresentação esteve a cargo da professora Isabel Pestana Marques, idealizadora do concurso e vogal da APH. No evento esteve também presente o presidente da Associação 25 de Abril, coronel Vasco Lourenço.

É de realçar, não só nesta edição como nas anteriores, o interesse e empenho demonstrados por alunos e professores e, sobretudo, o seu olhar jovem e criativo com que têm abordado as várias temáticas em concurso.

EXPOSIÇÕES ESPALHADAS POR TODO O PAÍS

EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL foi possível “ler” a Revolução dos Cravos através de exposições que retratavam o tema. Por iniciativa de entidades públicas ou privadas, foram centenas as mostras disponíveis. Apresentamos algumas.

Em Loures, a Biblioteca Municipal José Saramago apresentou a exposição *50 Passos para a Liberdade: Portugal, da Ditadura ao 25 de Abril*, que retrata os últimos anos da ditadura e os primeiros momentos depois do seu derrube.

Em Odemira, no Alentejo, o Espaço Criar acolheu *Amílcar Cabral, uma exposição*, dedicada à figura do líder africano da luta anticolonial.

Já em Armamar, distrito de Viseu, na sede da Assembleia Municipal, foi possível visitar a exposição *Unidos Venceremos! Protestos, greves e sindicatos no Marcelismo (1968–1974)*, que evoca as lutas laborais dos últimos anos da ditadura.

Na Universidade da Beira Interior, na Covilhã, a exposição *Às Armas ou às Urnas – Povo, MFA e Forças Armadas: entre revolução e democracia (1974–1982)* convidou a refletir sobre o processo de transição democrática.

Em Lisboa, no Instituto Superior de Engenharia (ISEL), esteve patente a exposição *Primaveras Estudantis. Da crise de 62 ao 25 de Abril de 1974*, focada no papel das lutas estudantis no combate à ditadura.



Em Aveiro, no Largo do Mercado Manuel Firmino, esteve patente até 27 de abril a exposição *Terceiro Congresso da Oposição Democrática, 50 anos depois*, que evoca um dos momentos mais relevantes da oposição ao regime no período final do Estado Novo.

A exposição *Portugal-Espanha, 50 anos de Democracia*, que esteve patente no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, em Lisboa, de 9 de outubro de 2024 a 31 de janeiro de 2025, foi adaptada e traduzida para espanhol e pode agora ser visitada no Centro Documental de la Memoria Histórica, em Salamanca, Espanha. Desenvolvido em parceria com o Arquivo Nacional Torre do Tombo, este projeto contou com o apoio do Centro Português de Fotografia, do Instituto Diplomático (IDI) do Ministério dos Negócios Estrangeiros, da RTP, dos Archivos Estatales e da Mostra Espanha.



Realizada no Palácio das Galveias, a conferência “As Mulheres são Revolução” reuniu activistas, académicas e participantes das lutas revolucionárias

REVOLUÇÃO FEMINISMO E REPARAÇÕES

A associação cultural Coop CULTRA, no âmbito do projeto “Abril é Agora”, continua a dinamizar reflexões profundas sobre os legados da Revolução dos Cravos e os desafios contemporâneos da sociedade portuguesa. Entre os destaques da programação sobressaíram dois eventos marcantes: “As Mulheres são Revolução” e “Colonialismo e Reparações – Para onde caminhar?”. Realizada no Palácio das Galveias, a conferência “As Mulheres são Revolução” reuniu activistas, académicas e participantes das lutas revolucionárias para discutir temas como o trabalho doméstico, os direitos sexuais e reprodutivos, e a crise dos cuidados. A iniciativa

destacou que, apesar dos avanços conquistados desde 1974, os direitos das mulheres continuam sob ameaça e exigem vigilância e acção coletiva.

A conferência “Colonialismo e Reparações – Para onde caminhar?” propôs uma análise crítica sobre o passado colonial português e as suas consequências atuais, incluindo o racismo institucional, as desigualdades socioeconómicas e a necessidade de reparações históricas. A Coop CULTRA convida especialistas e representantes de comunidades afrodescendentes para refletir sobre caminhos possíveis para uma justiça histórica e social.

A FESTA

MARIA VIRGÍNIA RODRIGUES*

A Festa é uma dádiva imensa
hora mágica
do receber
dar amor
em medida igual e generosa
sem razões prévias
sem interrogações
sem reservas
cada palavra
poema tecido de ternura
logo transformado em canto
cada olhar
cada gosto
é já carícia
abraços tantos tantos
de riso na boca
olhos marejados de pranto
porque a alegria
de tão grande dói
faz do coração uma fonte
e esta alegria louca
em jeito de quem canta
e de quem chora
não pára pelo dia
perdura noite fora
é tudo tão belo
e o amor tão urgente
que apetece beijar beijar
beijar toda a gente.

* Poeta

EVOCAÇÃO EM NANTERRE



A cidade francesa de Nanterre, França, evocou o cinquentenário do 25 de Abril com uma placa em alumínio escovado tipo dibond de 600 por 800 mm, colocada na agora chamada Praça

25 de Abril de 1974. A inauguração aconteceu durante as comemorações locais, conforme demos conta n' *O Referencial* 155.

CARTAZES DE ABRIL EXPOSTOS NA ALEMANHA



O Grupo de Reflexão e Intervenção da Diáspora Portuguesa na Alemanha que, em conjunto com o Círculo Cultural Luso-Alemão, organizou uma apresentação de cartazes, a propósito dos 50 anos do 25 de Abril na Câmara Municipal de Cuxhaven, Alemanha. Reconhecida, a Associação 25 de Abril enviou uma mensagem de felicitações (texto que se segue) por se associarem às comemorações do 50.º aniversário da Revolução de Abril

«EM 1974, NA SEQUÊNCIA da promulgação do Programa do MFA, a sociedade portuguesa, faminta de liberdade e cansada de guerras co-

loniais, lançou-se em movimento acelerado e em grande aprendizagem cívica na construção das bases para um novo regime democrático,

saneando as instituições do regime de ditadura, liberta enfim de proibições e repressão. Os cartazes que vão ver nessa exposição são bem significativos dessa revolução já histórica.

A base política que deu sentido à revolução foi o Programa do MFA e um dos objetivos fundamentais foi o de realizar, no prazo máximo de um ano, eleições livres para uma Assembleia Constituinte para a elaboração e aprovação de uma Constituição que modelasse um regime democrático, garantisse todos os direitos civis a todos os cidadãos e institucionalizasse as conquistas sociais obtidas com a revolução.

Durante um ano exato, com a revolução na rua e sem um aparelho de Estado preparado para efetuar as eleições foi ainda o MFA que construiu o milagre de efetuar um recenseamento eleitoral geral, onde pela primeira vez as mulheres foram incluídas em igualdade de circunstâncias e, a partir do zero, construir um sistema eleitoral democrático.

As eleições para a Assembleia Constituinte realizaram-se de forma admirável, com quase 92% dos mais de seis milhões inscritos, sem incidentes e sob enorme observação da comunidade internacional. O escrutínio teve a assistência de mais de mil jornalistas, 600 dos quais das mais variadas nacionalidades.

51 ANOS DEPOIS

No dia 25 de Abril celebrámos também os 51 anos da Revolução dos Cravos, marco fundamental na História de Portugal, que nos trouxe a Liberdade, a Paz, a Democracia, o fim de

**A BASE POLÍTICA
QUE DEU SENTIDO À
REVOLUÇÃO FOI
O PROGRAMA DO MFA
E (...) NO PRAZO MÁXIMO
DE UM ANO,
ELEIÇÕES LIVRES
PARA UMA ASSEMBLEIA
CONSTITUINTE**

décadas de regime ditatorial, o fim das guerras coloniais e, talvez o mais importante, o regresso de Portugal à Europa e aos seus valores.

A nossa Constituição afirma o princípio da solução pacífica dos conflitos e, por isso, os portugueses não devem ser envolvidos em novas guerras, que não resolvem nada. Temos de insistir em mais igualdade e justiça social, e garantir as conquistas da Revolução de Abril bem definidas na Constituição de 1976. Este é o legado de Abril. Este é o compromisso que continuamos a assumir.

Esta é a mensagem que vos enviamos por ocasião dessa exposição dos Cartazes de Abril e reunião comemorativa na Câmara Municipal de Cuxhaven, cidade que tão bem soube receber os cidadãos da diáspora portuguesa a quem agradecemos as facilidades oferecidas e a grata presença de tantos amigos alemães.

Pela Liberdade, pela democracia e pela paz, 25 de Abril, Sempre!»

25 DE ABRIL

JOAQUIM SIMÕES

Abril curvou-se perante a virtude,
e no planalto dessa reverência,
olhou a paisagem com plenitude,
e combateu pela paz com ciência.

Abril acordou os lobos celestes
que habitavam as almas dos soldados,
e de repente a noite ficou prestes
a ser madrugada de homens honrados.

Abril abriu o rio mais revoltoso,
de margens súbitas, equilibradas,
um turbilhão pela imensidão solto,
mas sempre com as suas coordenadas.

Abril proveu os anseios dos povos
agrilhoados à lei da ilusão,
cedeu aos seus sonhos limites novos,
e a liberdade como condição.

Na fronteira do dia vinte e cinco,
póstumo se pôs aquele poente
que era visão de torpe labirinto,
e destino de um país indigente.

Abril pôs em xeque o ancião extinto
que governava com voz espectral,
no coração do dia vinte e cinco,
deu-lhe o verdadeiro golpe fatal.

Abril foi o filho pródigo sereno,
bom aluno das causas luminosas,
agente da primavera no terreno,
caleidoscópio de cravos e rosas.

Sócio da A25A

PORTUGAL: UM NAVIO A PRECISAR DE SE REPOSICIONAR

A transformação do cenário político no Parlamento tem gerado perplexidade. É como se Portugal fosse um barco virado no mar que aguarda ser resgatado. Através da recolha de histórias de quem lutou pela democracia, os artigos dos futuros jornalistas em formação na Escola Superior de Comunicação Social evocam memórias e podem ser um contributo para repor a verdade e lembrar a todos a posição certa a seguir

FÁTIMA LOPES CARDOSO*

NA VÉSPERA DAS ÚLTIMAS ELEIÇÕES legislativas, uma sondagem do ICS/ISCTE para o jornal *Expresso* e SIC concluía que entre os jovens dos 18 aos 24 anos, a tendência política seria repartida entre a coligação AD e o Chega, representando 23% das intenções de voto para cada força partidária. A notícia de 10 de maio de 2025 do semanário revelava ainda que o histórico PS representava apenas 7% das in-

tenções de voto entre esta faixa etária, quase colado a um partido tão recente como o Livre, com 6%. A sondagem do CESOP, da Universidade Católica, para a RTP, *Público* e *Antena1*, também atribuía uma vantagem considerável à coligação AD e ao Chega sobre o PS, entre o eleitorado dos 18 aos 34 anos.

Os números, divulgados a uma semana de os portugueses irem às urnas, acabariam por se



Ao recolherem testemunhos de quem deu um contributo para que a democracia fosse uma realidade, estes jovens lembram aos seus pares e a todos os leitores, o quanto foram importantes as portas que se abriram após a Revolução

efetivar no dia 18 de maio de 2025, como todos sabemos, apesar da vitória do Partido Social Democrata, que obteve 31,21% dos votos e elegeu 88 deputados – o Chega conquistou 60 assentos parlamentares e o PS 58. Se tivermos como ponto de partida a demissão de António Costa em abril de 2024, percebemos que, em apenas um ano, o País mudou completamente a intenção de voto e a maneira de ver ou perce-

cionar a política nacional. Numa leitura simplista que se ouve comumente, parece que, ao longo de 50 anos, muitos cidadãos passaram um cheque em branco aos políticos portugueses e o resultado não parece ter correspondido às expectativas. A verdade é inversa e a realidade bem mais complexa. Por isso, precisa de ser estudada.

A edição passada d' *O Referencial*, número

156/157, assinalou os 50 anos das primeiras eleições livres por sufrágio universal realizadas em Portugal. Fotografias captadas na época mostram as filas intermináveis de eleitores a aguardar a vez para votar. No final, os números foram surpreendentes: 91.66% dos portugueses foram às urnas. A 25 de Abril de 1975, o PS de Mário Soares cantou vitória com 37.9% dos votos, seguido de 26,4% do PPD, liderado por Francisco Sá Carneiro; Álvaro Cunhal ficou-se pelos 12% para o PCP e Diogo Freitas do Amaral conseguiu 6% de votos para o CDS. É importante lembrar que foi a primeira vez na História que todos os cidadãos com mais de 18 anos tiveram a oportunidade de votar. A 6 de janeiro de 1973, a edição inaugural do *Expresso* revelava: “63% dos portugueses nunca votaram”. Foi o reflexo de um tempo, do resultado de muitas lutas e conquistas.

Regressando ao passado recente, a 1 de dezembro de 2024, António Costa tomou posse como presidente do Conselho Europeu. Nessa altura, o Presidente da República afirmou à Lusa que a transição política em Portugal foi “calma, serena e tranquila”. Queria Marcelo Rebelo de Sousa que assim fosse, mas os resultados provaram, precisamente, o contrário. Mesmo sendo Portugal o país da União Europeia com o maior défice de qualificações, com 47,8% de adultos – quase metade da população e mais do dobro da média europeia (21,6%) – que não completaram o ensino secundário, muitos eleitores foram ágeis a ler os acontecimentos como um jogo de poder e assimilaram que tudo não passou de táticas próprias do xadrez político.

No entanto, a falta de literacia também tornou uma franja da população vulnerável às *fakenews* e ao discurso do ódio.

Aos olhos de muitos eleitores, o xeque-mate foi um verdadeiro golpe de mestre. Sem metáforas, o ex-primeiro-ministro, justificando que abandonava o cargo de chefe de Governo em consequência de uma investigação do Supremo Tribunal por causa dos projetos de lítio e hidrogénio, saiu do jogo para assumir uma competição maior. Em 2024, em 59,84% de votantes, 18,07% escolheram o Chega. Aparentemente de um momento para o outro, cerca de um milhão de pessoas parece ter acreditado no discurso populista e demagogo que aponta soluções radicais.

No ano seguinte, com novas eleições, a percentagem de votantes desse partido que promete salvar Portugal em milhares de *outdoors* espalhados pelo país aumentou para 22,76% e elevou o número de deputados de 50 para 60. Desde essa altura, parece um pouco que vivemos esmagados pela perplexidade. Com os incêndios do último verão e a indiferença inicial do primeiro-ministro a banhos no Algarve enquanto autarcas, bombeiros e locais lutavam contra as chamas, será menor a estranheza de muitos cidadãos se agarrarem às promessas messiânicas e extremistas como tábua de salvação.

Ainda sem estudos científicos concluídos que expliquem este volte-face tão abrupto e recente da sociedade portuguesa, esta descrição não passa de uma perceção baseada nas evidências. Por isso, de nada vale. No entanto, a transfor-

mação completa do cenário político em pouco mais de 12 meses foi sintomática de muitas outras querelas sociais, demasiado complexas para as expor num texto tão breve. Será mesmo que este é um país que, citando a frase atribuída a Júlio César, “não se governa, nem se deixa governar”? E os jovens, a população mais escolarizada desde que vivemos em democracia, como se deixou enfeitiçar pelo canto da sereia? Existem vários estudos em desenvolvimento e tudo parece indicar que a forte presença do Chega nas redes sociais como o TikTok e o Instagram – muito dinamizadas por Rita Matias e André Ventura – conseguiram manipular as gerações que cresceram com Cristiano Ronaldo a marcar golos, viram Portugal a ser campeão europeu de futebol em 2016 e Salvador Sobral a ganhar o Festival da Eurovisão em 2017, feitos que geraram orgulho nacional.

Os avós e os pais, pelo contrário, trabalharam duro para os transformar na geração mais escolarizada, mas também, por fruto das circunstâncias que todos conhecemos, mais superficial e fútil. Hoje, é comum assistir a discussões acesas em família, com os pais desesperados a tentar convencer os jovens sobre as verdadeiras intenções do Chega e alertá-los para a perigosidade da ideologia política que propaga; ou a jovens cultos e com média de 19 ou 20 valores de entrada na universidade a dizer que nunca votariam nos “corruptos do PS ou dos outros que também nunca fizeram nada”; “Em 50 anos, nenhum governo fez nada”. E a culpa de todos os males é atribuída aos mais frágeis e pobres de Portugal: os imigrantes em

**AINDA
SEM ESTUDOS
CIENTÍFICOS
CONCLUÍDOS
QUE EXPLIQUEM
ESTE VOLTE-FACE
TÃO ABRUPTO
E RECENTE
DA SOCIEDADE
PORTUGUESA,
ESTA DESCRIÇÃO
NÃO PASSA
DE UMA PERCEÇÃO
BASEADA
NAS EVIDÊNCIAS**

situação vulnerável. E as redes sociais são uma constante fogueira de palavras de ódio que arde sempre com mais força.

E depois, existe a razão. E também o lugar da memória, onde todos sabem o que aconteceu, durante 48 anos em Portugal, mas também noutras ditaduras geográficas. Não será por acaso que, de acordo com as mesmas sondagens, entre as pessoas a partir dos 45 anos, a tendência de voto recaía no Partido Socialista,

precisamente, a força política que mais governou em 50 anos de democracia e foi eleita em 1975. Ao contrário, entre muitos jovens, ser revolucionário parece corresponder agora a estar do lado dos rostos zangados da extrema-direita. Por isso, só parece existir um conjunto de possibilidades para inverter este navio ao contrário em que se tornou Portugal: investir mais na educação, na literacia mediática, no jornalismo, na ciência para desenvolver investigação que permita descobrir as causas desta mudança na paisagem política nacional. E também, a título mais individual ou coletivo, continuar a escrever, na tentativa de pôr os factos no devido lugar da História. De travar a mentira, as informações falsas, bem como todas as opiniões que circulam pelo planeta digital disfarçadas de verdades.

Em “Abril e os Jovens”, rubrica que os estudantes da licenciatura em Jornalismo da ESCS (Escola Superior de Comunicação Social) desenvolvem na revista *O Referencial*, em parceria com a Associação 25 de Abril, desde julho-setembro de 2022, tentamos contribuir para colocar a verdade no devido sítio com histórias que despertam memórias sobre Portugal antes e depois de Abril. Ao recolherem testemunhos de quem deu um contributo para que a democracia fosse uma realidade, estes jovens lembram aos seus pares e a todos os leitores, o quanto foram importantes as portas que se abriram após a Revolução.

Através do artigo *A voz de jornalistas durante o Estado Novo: Resistir em nome da verdade*, da autoria de Diogo Pereira e Maria do Mar Este-

ves, viajamos ao tempo em que António Borge era jornalista da BBC e os portugueses estavam proibidos de ter acesso às notícias que eram emitidas do exterior; descobrimos o relato na primeira pessoa do episódio mais caricato da história dos média, quando Eugénio Alves driblou a censura transformando os acontecimentos ligados ao Golpe das Caldas, numa crónica desportiva; ou às vivências de João Vaz em França, país de destino da emigração portuguesa, mas também de muitos exilados políticos, onde acabou por fundar um jornal para a comunidade lusa.

No texto *Mulheres de Abril: Vozes que se ouviram na Revolução*, as futuras jornalistas Ambre Duarte e Ana Bárbara Duarte revelam como Helena Roseta e Odete Isabel se tornaram duas referências da luta pelos direitos das mulheres e de todos os cidadãos, assumindo papéis de destaque na vida pública. Uma andorinha não faz a Primavera, mas pode lembrar-nos a beleza desta estação. Acreditamos que cada texto saído da criatividade e dos conhecimentos dos futuros jornalistas da ESCS pode ser como uma abelha que, com a sua leveza, consegue florir todo o ecossistema, mesmo em contextos difíceis.

*Professora adjunta e coordenadora da licenciatura em Jornalismo, na Escola Superior de Comunicação Social, jornalista e investigadora do LIACOM.

JORNALISTAS: RESISTIR EM NOME DA VERDADE

Durante o regime autoritário do Estado Novo, muitos jornalistas foram forçados ao silêncio ou à fuga. A ditadura portuguesa não tolerava vozes desalinhadas e escrever a verdade era encarado como uma afronta aos ideais de Salazar. Para escapar à falta de liberdade de expressão, à prisão e até à tortura, muitos jornalistas viram-se obrigados a partir, outros enganavam a censura com técnicas ardilosas ou recorrendo à subtilidade das palavras

DIOGO PEREIRA E MARIA DO MAR ESTEVES *

NAQUELA QUE É A MAIS LONGA ditadura da Europa, Portugal sofreu as consequências de um regime marcado pelo medo, pelo controlo e pelo silêncio. Sempre sob vigilância apertada e com a liberdade de expressão cada vez mais limitada, a imprensa foi sendo obrigada a adaptar-se às rígidas imposições da censura. As redações, embora obrigadas a seguir horários fixos, nunca deixavam a tensão de lado. As luzes podiam ser apagadas, mas o medo

permanecia aceso noite adentro. Ser jornalista em pleno Estado Novo não era apenas uma profissão, mas também um ato de coragem. Quando se tentava ultrapassar os limites da repressão, a resposta era imediata e brutal. A PIDE vigiava de perto, os interrogatórios eram intermináveis e as prisões arbitrárias.

A censura prévia era uma das ferramentas mais utilizadas. Afastado de Portugal, António Borge, jornalista da BBC entre 1969 e 1974 e atual

presidente da Casa de Imprensa recorda como a comissão da censura portuguesa, que via todos os trabalhos jornalísticos, era implacável: “Os jornais, rádios e a televisão (RTP) eram obrigados a mostrar os conteúdos antes da divulgação, com diversas peças a serem marcadas, cortadas ou completamente bloqueadas.” Eugénio Alves, antigo jornalista do República e atual presidente do conselho fiscal do Clube de Jornalistas, detalha um dos truques utilizados para passar pela censura. “Durante um jogo entre o Sporting e o Porto, imaginei um texto em que a derrota dos ‘leões’ simbolizava o fracasso do golpe nas Caldas. Fiz duas versões do lead com exatamente o mesmo número de caracteres. Uma metafórica, que publiquei, e outra convencional, que deixei ao gráfico, para substituir caso a censura detetasse algo.” A estratégia funcionou: “Se a censura cortasse, o gráfico metia logo outro texto, para o jornal continuar.”

A metáfora passou despercebida e permitiu-lhe fazer algo inédito. Eugénio Alves noticiou o fracasso do golpe militar de 16 de março de 1974, nas Caldas da Rainha. “Passou, passou e eu não disse nada, nem ao diretor, nem ao jornal. E depois teve um reflexo, porque os militares aperceberam-se e a crónica já tinha circulado”, afirma. Nessa entrada disfarçada de crónica desportiva, Eugénio Alves acabou por enviar uma espécie de mensagem de esperança aos militares revoltosos, escrevendo: “Perdeu-se uma batalha, mas não se perdeu a guerra.” Neste caso, as represálias não tardaram. “A censura, furiosa, obrigou o jornal a

provas de página. Não eram só os textos que tinham de ir à censura, mas também as páginas inteiras para atrasar mais e causar problemas ao jornal”, conta.

A repressão não parava por aí. Para aqueles que insistiam em fazer jornalismo crítico, de cariz político, teriam de enfrentar a perseguição e a prisão como riscos reais. Eugénio Alves partilha um desses momentos: “Fomos presos aí. Éramos uns 19 ou 20 estudantes, embora fosse o único jornalista.” Durante a detenção, a polícia política revistou-lhe a casa e confiscou-lhe todo o material que considerava comprometedor. “Eles levaram livros, papéis... E eu tinha lá de tudo: PCP, PS...livros de autores marxistas”, descreve, ao lembrar a dureza daquele período: “Foi uma experiência horrível, de facto. Nunca imaginava que fossem até minha casa.”

Até no exílio, a censura portuguesa estendia a sua sombra. Em 1969, António Borga encontrava-se ao serviço da BBC em Londres, num ambiente em que não se sabia o que era escrever sob censura. Nessa altura, todos estavam cientes do risco que os portugueses corriam por apenas tentar ouvir emissoras internacionais, como a BBC. “Era quase proibido. As pessoas eram perseguidas e até os rádios eram apreendidos. Nos serviços de rádio da BBC, procurávamos dar as notícias que os portugueses não podiam ouvir ou ler por causa da censura prévia”, aponta.

FUGIR EM DEFESA DA LIBERDADE

Diante da opressão e das ameaças constantes, muitos jornalistas viram-se forçados a partir



António Borga, após a Revolução, deixou a BBC, em Londres, para assumir a chefia de redação do Telejornal, na RTP

para o exílio. Cidades como Paris e Londres tornaram-se refúgio para estes profissionais, que não só levavam experiência, mas também a esperança de manter viva a verdade. João Vaz, redator no Correio da Manhã há 26 anos, foi um dos que se viu obrigado a abandonar o país. Como recorda: “O que eu conhecia melhor, onde tinha alguns amigos, era Paris. Por isso, fui para a capital francesa.”

O jornalista sentiu na pele o rigor da repressão do Estado Novo. No entanto, a sua história

assume contornos singulares. Não foi detido por escrever algo proibido, mas por estar no lugar errado, à hora errada. Em 1972, durante o estágio no jornal *A Capital*, teve o nome associado a um artigo que comparava a violência das touradas à Guerra Colonial. O texto passou despercebido à censura, mas o regime reagiu rapidamente. “Fui despedido. Uma injustiça,” resume.

A repressão continuou. Vieram os interrogatórios, a vigilância constante e, por fim, a chama-

da à prisão de Caxias. A gota de água foi uma entrevista ao reitor da Universidade Sorbonne, Jean Roche, que acabou por reforçar a decisão do regime. Percebendo que o cerco apertava, João Vaz decidiu deixar o país. Com documentos militares falsificados e a ajuda de um amigo inglês, atravessou a fronteira do Caia rumo a Paris. “Com um amigo estrangeiro era mais fácil. Se fosse sozinho, o mais provável seria que fosse detido,” comenta, com um toque de ironia.

A VIDA NO EXÍLIO

Em Paris, João Vaz enfrentou as dificuldades típicas da vida no exílio, marcada pela agrura de estar só e pelas condições precárias, mas descobriu uma forma de continuar o trabalho jornalístico. “Inicialmente, foi um bocado difícil, mas depois encontrei uma pessoa que me ofereceu uma cama atrás da estante,” recorda. Resiliente perante as adversidades, manteve-se ativo. “Em vez de andar nas obras, fazia algo que gostava. Comecei logo a preparar um jornal para imigrantes, sem censura.” Lançado em maio de 1973, o Fronteira tornou-se uma referência para a comunidade portuguesa em Paris. “Contávamos no jornal aquilo que os meios de comunicação portugueses, por causa da censura, não podiam publicar.”

A liberdade tinha um preço. A situação irregular impunha cautela extrema: “Felizmente, nunca fui apanhado. Evitava essas situações, as operações de momento. Tinha sempre cuidado para ser o mais normal possível, no sentido de não despertar a atenção de nenhum polícia.”

Mesmo com inúmeras adversidades pelo caminho, o jovem jornalista adaptou-se. O domínio do francês e o conhecimento da cultura do país foram trunfos essenciais: “O facto de conhecer a língua e a cultura facilitou muito. Não tive nenhum choque assim muito grande, mas, às vezes, podia ter sido apanhado naquelas operações policiais de identificação de pessoas.”

Perante a instabilidade, João Vaz procurou sempre alternativas e formas de se manter à tona. Num período conturbado, muitos teriam desistido, mas ele optou por continuar agarrando-se a cada oportunidade com pragmatismo e uma boa dose de coragem. “Não andei a dormir na rua, apesar de ter enfrentado algumas dificuldades. Mas tive sorte, por acaso ou de propósito. Quando comecei a trabalhar na revista Semanal, que era a mesma que publicava o Le Monde, passei a ter um salário normal, que já dava para viver.”

O dia a dia no exílio exigia versatilidade. “Fazia de tudo. Trabalhava como porteiro de hotel, eletricitista. Também tratei de crianças, mas o que eu mais fiz foi trabalhar à noite como porteiro de hotel”, revela. Nesse ambiente começou a construir uma rede de contactos valiosa para a sua atividade jornalística.

VOZES QUE NÃO SE CALAM

Apesar da distância, a censura continuava a pesar. Rádios como a BBC ou a Radio France Internationale (RFI) eram acompanhadas às escondidas. António Borga lembra que “era quase proibido ouvir estas emissoras internacionais.” No seu caso, o exílio não foi tão con-

turbado, mas inevitável. “Foi por não querer participar na guerra colonial”, afirma, referindo-se à recusa em ser incorporado nas Forças Armadas, durante a guerra. Ativista estudantil na crise académica de 1968, António Borge perdeu o direito ao adiamento militar, o que o forçou a abandonar o país. “Para evitar essa incorporação fui para Inglaterra.”

Em Londres, começou a carreira jornalística na BBC, num ambiente em que a censura não existia: “A única regulação que tinha era o livro de estilo da BBC.” Teve contacto direto com os serviços externos da rádio, sentindo de perto o espírito de entreaajuda entre os jornalistas exilados de regimes opressivos: “Havia uma grande solidariedade em relação a nós, portugueses, gregos e espanhóis.” Sentia necessidade de partilhar a informação que a ditadura escondia: “Procurávamos dar as notícias que os portugueses, aqui em Portugal, não podiam ouvir ou ler por causa da censura prévia.”

O confronto de Eugénio Alves com o regime assume contornos mais delicados. A sua detenção pela PIDE/DGS, em 1972, tornou-se a resposta da ditadura a uma voz que insistia em resistir: “A cadeia não era apenas um castigo físico, era uma tentativa de nos calar.” O jornalista não esquece as paredes frias e escuras da prisão de Caxias e a sensação angustiante de ficar fechado: “Foi uma experiência terrível, porque não sabíamos se saímos de lá vivos ou mortos.” Preso por exercer a profissão, foi privado do direito de escrever e de dar voz à liberdade. A memória tornou-se a única ferramenta de resistência. “Havia dias em que a pior parte

**EM LONDRES,
COMEÇOU A CARREIRA
JORNALÍSTICA NA BBC,
NUM AMBIENTE
EM QUE A CENSURA
NÃO EXISTIA:
“A ÚNICA REGULAÇÃO
QUE TINHA
ERA O LIVRO DE ESTILO
DA BBC.”**

era o silêncio. Não saber o que se passava lá fora, não poder escrever...”, lembra. Apesar de tudo, Eugénio Alves não se rendeu e foi libertado por falta de provas: “Saímos de lá mais determinados.”

O REGRESSO A CASA

Na turbulência vivida por quem foi silenciado, chegou a queda do regime. No dia da Revolução dos Cravos, Eugénio Alves reconhece a sorte de estar no lugar certo à hora certa: “Fui um dos privilegiados porque soube que o 25 de Abril ia acontecer na véspera.” À época, trabalhava no jornal República, que mantinha ligações discretas com os capitães.

O fim do regime ditatorial trouxe, finalmente, páginas de jornal com títulos e imagens que

respiravam liberdade. No entanto, essa liberdade chegou sem um guia. Eugénio Alves descreve o momento com franqueza: “Foi uma explosão. Podíamos escrever à vontade e escrevemos disparates. Muitas vezes, a emoção ultrapassou a racionalidade.” A incerteza permaneceu, sobretudo entre quem sempre exerceu a profissão sob vigilância. “A esmagadora maioria dos jornalistas nunca tinha trabalhado em liberdade. Não sabiam o que era fazer jornalismo sem censura”, sublinha António Borge.

O regresso de João Vaz a Portugal aconteceu em novembro de 1974, após o fim do regime Marcelista. “Na segunda-feira, dia 2 de dezembro, fui ao jornal A Capital e voltei a trabalhar, agora em liberdade,” afirma. O jornalista constata que foi neste vespertino de Lisboa que passou 30 anos da sua vida e que sempre tentou contribuir para o melhor funcionamento do jornal. Quando regressou, deparou-se com uma situação contraditória, a qual descreve de forma irónica: “O censor que não censurou o texto acabou por ser despedido e foi ao jornal pedir trabalho.”

O fim da censura foi oficializado, mas o hábito de escrever com receio manteve-se enraizado nas redações. Em outubro de 1974, António Borge regressou a Portugal para assumir a chefia de redação do Telejornal, na RTP, e deparou-se com o facto de que “existiam camaradas que tinham medo de escrever certas coisas, mesmo depois do 25 de Abril”. O que nem sempre se verificou: “No meu caso e de outros camaradas que nunca tinham trabalhado sob censura, isso não se verificou.” Acabaria por

ser afastado de funções no período conturbado de 25 de Novembro de 1975. Dez anos mais tarde, voltou à televisão pública por decisão judicial. Em 1993, integrou a equipa da SIC com Emídio Rangel e, na RTP, chegou a moderar o programa “O 25 de Abril dos Jornalistas”.

Nos dias que se seguiram à Revolução, os portugueses tornaram-se os protagonistas. As bancas de jornais e revistas enchiam-se de leitores desejosos por saber e compreender; por, finalmente, ler palavras que soavam a verdade. E os jornalistas não ficaram indiferentes a essa necessidade. “As tiragens eram incríveis. Aqueles primeiros meses foram emocionantes,” lembra Eugénio Alves com nostalgia. Volvidos 51 anos da Revolução, o jornalista só lamenta que o espírito de Abril se tenha perdido nas redações: “Aquele solidariedade que havia entre camaradas praticamente desapareceu. Começa a luta por um emprego. E aí olhavam para o lado e viam o companheiro como um concorrente. Isso é terrível. Entre conquistas e desafios, não podemos esquecer que o jornalismo continua a ser um espaço de luta pela verdade e pela integridade em liberdade.”

*Estudantes do 2.º ano da licenciatura em Jornalismo, da Escola Superior de Comunicação Social.
Artigo escrito no âmbito da unidade curricular de Laboratório de Jornalismo II para a rubrica Abril e os Jovens

MULHERES DE ABRIL: VOZES NA REVOLUÇÃO



Helena Roseta, ao centro, participou ativamente na redação da Constituição de 1976, especialmente nas matérias relacionadas com o direito à habitação

Desde sempre privadas do direito ao voto e de participação política, o 25 de Abril foi como um mundo novo que rompeu com o silêncio que condicionava as mulheres, em Portugal. Com a possibilidade de emancipação, muitas personalidades femininas, como Helena Roseta e Odete Isabel, assumiram papéis de destaque na vida pública, mas o caminho percorrido desde as primeiras eleições livres de 1975 até hoje continua a envolver desafios

AMBRE DUARTE E ANA BÁRBARA DUARTE*

DURANTE OS 48 ANOS que a ditadura perdurou em Portugal, a mulher era vista como o espelho da submissão. O seu lugar era, acima de tudo, o lar, onde exercia funções de espo-

sa, de dona de casa e de mãe – o papel mais enaltecido pelo regime. Esperava-se que fosse recatada, obediente e inteiramente dedicada à família, sendo-lhe desaconselhada e, por vezes,

mesmo impedida qualquer forma de participação na vida pública e, principalmente, política. Mesmo num contexto de repressão e silenciamento, a vontade de envolvimento cívico e político nunca deixou de germinar. Por todo o passado de opressão, o 25 de Abril foi ainda mais significativo para as mulheres que lutaram pela liberdade. O poema de Sophia de Mello Breyner, tantas vezes citado nas comemorações dos 50 anos do 25 de Abril, reflete a força desse desejo: “Esta é a madrugada que eu esperava/ O dia inicial e limpo/ onde emergimos da noite e do silêncio/ E livres habitamos a substância do tempo.”

A partir da Revolução dos Cravos, as mulheres não se limitaram ao papel de eleitoras. Muitas ousaram ir além, candidatando-se a câmaras municipais e à Assembleia Constituinte. Um passo decisivo que abriu caminho à representatividade feminina na política e que consolidou o seu lugar na jovem democracia portuguesa e, mais tarde, no tecido político como um todo. Maria Inácia Rezola, historiadora e comissária executiva da Comissão Comemorativa dos 50 anos do 25 de Abril desde 2022, contextualiza a importância da Revolução para o país e, em particular, para as mulheres: “O 25 de Abril de 1974 foi um marco significativo na história nacional, que abriu as portas à democratização da sociedade portuguesa, com impactos imediatos na emancipação das mulheres, bem como na sua libertação política. A partir do instante em que tiveram direito de voto pleno e livre, foi possível a criação de condições para a produção de legislação sobre igualdade de género.”

Para a também investigadora do LIACOM (Laboratório de Investigação Aplicada à Comunicação) e do Instituto de História Contemporânea, da Universidade Nova de Lisboa, é essencial recordar que “embora o 25 de Abril tenha criado as condições jurídicas e políticas para a participação das mulheres, o seu verdadeiro espaço político foi sendo conquistado progressivamente, num processo cheio de avanços e retrocessos, mas sobretudo marcado pela persistência”.

As mulheres tiveram de afirmar, com resiliência e determinação, o seu lugar na recém-nascida democracia, numa altura em que Portugal era uma sociedade essencialmente masculina. “A política, na altura, era território de homens e muitas mulheres, sentindo-se intrusas, eram julgadas por ousar entrar. A ausência de figuras públicas femininas perpetuava a ideia de que a ‘política não era para mulheres’. As primeiras eleições para a Assembleia Constituinte ocorreram a 25 de abril de 1975 e a sub-representação feminina manteve-se nas décadas seguintes. Obstáculos como o machismo estrutural, a dupla jornada de trabalho – profissional e doméstica – e a resistência cultural continuaram a dificultar a plena participação política das mulheres”, acrescenta a historiadora.

As atas da Assembleia Constituinte revelam episódios que ilustram bem as dificuldades enfrentadas pelas deputadas. Os homens mereciam tratamento de “senhor deputado”, enquanto as mulheres eram, muitas vezes, designadas apenas por “senhora” ou “minha senhora”. Um episódio célebre ocorreu, como conta a investi-

gadora, “numa troca de palavras entre a deputada Helena Roseta e Vasco da Gama Fernandes, deixando patente a dificuldade deste último em dirigir-se à deputada da mesma forma como tratava os deputados do sexo masculino”.

ROSTOS QUE REDEFINIRAM O CAMINHO

Entre vozes, rostos e ideias, várias mulheres destacaram-se na luta pelo direito à participação política. Helena Roseta, hoje com 77 anos, foi secretária-geral do antigo Sindicato Nacional dos Arquitetos, cargo que ocupava quando foi detida pela PIDE, em 1973. Após a Revolução, filiou-se no PPD/PSD. Em 1975, foi eleita à Assembleia Constituinte e, no ano seguinte, para o Parlamento. Participou ativamente na redação da Constituição de 1976, especialmente nas matérias relacionadas com o direito à habitação. Nesse mesmo ano, foi eleita vereadora em Lisboa e, de 1982 a 1985, tornou-se presidente da Câmara de Cascais.

Helena Roseta recorda um episódio insólito que marcou a sua trajetória: “Lembro-me que a primeira vez que usei um par de calças compridas, umas calças de bombazina, para ir para uma aula na faculdade, que era então em pleno Chiado, foi um escândalo.” Este episódio ilustra, de forma clara, o conservadorismo e o atraso social/cultural que marcavam a realidade portuguesa da época, contexto que Helena Roseta descreve com lucidez: “Era um país pobre e muito atrasado. Tínhamos um nível de remuneração salarial baixíssimo, havia fome e miséria.”

Na madrugada de 25 de Abril de 1974, por volta das três da manhã, recebeu um telefonema

a informar que uma revolução estava em curso. Embora, à época, a população tivesse sido aconselhada a permanecer em casa por razões de segurança, contrariando as ordens, os portugueses saíram à rua e tomaram parte ativa no momento histórico. “Os militares do MFA (Movimento das Forças Armadas) dizem que aquela saída espontânea de toda a gente para a rua com o objetivo de ver o que se estava a passar em primeiro lugar, e para os apoiar, é que transformou um golpe de Estado numa revolução”, lembra. Helena Roseta não esquece o irromper de felicidade sentido e a confiança da população para com os militares: “Não havia desconfiança nenhuma porque as pessoas confiaram nos militares que fizeram a Revolução. Deitaram abaixo um regime do qual já estávamos fartos e isso provocou uma alegria imensa.”

Com a mesma firmeza de espírito do 25 de Abril, hoje partilha, com quem sonha trilhar o caminho da política, um conselho moldado pela sua própria luta: “O mundo da política é o dia a dia, é compreender as causas e envolver-se nelas. Juntem-se, juntem-se com amigos, com associações, com colegas, com grupos. Não façam nada sozinhos. Não se pode travar esta batalha sozinhos. É importante continuar a lutar pela liberdade.”

O DESPERTAR DA LIDERANÇA FEMININA LOCAL

Neste processo de lenta conquista de voz e espaço, surgiram outras mulheres, determinadas a quebrar o silêncio imposto. Odete Isabel, atualmente com 84 anos, foi uma das primei-



Odete Isabel foi a primeira mulher, em Portugal, eleita para a presidência de uma autarquia, graças ao 25 de Abril. Foi presidente da Câmara da Mealhada.

ras cinco mulheres a assumir a presidência de uma câmara municipal, em Portugal, em 1976. Odete Isabel tomou posse da liderança da autarquia da Mealhada, sendo, inclusive, considerada a primeira mulher a exercer o cargo de presidente da câmara em Portugal. Licenciada em Farmácia pela Universidade do Porto, foi precursora no desenvolvimento social, nomeadamente, na área da educação, com, por exemplo, a criação de uma rede de jardins de infância, no concelho. “No meu tempo de presidente de câmara, e com os homens que trabalharam comigo, fizemos o levantamento do número de crianças dos três aos seis anos e garantimos a sua cobertura, com três infantários nas zonas com maior concentração de crianças. Nas res-

tantes, arranjámos amas e pessoas disponíveis para cuidar das crianças”, lembra a ex-autarca. A sua eleição simbolizou não apenas uma vitória pessoal, mas também coletiva. Era um sinal de que, finalmente, as mulheres começavam a ocupar lugares de decisão e de poder, num país ainda recente no que tocava à democracia. A vivência de Odete Isabel enquanto autarca personifica as dificuldades sentidas pelas mulheres com intervenção pública à época. “Estávamos perfeitamente em mundos diferenciados. Os homens tinham toda a possibilidade de fazerem a organização social vigente, de modo a marcar profundas diferenças entre homens e mulheres. O facto de uma mulher entrar no mundo dos homens e definido pelos homens, naturalmente que não tinha nenhuma passadeira vermelha. Portanto, as dificuldades estavam presentes e os desafios eram para quem tivesse mais força para os vencer.”

Com emoção e reverência, a ex-autarca evoca um dos momentos mais marcantes da sua trajetória, ao recordar o reconhecimento recebido de uma das figuras mais emblemáticas da história política portuguesa com palavras que ficaram gravadas na memória: “Maria de Lourdes Pintasilgo entendeu-me perfeitamente. Achava que as minhas qualidades, se é que as havia, a minha maneira de ser podia ser muito bem orientada. A partir daí, disse que eu seria uma defensora dos direitos das mulheres porque não tinha medo.”

CONTINUAR A SONHAR

Sem memória o futuro perde o rumo. Helena Roseta lembra como num período marcado

por golpes, diversos militares na rua e manifestações conseguiram “aprovar por dois terços uma constituição que completa 50 anos. Continua e pouco foi alterada”. A arquiteta acredita que, apesar dos impasses, o objetivo era comum: encontrar soluções.

Segundo Maria Inácia Rezola, foram inúmeras as conquistas alcançadas pelos portugueses. Em 1977, foi criada a Comissão da Condição Feminina. Como explica a historiadora, “foi o primeiro organismo estatal com a missão de promover a igualdade de género e combater a discriminação contra as mulheres”. Esta Comissão evoluiu para a Comissão para a Igualdade e Direitos das Mulheres, em 1991, e, mais tarde, para a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, o organismo público atualmente responsável pela área da igualdade. Estabeleceram-se melhoramentos legais estruturantes, como a reforma do Código Civil, em 1977. “Aboliu o conceito de ‘chefe de família’, garantindo igualdade de direitos entre marido e mulher, permitindo que as decisões no seio do casal passassem a ser tomadas em conjunto. As mulheres deixaram de necessitar da autorização do marido para exercer algumas profissões ou para viajar. A legislação laboral passou a proibir expressamente a discriminação salarial e no acesso ao emprego com base no sexo. Foi consagrado o direito à proteção da maternidade, com licenças pagas e proteções contra o despedimento por gravidez”, indica a historiadora.

Nas últimas décadas, questões como o combate à violência de género começaram a, finalmente, integrar a agenda pública. Maria

Inácia Rezola refere ainda que “desde 2000, o Estado passou a reconhecer a violência doméstica como crime público e foram constituídas redes de apoio às vítimas, casas abrigo, linhas de emergência e formação especializada para forças policiais e operadores judiciais”. A Lei da Paridade, de 2006, contribuiu, igualmente, “para o aumento progressivo da presença feminina na Assembleia da República e noutros órgãos de soberania.”

A participação das mulheres nas eleições de 1976 representou, como sublinha a historiadora, “mais do que um direito conquistado. Foi um passo decisivo na construção democrática.” Como descreve: “A mobilização das mulheres no contexto político e eleitoral português foi dinâmica, multifacetada e determinante para a democratização do país. A sua participação não só se expandiu quantitativamente, com mais mulheres a votar e a serem eleitas, como a nível qualitativo, através da sua presença em partidos, movimentos sociais e instituições.” Ao longo do tempo, a presença feminina deixou de se limitar a papéis secundários e passou a integrar os espaços de decisão. Atualmente, essa presença continua a desenvolver-se, mas ainda existem questões de paridade de género na Assembleia e no interior dos partidos por resolver: “O processo de conquista da igualdade ainda enfrenta desafios, nomeadamente na efetiva partilha de poder e nas estruturas partidárias.”

*Estudantes do 2º ano da licenciatura em Jornalismo, da Escola Superior de Comunicação Social (ECS)-IPL.

Artigo escrito no âmbito da unidade curricular de Laboratório de Jornalismo II para a rubrica Abril e os Jovens.

DINHEIRO E DÍVIDA

DUAS FACES DA MESMA MOEDA



Surgiu no panorama político um grupo de países que decidiu fundar o grupo dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) rompendo finalmente o feroz bloqueio imposto pelos EUA

É urgente parar de vez com a injustiça económico-financeira
e a desigualdade social que permitem o aumento desmedido
da riqueza de uns poucos à custa da pobreza da grande maioria

JOSÉ COSTA NEVES*

*Ninguém é mais irremediavelmente
escravizado do que aqueles
que falsamente acreditam que são livres*

Johann Wolfgang von Goethe

TÃO POUCOS COM TANTO e tantos com tão pouco. Os números não enganam.

Independentemente das fontes de informação e por mais voltas que se lhes dê, os números acabam sempre por nos dizer que 10% da população mundial controla cerca de 76% da riqueza produzida, sobrando para as classes média e baixa apenas os restantes 24%. Dizem-nos também que cerca de 1% das pessoas possuem 40% da riqueza global do planeta e que existem actualmente mais de um bilião de pobres subnutridos que morrem diariamente vítimas da fome, incluindo cerca de 34 mil crianças vítimas de doenças, hoje facilmente evitáveis.

Perante esta situação dramática, somos levados a concluir que algo de muito errado se passa com o sistema de controlo da distribuição da riqueza mundial, ameaçando permanentemente a qualidade de vida da generalidade dos cidadãos.

Por isso, é urgente parar de vez com a injustiça económico-financeira e a desigualdade social que permitem o aumento desmedido da

riqueza de uns poucos à custa da pobreza da grande maioria, ao ponto de existirem Estados e respectivos povos que vivem com produtos internos brutos (PIB) inferiores a algumas das maiores fortunas acumuladas por alguns desses privilegiados.

O presente e despretensioso texto não é mais do que uma modesta síntese do que fui aprendendo ao longo do árido percurso que me propus percorrer à volta destas matérias.

O ACORDO DE BRETTON-WOODS

Nos últimos séculos, o centro do mundo fixou-se no continente europeu, onde se desenvolveram vários impérios coloniais. Após a declaração de independência dos Estados Unidos da América (EUA), em 4 de Julho de 1776, essa centralidade foi-se deslocando aos poucos para a outra margem do Atlântico, onde se fixou até aos dias de hoje.

Naturalmente, os governantes do chamado Novo Mundo procuraram reforçar a soberania

recém-conquistada aos europeus, dando início à exploração e desenvolvimento do território libertado. Para concretizar os seus objectivos, começaram por recorrer à colaboração e financiamento dos seus ex-colonizadores britânicos, fervoros adeptos do livre comércio e praticantes de empréstimos com altos juros. Porém, cedo perceberam que a solução escolhida não lhes permitia atingir os níveis de desenvolvimento económico, financeiro e industrial ambicionados, pelo que resolveram libertar-se das intermináveis dívidas a que estavam sujeitos, o que implicava necessariamente a criação de moeda própria. Porém, a súbita e crescente pressão da procura e da concorrência associadas à ausência de um sistema regulatório interno digno desse nome, fizeram com que a actividade bancária atravessasse um período sombrio de forte insegurança e fraca confiabilidade.

Para aperfeiçoar o sistema, o Departamento do Tesouro dos EUA resolveu criar, em 1791, o primeiro Banco Central Americano (BCA), única instituição formalmente autorizada a emitir dinheiro. Porém, no período que se lhe seguiu, a dívida nacional subiu de tal maneira que, em 1835, o presidente Andrew Jackson, considerou o Banco Central uma instituição elitista e especialmente vocacionada para controlar o trabalho e o rendimento das pessoas dependentes do trabalho, decidindo encerrá-lo e assumir como prioridade do governo o pagamento integral da dívida pública do país, o que

conseguiu pela primeira e última vez na história dos EUA.

A partir dessa altura, a competência para emitir papel-moeda passou a ser assumida pelos bancos autónomos americanos, que passaram a funcionar praticamente sem qualquer tipo de regulação e supervisão digna desse nome. Mais tarde, já em pleno ambiente de guerra civil (Guerra da Secessão), o presidente Abraham Lincoln, que desempenhou o cargo de 4 de Março de 1861 até ser assassinado em 15 de Abril de 1865, decidiu finalmente criar uma moeda nacional, o dólar, independente do exterior e livre de dívidas, que ficou conhecida por “Greenback”¹. Este acto teve grande impacto na sociedade americana e especialmente nos bancos americanos e ingleses, que foram compelidos a orientar formalmente os seus procedimentos pelo seguinte princípio: “A escravidão é simplesmente a posse da mão-de-obra e exige cuidar dos trabalhadores, enquanto o plano europeu é que o capital controle a mão-de-obra controlando os salários”.

Já no final de 1913, por pressão de banqueiros internacionais, o presidente Woodrow Wilson decidiu criar de novo um Banco Central dos Estados (BCA), o Federal Reserve (FR), com a missão genérica de regular as actividades bancárias na recém-criada rede do Sistema da Reserva Federal. O órgão central do BCA era o Conselho de Governadores, que integrava 12 bancos regionais, sendo os respectivos presi-

1 É interessante sublinhar que o presidente Lincoln, coerentemente, já tinha rejeitado liminarmente os empréstimos com altos juros oferecidos pelos bancos europeus.

dente e vice-presidente escolhidos pelo próprio presidente dos EUA, mas posteriormente submetidos à aprovação do Senado. Convém acrescentar que o Federal Reserve era – e continua a ser – o detentor das reservas dos bancos do sistema, o que lhe permite intervir na política monetária dos EUA, designadamente na definição das taxas de juros.

Depois disso, o mundo assistiu a sucessivos conflitos, designadamente a duas guerras mundiais. Já próximo do final da Segunda Guerra e da derrota da Alemanha nazi, 45 nações aliadas resolveram reunir-se na cidade americana de Bretton Woods para debater as bases de um novo sistema monetário e financeiro multilateral. Dessas negociações, que decorreram de 1 a 22 de Julho de 1944, resultaram as bases do actual sistema neocapitalista, que alancoraram os EUA à posição de líder do primeiro grande império global da história da humanidade.

Durante os trabalhos, confrontaram-se duas propostas, uma americana e outra britânica, que divergiam em certos aspectos essenciais para o desenvolvimento do novo sistema monetário internacional. Basicamente, enquanto a delegação americana, liderada pelo famoso economista Harry Dexter White, defendia o dólar como moeda internacional nas transacções comerciais com base num câmbio fixo, a britânica, liderada pelo não menos famoso Jo-

hn Maynar Keynes, defendia a criação de uma moeda colectiva diferente das moedas nacionais dos signatários do acordo com um mecanismo de ajustamento que evitasse que qualquer uma delas fosse privilegiada em relação às restantes².

Escusado será dizer que a proposta de Keynes foi derrotada e o dólar americano foi o feliz contemplado, deixando escancaradas as portas para que os EUA viessem a dominar a política e o comércio mundiais.

Nessa altura, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) era presidida por Joseph Stalin, que mantinha boas relações pessoais com seu homólogo americano Franklin Roosevelt e, talvez por isso, participou nos trabalhos. Porém, o falecimento em 1945 do presidente Roosevelt e a sua substituição por Harry Truman, implicaram o esfriamento das relações entre as duas grandes potências, facto que contribuiu para que Stalin não ratificasse o Acordo de Bretton Woods. Pelo contrário, a China de Chiang Kai-shek, também envolvida nos trabalhos desde o início, achou por bem assiná-lo.

Os acordos de Bretton Woods, entre outras matérias, limitava a taxa de câmbio a mais ou menos 1% e determinava que o dólar passasse a valer 35 gramas de ouro. Além disso, para controlar o funcionamento do novo sistema monetário internacional, criou várias organizações internacionais destinadas a promover o seu fun-

2 Bancor era a designação da moeda colectiva proposta por John Keynes.

cionamento, fiscalização e supervisão, designadamente o Banco Mundial (BM)³ e o Fundo Monetário Internacional (FMI), o primeiro vocacionado para a concessão de empréstimos para o desenvolvimento de projetos de investimento considerados relevantes, o segundo destinado a assegurar a estabilidade do sistema através da concessão e resgate de empréstimos aos países que, segundo os critérios do sistema, entravam em dificuldade económico-financeira.

Estranhamente, os critérios de avaliação de risco dos Estados e empresas foram deixados à responsabilidade de empresas privadas (agências de rating) e, como tal, orientadas para o lucro e com interesses próprios que as tornavam facilmente vulneráveis a situações de parcialidade, erro e conflitualidade de interesses. Como se isso não bastasse, os critérios de avaliação que aplicavam invadiam claramente domínios políticos, sociais e até mesmo culturais, exclusivamente reservados à soberania dos Estados sob avaliação.

Além disso, não foi certamente por acaso que a escolha das mais influentes empresas de rating junto do BM, FMI e do próprio Banco Central Europeu (BCE) recaiu sobre as americanas Fitch, a Moody's e Standard & Poor's, e a canadiana DBRS Morningstar.

A partir de Bretton Woods e, sobretudo, da escolha do dólar como moeda internacional, os EUA passaram a liderar o sistema financeiro e monetário mundial.

CHAVES-MESTRAS DO SUCESSO

Por volta da década de sessenta, as finanças dos EUA entraram em crise, implicando a desvalorização do dólar e graves prejuízos para a economias dos países que o utilizavam como moeda de troca comercial. Como se sabe, para atenuar os efeitos da crise, esses Estados optaram politicamente por salvar, através dos seus principais Bancos, o grande capital ameaçado pela crise, endividando-se e obrigando a generalidade das suas empresas e cidadãos em geral a endividar-se também.

Perante a gravidade da situação, o Presidente dos EUA, Richard Nixon, decidiu trocar as reservas de dólares por ouro e eliminar definitivamente, em 1971, a cláusula da convertibilidade do dólar americano em ouro estabelecida no acordo de Bretton Woods, transformando o dólar americano em moeda fiduciária, isto é, de valor apenas dependente da confiança atribuída pelos utilizadores.

Já depois da decisão de Richard Nixon, em 10 de Fevereiro de 1994, o Banco Central Americano (Federal Reserve Bank of Chicago) emitiu um documento interno intitulado *Modern Money Mechanics* (Mecânica Monetária Moderna), que instruíu os bancos do Federal Reserve System sobre a aplicação de um novo processo de criação de dinheiro a partir do sistemático endividamento de empresas e cidadãos. O método, minuciosamente descrito no documento, intitulava-se Sistema de Reservas Bancárias Fracionadas.

3 A primeira instituição criada no âmbito do BM foi o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD).

Esquemáticamente, o processo desenvolvia-se da seguinte forma:

Sempre que o Governo americano precisava de dinheiro, elaborava Títulos do Tesouro (Títulos Públicos) de valor igual à quantia desejada, enviando-os depois para o Banco Central Americano (BCA). Estes títulos não passavam de meras declarações de dívida do governo dos EUA ao BCA. Cumpridas as formalidades da praxe, o BCA imprimia a quantidade de dólares correspondentes ao valor desses títulos, que depositava seguidamente numa conta bancária à ordem do Governo. A partir desse momento, o novo dinheiro estava em condições de ser posto a circular. Com este processo simples, mas engenhoso, a oferta monetária dos EUA acabara de aumentar com dinheiro criado simplesmente a partir da citada dívida do governo ao BCA. Sigamos agora a pista destes novos dólares. Segundo as regras impostas pela Modern Money Mechanics, 10% do valor inicial passaria automaticamente a fazer parte das reservas do Banco, ficando apenas os restantes 90% disponíveis para futuras transacções bancárias. Quando surgisse o primeiro cliente a solicitar esse dinheiro por empréstimo, o Banco começava por aplicar de novo a regra dos 10% e transferia o que sobrava para a conta do cliente. Como se imagina, de cada vez que o processo se repetia, o dinheiro disponível para novos empréstimos ia diminuindo ao mesmo tempo que as reservas do Banco aumentavam. Quando a totalidade do dinheiro depositado inicialmente pelo BCA se esgotava, o Governo repetia o “milagre” da criação de mais dinheiro a partir de uma nova dívida do Governo ao BCA.

POR VOLTA DA DÉCADA DE SESENTA, AS FINANÇAS DOS EUA ENTRARAM EM CRISE, IMPLICANDO A DESVALORIZAÇÃO DO DÓLAR E GRAVES PREJUÍZOS PARA A ECONOMIAS DOS PAÍSES QUE O UTILIZAVAM COMO MOEDA DE TROCA COMERCIAL

Escusado será dizer, que o governo jamais pagaria essas dívidas ao BCA, aumentando dessa forma o total de moeda em circulação.

Fica claro, mesmo sem apresentar exemplos concretos, que, desde o início da aplicação da Moderna Mecânica do Dinheiro em 1994, o governo dos EUA, o Banco Central Americano e os próprios bancos em geral se transformaram numa fonte inesgotável de dólares criados a partir das dívidas bancárias e juros pagos pelas empresas e cidadãos utilizadores do sistema.

No entanto, como não há bela sem senão, a aplicação do Sistema de Reserva Fraccionária, que só por si é intrinsecamente inflacionário, provoca frequentes desequilíbrios entre o total do dinheiro em circulação e a procura de bens e serviços, problema insolúvel que o sistema camufla à custa da sistemática desvalorização do dólar, que mais não é do que um imposto oculto aplicado sobre a generalidade dos cidadãos, vulgarmente conhecido por inflação.

Os leitores que pretendam aprofundar o assunto poderão recorrer a estatísticas relevantes e credíveis para verificar que, de facto, sobretudo a partir de 1950, a oferta de dinheiro aumentou na mesma proporção do que a dívida nacional americana, hoje a maior do mundo, que já ultrapassou 36 triliões de dólares (36x10¹²), em grande parte detida pela sua maior rival, a China. Paralelamente, o poder de compra do dólar decrescia cerca de 96%.

A situação é de tal maneira preocupante, que a diligente agência de notação financeira Moody's, alarmada com a contínua subida do endividamento e do défice orçamental americanos, não pôde evitar que, pela primeira vez na história dos EUA, baixasse a classificação do país de "Aaa" para "Aa1".

DECLÍNIO DO IMPÉRIO AMERICANO

O sucesso americano obtido após Bretton Woods não foi certamente o sucesso para os países pobres, fracos, e dependentes, e muito menos dos seus cidadãos. A análise descomprometida do que se tem passado no mundo nas últimas décadas mostra claramente que só os mais endinheirados e poderosos beneficiaram com o novo sistema monetário e financeiro multilateral de Bretton Woods.

A propósito, convém que os portugueses não esqueçam que foi a grande crise financeira de 2007/2008 que serviu de pretexto para que a intervenção do todo poderoso FMI e seus acólitos impusesse em Portugal drásticas medidas

austeritárias sob a falsa acusação de o Estado, empresas e cidadãos terem gasto acima das suas possibilidades, apesar de saberem que o excessivo crédito e endividamento tinha sido instigados pela propaganda especializada, na justa medida em que eram o combustível sem qual o sistema monetário imposto ao mundo pela Modern Money Mechanics não funcionava.

Ironicamente, este mesmo sistema especialmente concebido para explorar o mundo do trabalho, continha também o vírus que acabaria por provocar posteriormente o declínio dos EUA por via da sua progressiva desindustrialização e deslocalização das mais importantes empresas para países pobres, de mão-de-obra barata e desprovida dos mais elementares direitos laborais⁴.

Quando os EUA despertaram para esta realidade, já vários países procuravam libertar-se da dominação do dólar fiduciário, tentativas que foram violentamente reprimidas pelo poder militar dos EUA (Iraque, Líbia, etc.), até que surgiu no panorama político um grupo de países que decidiu fundar o grupo dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) rompendo finalmente o feroz bloqueio imposto pelos EUA.

Actualmente, o número de aderentes da associação continua a aumentar e já constitui o maior bloco demográfico e económico do planeta. Apesar disso, a media ocidental alinhada e/ou comprometida com os interesses americanos e afins continua a fingir nada saber, como aconteceu recentemente com as impor-

4 Situação que, em nosso entender, facilitou em grande medida a reeleição de Trump.

tantes actividades desenvolvidas recentemente pelos BRICS no Rio de Janeiro⁵.

A síndrome da avestruz de que enferma essa media é fácil de entender na medida em que os BRICS estão a desenvolver um novo sistema económico, financeiro e comercial alternativo ao de Bretton Woods, que ameaça seriamente o poder do dólar e a tradicional supremacia americana, useira e vezeira em extorquir sistematicamente os recursos naturais dos países mais frágeis do globo a troco de empréstimos e juros praticamente impossíveis de saldar.

Nos tempos que correm, o mundo está a assistir ao choque entre dois modelos de sociedade muito diferentes, um imperialista, impositivo, oligárquico, (neo)colonialista e ancorado na força armada dos EUA, o outro multipolar e alicerçado no direito internacional, na diplomacia e no diálogo, onde nações grandes e pequenas, ricas e pobres, coexistam e negoceiem de forma livre e soberana, respeitando os legítimos interesses de cada um e tendo em conta as suas potencialidades, vulnerabilidades, culturas e recursos naturais disponíveis e voluntariamente negociáveis. Dadas as circunstâncias, é compreensível, mas não aceitável, que a conflitualidade continue a espalhar-se um pouco por toda a parte, situação a que não são certamente alheias as dificuldades com que se debatem, interna e externamente, os EUA. No entanto, apesar de se saber que o orgulho ferido, a urgência e o desespero são maus conselheiros, vale a pena acreditar

que as partes desavindas resistirão à tentação de usar ou deixar usar armas nucleares tácticas, sob pena de poderem desencadear um confronto nuclear generalizado que ponha em causa a sobrevivência da própria humanidade. Por isso, a bem da paz mundial, seria excelente que os EUA reconhecessem de uma vez por todas que já não são a grande potência hegemónica do passado e aceitassem integrar-se, pacífica e construtivamente, na nova ordem multipolar global emergente.

Quanto à União Europeia, apenas registamos com espanto e mágoa a flagrante ausência de ambição, entusiasmo, imaginação, competência, dinamismo e, finalmente, a incapacidade que os seus dirigentes para representarem e defenderem condignamente os interesses europeus, optando, pelo contrário, por desempenhar o obscuro papel de vassallos dos EUA/OTAN.

Terminamos este texto com a firme convicção de que sistema monetário e financeiro multilateral de Bretton Woods será em breve substituído por outro, ou por outros, que permitam finalmente o acesso dos países pobres, fracos e endividado ao desenvolvimento justo, coerente e harmónico a que têm direito.

O mundo só avançará harmónica e pacificamente após a eliminação e/ou reformulação do sistema de dívida perpétua que nos governa actualmente, em que dinheiro e dívida são as duas faces da mesma moeda.

* Capitão de Abril, sócio da A25A

5 Nos dias 4 e 5 de Julho de 2025 realizou-se a 10ª reunião anual do conselho do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB) dos BRICS e no dia 6 seguinte iniciou-se a 16ª reunião da cúpula da organização.

PORTUGAL NA ENCRUZILHADA DA DEMOCRACIA

Estamos a assistir plenamente à situação em que a arma dos poderes dominantes é semear o caos para alargar o seu domínio. Que este propósito, como a guerra na Ucrânia e a atual política externa americana, sirva de alerta para a ação dos democratas europeus inverterem decididamente a entropia acelerada nas nossas sociedades

JOSÉ PITEIRA SANTOS*

DURANTE O SÉCULO XX, a Europa conheceu duas guerras devastadoras, resultado de ruturas entre Estados, que procuravam manter um equilíbrio de forças, em situação de competição num jogo de alianças para evitar o risco de novos poderes hegemónicos no continente. Esta política de equilíbrio e competição entre os Estados europeus foi, para além das desconfianças mútuas, fonte de progresso e de liderança mundial e terá sido um fator importante para a liberdade na Europa e consequentes descolonizações.

Os Estados europeus, agora somente em território europeu, em ruínas após as duas guerras,

só se conseguiram manter não por alianças estatais, mas pela intervenção dos EUA e a criação da NATO, garantindo o equilíbrio e capacidade de defesa no período da Guerra Fria, mas tornaram-se muito dependentes desse apoio, a que se juntou uma importante “estratégia de contenção” com a União Soviética, promovida por George Kennan.

O 25 DE ABRIL E O IMPÉRIO

Portugal foi exceção à democratização e à descolonização, dando origem, em pleno período da Guerra Fria, à Revolução do 25 de Abril de 74. O contexto externo era complexo, de con-



A partir da Lei Constitucional 1/82 Portugal iniciou de pleno direito o regime democrático liberal e pôde estabelecer novos acordos na Europa tal como a adesão à CEE em 1986

flito ideológico entre democracia liberal e comunismo que influenciava o ambiente interno a que acrescia a luta entre os apoiantes da nova realidade política e as forças sociais que procuravam reconquistar o poder e manter o “império” possível com novos protagonistas. Recorde-se a tentativa de aliciamento de Spínola junto de Nixon num encontro em Junho de 74 na Base das Lajes, para uma descolonização muito diferente da que o MFA preconizava.

Perante uma realidade nova de mudança de poder, um formalmente caído e outro à procura de se afirmar e quando a liberdade era a palavra de ordem, esta soltou-se vibrante da alta pres-

são a que estivera submetida durante décadas, a que a perspectiva da continuação da guerra dava mais impulso. Perante a vertigem do momento, de luta pela liberdade, por tantos não vivida e tão desejada, cito o historiador Borges Coelho: “A história não caminha em linha reta, não segue uma estrada com o sol da vitória na linha do horizonte animando os nossos cânticos. Enreda-se, volteia, avança, recua”.

E esta jogava-se não só nas ruas, mas nos bastidores, no próprio dia 25 de Abril 74, por contactos entre intermediários de Marcelo Caetano junto de Spínola a dar-lhe “a responsabilidade do assumir o poder”, como Vasco Lourenço re-

fere no livro *Por dentro da Revolução*: “Spínola tinha sido nomeado Presidente da República ou da Revolução pelo Marcelo Caetano, quando, no Carmo, com a aceitação do Otelo, recebe o poder...”.

Era o paradoxo do poder em estertor a tomar a iniciativa de decidir quem seria o sucessor. Era uma vitória política oferecida sem custo a Spínola, secundarizando o MFA vitorioso.

Assim surgia nova luta pela liberdade que se debatia agora ao mais alto nível do poder como relata a historiadora Maria Inácia Rezolla: “O fundamental era a luta da comissão coordenadora do MFA com Spínola, que começou logo na noite de 25 de Abril de 1974”, nomeadamente quanto a uma alteração ao Programa do MFA referente ao reconhecimento do direito à autodeterminação e independência das colónias.

A desconfiança por parte dos movimentos de libertação das colónias, resultou logo da proclamação ao país feita por Spínola: “A JSN a que presido, assume perante o país o compromisso de garantir a sobrevivência da nação soberana no seu todo pluricontinental”. Como é que ele podia garantir este futuro?

Esta informação pública iria envenenar todo o processo de descolonização e criar graves perturbações sociais com repercussões no meio militar. Dar sinais ambíguos foi obviamente perigoso.

Resultava duma estratégia cujas tentativas sucessivas para institucionalizar o seu poder pessoal, de neocolonização e de anular o MFA, deu origem a novos conflitos e perturbações sérias na condução do processo revolucionário e que culminou no 11 de Março de 75.

**O CHOQUE IA PARA LÁ
DO AMBIENTE MILITAR,
JÁ DE SI DIVIDIDO ENTRE
A VIA REVOLUCIONÁRIA,
DE CONCILIAÇÃO
TÁTICA ENTRE AS VIAS
POPULISTA (OTELISTA)
E VANGUARDISTA
(GONÇALVISTA) E A VIA
ELEITORAL (GRUPO
DOS NOVE)**

LEGITIMIDADE REVOLUCIONÁRIA E LEGITIMIDADE ELEITORAL

A partir daqui nova fase da luta pelo poder, já não centrada na questão colonial, mas nas eleições de 25 de Abril de 75, após as quais iria passar para o confronto entre uma legitimidade revolucionária e a legitimidade eleitoral, com desenvolvimentos complexos.

O choque ia para lá do ambiente militar, já de si dividido entre a via revolucionária, de conciliação tática entre as vias populista (otelista) e vanguardista (gonçalvista) e a via eleitoral (grupo dos nove) que procurava o compromisso do Programa do MFA de pluralismo político e desenvolvimento económico do tipo europeu, embora com nuances específicas em termos económico-sociais.

Os resultados eleitorais de uma participação

popular muito expressiva, que caracterizaram o país em termos sociológicos, levou os partidos políticos a ajustarem as suas estratégias, alterando os objetivos e as formas de intervenção social.

Eles iriam passar a ser intervenientes estruturalmente ativos, de acordo com a sua força eleitoral e capacidade de influência junto das fações militares, que em lugar de se manterem unidas na defesa do espírito inicial do 25 de Abril e da garantia da realização das eleições ao fim de um ano, logo pelo respeito dos seus resultados, se deixaram manobrar, perdendo grande parte do seu estatuto de centro coordenador e moderador do poder político até ao estabelecimento em pleno do regime democrático pluralista. Deixaram-se dividir para outros reinarem!

O confronto agudizou-se chegando ao fim a 25 de Novembro de 1975.

EUROPA – DA CEE AOS NOSSOS DIAS

A partir da Lei Constitucional 1/82 Portugal iniciou de pleno direito o regime democrático liberal e pôde estabelecer novos acordos na Europa tal como a adesão à CEE em 1986. Projeto que nascera no contexto do final da II Guerra Mundial, como estrutura de cooperação económica e comercial, em substituição dos equilíbrios de poder estaduais anteriores.

Com o fim da Guerra Fria em 1991, a ideia mais vitoriosa, como uma segunda vaga após a II Guerra Mundial, foi a da democracia e uma profunda alteração da ordem internacional. A União Soviética fragmentou-se e a ocidente, particularmente na Europa, pensou ter-se per-

**A EUROPA NÃO SOUBE
DESENVOLVER
RELAÇÕES
DE PARCERIA ESTRATÉGICA
COM A RÚSSIA,
SEM DEPENDÊNCIA
DA ENERGIA RUSSA,
QUE ACABOU POR VIR
A USÁ-LA COMO ARMA
GEOPOLÍTICA**

dido um inimigo. Mera ilusão dos vencedores, que cometeram erros estratégicos, esquecendo os ressentimentos dos perdedores, como já acontecera após a Grande Guerra, com consequências dramáticas futuras, como as que estamos a viver hoje no leste da Europa.

A Europa não soube desenvolver relações de parceria estratégica com a Rússia, sem dependência da energia russa, que acabou por vir a usá-la como arma geopolítica, mercê da nova liderança russa que de há muito segue a doutrina de Catarina a Grande: “A única forma de defender as minhas fronteiras é alargá-las”.

Os Estados europeus ficaram numa inércia de dependência excessiva da supremacia americana na NATO sem evoluírem para uma autonomia estratégica, a par e passo com o pilar económico, revelando uma fragilidade externa. Como diz Robert Cooper, “se a Europa estiver

disposta a seguir um caminho sério, precisa de contribuir mais no campo do músculo militar” pois “o pacifismo salva consciências, mas não salva vidas”. Novos contextos implicam novas reflexões para novas respostas.

A sua estratégia de desenvolvimento em paz, não a libertou da prioridade da pura lógica económica e financeira, embrenhada em egoísmos nacionais, não tendo criado até ao momento estruturas de coesão política com mecanismos de resposta célere aos impérios a leste e agora a ocidente, que procuram dividi-la e bloqueá-la. O modelo europeu adaptado ao contexto em que a ordem internacional tinha o ocidente como referência, já não consegue responder eficazmente às exigências, mudanças e inovações múltiplas que a nova (des)ordem internacional impõe e tem perdido competitividade face aos EUA e à China, tal como diz Gabor Steingart, que paradoxalmente “a história de sucesso do capitalismo está a ser atualmente escrita noutras paragens”.

A UE arrisca-se a ser agora um perdedor na nova partilha internacional do poder, com consequências sérias para as democracias liberais, quando política e guerra (para além do uso de armas bélicas) estão de mãos dadas, como um dos motores da história, na dura luta pelo poder. Quantas vezes vemos os políticos europeus decidirem não decidir, arrastando, logo agravando os seus problemas. Como disse Lawrence Summers no Fórum de Davos de Janeiro de 2025: “Não vejo nada a mexer na Europa e daqui a seis anos vamos ter um Relatório Lagarde a repetir o que disse o Relatório Draghi”.

Estamos a assistir plenamente à situação em que a arma dos poderes dominantes é semear o caos para alargar o seu domínio. Que este propósito, como a guerra na Ucrânia e a atual política externa americana, sirva de alerta para a ação dos democratas europeus inverterem decididamente a entropia acelerada nas nossas sociedades.

QUE FUTURO?

A Europa democrática só pode defender os seus valores de liberdade e princípios iluministas, como dizia Hannah Arendt que “essa é a razão da política” e ser reconhecida como potência mundial, de direito próprio, se construir uma verdadeira unidade política e simultaneamente ser uma ponte com todos os países democratas, de qualquer latitude, no sentido de fortalecer a estabilidade, a paz e a segurança internacional.

Para tanto, dispor de lideranças com claro pensamento estratégico, agilidade e sem medo de enfrentar as duras adversidades do Leviatã hobbesiano em que o mundo está mergulhado.

É mais uma encruzilhada pela democracia e Portugal, na Europa e com ela, é um ator geopolítico importante e de ponte nas relações internacionais, pela sua história e em especial o legado do 25 de Abril de 1974, em prol da liberdade dos povos, contra os ventos sombrios que sopram, pois, como disse António Gramsci, “... é quando crescem os monstros”. De novo!

* Capitão de Abril, sócio da A25A

ODE AOS 50 ANOS DO 25 DE ABRIL

CATARINA DURÃO

Numa alvorada de Esperança, tecida em cores de Abril,
Desponta a lira da Liberdade, em versos de ardor febril.
Cinquenta anos se desdobram, nas páginas do tempo a correr,
Relembrando o dia em que o povo ousou, enfim, renascer.

Era uma aurora de cravos, um manto rubro a florir,
Nas armas dos bravos, a promessa de um novo porvir.
Ecoava o clamor das ruas, em uníssono, a pulsar,
Era a voz da Democracia, a refulgir, a afirmar.

Nos trilhos da Liberdade, se escreveu uma nova era,
Cada passo, uma conquista, na jornada que se aprimora.
Direitos outrora silenciados, hoje, ressoam, a reivindicar,
Cada voto, um traço de tinta, na História, a eternizar.

Mas, na tessitura do tempo, não se esquece o preço da Paz,
Cada Direito é um Dever, na balança da Justiça que se faz.
Promover a Democracia, é cultivar, em cada peito, a Igualdade,
É nutrir com Responsabilidade, o solo fértil da Liberdade.

Nesta efeméride dourada, cinquenta primaveras a celebrar,
Reverenciamos os que lutaram, para a tirania derrubar.
Que o espírito de Abril, em cada coração, possa perdurar,
Para que a Democracia, sempre floresça, sem jamais murchar.

E que, nas gerações vindouras, ecoe o legado desta lição,
Que de cravos se fez a luta, e de coragem, a construção.
Que a promoção da Democracia, seja um farol a guiar,
E os Direitos e Deveres, a bússola, para nunca errar o mar.

Assim, neste marco grandioso, de cinquenta anos a celebrar,
Ergamos as nossas vozes, em poesia, para o futuro saudar.
Que o 25 de Abril, seja sempre uma lembrança a resplandecer,
Na eterna procura por Justiça, Liberdade e o Bem-querer.

CORRUPÇÃO, POPULISMOS, PERCEPÇÕES?



Estima-se que Portugal perca por ano para a corrupção cerca de 18,2 mil milhões de euros

A corrupção continua a ser ignorada por todos os partidos tradicionais. Com base nisto, neste artigo abordamos o problema corrupção e fazemos uma homenagem a Amadeu Garcia dos Santos, militar de Abril (1935-2025), recentemente falecido, que foi um dos primeiros a denunciar a corrupção em Portugal

ARMANDO J. GARCIA PIRES*

*Uma homenagem
a Amadeu Garcia dos Santos,
militar de Abril (1935-2025)*

É CONSENSUAL QUE O RESULTADO da extrema-direita nas últimas eleições se deveu ao descontentamento do eleitorado com os partidos tradicionais, as elites, e o estado do país. A extrema-direita cavalcou este descontentamento com base em dois temas: imigração e corrupção. Antes das eleições os partidos tradicionais, analistas, comentadores e jornalistas contrapunham que estes eram problemas associados com as percepções das pessoas e, portanto, era populismo trazê-los para o debate político. Como resultado, estes dois temas estavam a ser ignorados pelos partidos tradicionais.

A seguir a estas eleições, em resposta aos resultados eleitorais, os partidos de direita colaram-se ao discurso da extrema-direita em relação à imigração para capturar eleitorado à extrema direita. A ver vamos se esta estratégia esvazia, ou pelo contrário enche ainda mais, a extrema-direita. No entanto a corrupção continua a ser ignorada por todos os partidos tradicionais. Com base

nisto, neste artigo abordamos o problema corrupção e fazemos uma homenagem a Amadeu Garcia dos Santos, militar de Abril (1935-2025), recentemente falecido, que foi um dos primeiros a denunciar a corrupção em Portugal.

AMADEU GARCIA DOS SANTOS

Tendo crescido num meio pequeno, em que tudo se sabe, desde cedo me apercebi da chamada “pequena” corrupção. Via no dia-a-dia como os “mais importantes” tinham tratamento preferencial nas repartições públicas e no hospital. Era frequente ouvir comentar quem na terra não pagava impostos. Nas festas de Verão pelas aldeias do concelho, assisti várias vezes a construtores civis arregimentarem as suas lealdades políticas pois disso dependiam os contractos do município. Nos cafés quando acompanhava os meus pais comentava-se com frequência que fulano, beltrano e sicrano tinham conseguido este ou aquele emprego

público à custa desta ou daquela cunha. Tudo parecia normal e não tinha ideia se tais fenômenos eram só da minha terra ou de todo o país.

Foi já quando estava em Lisboa a estudar na universidade, em 1998, que tive uma epifania relacionado com a corrupção. Isto deveu-se a Amadeu Garcia dos Santos, presidente à altura da antiga Junta Autónoma das Estradas (JAE), ter denunciado a prática de corrupção nesta instituição pública. Os artigos de jornais que li na altura pintavam uma prática abusiva que lesava as finanças públicas de um país ainda na cauda da Europa (o que aliás ainda continua). O que ressaltava era que os portugueses pagavam impostos (os que pagavam claro) para uma pequena minoria meter esse dinheiro nos seus bolsos. O Procurador-Geral da República veio logo a público dizer que não havia nenhum problema de corrupção em Portugal. Mas face ao acumular de evidências (a Inspeção-Geral de Finanças denunciou que haviam saído da JAE mais de 3,25 milhões de euros, sem qualquer controlo), o parlamento foi obrigado a criar uma comissão de inquérito. Como muitas outras comissões de inquérito depois desta, também esta foi fogo de vista, e no fim a PGR arquivou o processo (como fez muitas vezes depois em outros casos de corrupção). Garcia dos Santos, inconformado, acusou o governo na altura de encobrimento e cobardia. No fim, a única pessoa condenada foi Garcia dos Santos, acusado de desobediência qualificada pelo Ministério Público, e tendo de pagar uma multa de 670 euros. Pelo meio um processo

**O PROCURADOR-GERAL
DA REPÚBLICA VEIO LOGO
A PÚBLICO DIZER QUE NÃO
HAVIA NENHUM PROBLEMA
DE CORRUPÇÃO
EM PORTUGAL.
MAS FACE AO ACUMULAR
DE EVIDÊNCIAS (...),
O PARLAMENTO FOI
OBRIGADO A CRIAR
UMA COMISSÃO
DE INQUÉRITO**

de corrupção ao presidente do LNEC desapareceu da Polícia Judiciária. Uns anos depois em 2009, um relatório do Tribunal de Contas concluiu que, “se a gestão da JAE fosse eficaz, as estradas teriam custado menos 44 por cento”.

PERCEPÇÕES E POPULISMO

Passados mais de vinte anos desde estes acontecimentos, a corrupção continua a não ser enfrentada seriamente. Políticos, jornalistas, magistrados, comentadores recorrem a um conjunto de argumentos para diminuir a importância da corrupção. Passo a enumerar. Primeiro, usa-se o mantra de que “são apenas percepções”. Para sustentar isto argumenta-se que não houve nenhum caso de corrupção provado em tribunal. Certo, mas o que diz esta ausência de casos com condenação efectiva em

tribunal? No mínimo que é extremamente difícil em Portugal fazer prova válida de actos de corrupção que seja aceite em tribunal. No máximo, que a justiça é conivente com esta corrupção. A verdade é que os casos se sucederam, o caso da JAE acima referido, o Fax de Macau, o BPN, o BCP, o BES, o Freeport, a Operação Influencer, a Operação Maestro, o caso dos Submarinos, os Paquetes da Expo, a Operação Marquês, a Operação Monte Branco, a Operação Lex, o caso Bragaparkes, o caso Tecnoforma, os vistos Gold, e inúmeros casos de fraude e evasão fiscal. Ou seja, houve suspeitas de tudo, desde juizes que foram comprados, a ministros e políticos a receberem luvas. Como não haveria de a população ter uma percepção que existe corrupção em Portugal?

A segunda linha de argumento é que Portugal não é caso único. Claro, corrupção existe em todo o mundo, mas Portugal está entre os últimos dos países desenvolvidos no ranking Índice de Percepção da Corrupção da Transparência Internacional (sim, mais uma vez diz-se: “são só percepções”). Independentemente disto, a questão é que a corrupção tem menores efeitos nocivos num país rico como a Suíça do que num país não tão rico como Portugal. Se numa família rica alguém roubar todos os dias um pão não faz diferença. Mas numa família pobre um pão a menos por dia pode significar que alguém não tenha pequeno-almoço.

A terceira linha de argumento baseada nas duas anteriores é que quem fala em corrupção é populista pois explora as percepções de corrupção do povo português. Em primeiro lu-

**O QUE FAZ A EXTREMA-
-DIREITA POPULISTA
É QUE SÓ FALA EM
CORRUPÇÃO PARA
OBTER VOTOS E NÃO TEM
QUALQUER INTERESSE
EM COMBATER A
CORRUPÇÃO COMO
DEMONSTRA O NÚMERO
DE POLÍTICOS DE EXTREMA-
-DIREITA COM PROBLEMAS
NA JUSTIÇA**

gar falar num tema não faz automaticamente alguém populista. O que faz a extrema-direita populista é que só fala em corrupção para obter votos e não tem qualquer interesse em combater a corrupção como demonstra o número de políticos de extrema-direita com problemas na justiça (ou então o caso picaresco de um deputado deste partido ter usado as credenciais de deputado para furtar malas em aeroportos).

A quarta linha de argumento é que apesar das percepções de corrupção o povo português não castiga nas urnas os corruptos. À primeira vista tal parece ser de facto o caso. Mas será mesmo? Como já se referiu, a extrema-direita cresce à custa do descontentamento da população, e os dois cavalos de batalha são a imigração e a corrupção. Como podemos então dizer que a corrupção não tem de todo impacto eleitoral? Al-

gum impacto tem, se não a extrema-direita não crescia tanto. Argumenta-se: “é a imigração que tem mais impacto no voto da extrema-direita que a corrupção”. Será mesmo? Quem estará disposto a arriscar a nossa democracia por uma hipótese que pode não estar totalmente correcta?

OS EFEITOS DA CORRUPÇÃO

Comecemos pelo princípio, o que é a corrupção? Se se perguntar a alguém na rua, esta pessoa não terá problemas em responder o que entende por corrupção. O problema é que não existe uma definição clara de corrupção. Em termos jurídicos, certas formas que a pessoa comum considera corrupção são legais. Por exemplo, portas giratórias entre o público e privado não é ilegal. O mesmo acontece com os conflitos de interesses. Ou seja, estes comportamentos são questionáveis em termos éticos, mas não são considerados crime. Dado que a corrupção em termos legais e em termos éticos nem sempre coincide, não admira que a percepção das pessoas em relação à corrupção possa ser confusa. De qualquer modo, a pessoa comum, mesmo que se engane na definição jurídica de corrupção (e tenha como consequência percepções menos correctas), tem razão ao julgá-la nociva. E tal é o caso quer para a corrupção que é legal quer para a ilegal, quer a que implica pagamento de luvas quer a que implica apenas troca de favores. Todo o tipo de corrupção é negativa para a sociedade, porque diminui o tamanho do bolo da riqueza criada, redistribui a riqueza apenas para alguns e cria descontentamento com a democracia.

Primeiro, a corrupção é um imposto, pois diminui o rendimento disponível, e como tal reduz o investimento, inovação e receita fiscal. Se para um empreendedor obter um contrato com um retorno de um milhão de euros tem que pagar 10% do valor deste em “luvas”, o suborno terá um efeito essencialmente semelhante a um imposto, pois o empreendedor apenas irá recuperar uma parte do rendimento que gerou. A diferença é que, enquanto os impostos colectam o nosso dinheiro para o benefício de todos (por exemplo, através do investimento por parte do Estado em infra-estruturas, saúde, educação), a corrupção captura a riqueza de todos para o benefício de apenas alguns.

Segundo, a corrupção vicia a concorrência, pois dá vantagens não baseadas na produtividade a quem a ela recorre, fazendo com que um país tenha empresas menos competitivas. Pensemos em duas empresas fictícias, Alfa e Ómega. Alfa é mais competitiva que Ómega, mas enquanto Alfa cumpre todas as regras legais, paga impostos e contribuições sociais (i.e.: opera na economia formal), a Ómega não (i.e.: opera na economia informal). Isto dá vantagens competitivas a Ómega, exactamente a empresa menos competitiva. Ou seja, a corrupção pode incentivar as empresas a operarem no sector informal. De facto, a economia informal tem mais peso em países com maior incidência da corrupção. Segundo um estudo recente a economia informal tem um peso de cerca de 23% em Portugal, um dos mais elevados entre países ricos (Pappadà e Rogoff, 2025).

Terceiro, a corrupção afecta os incentivos ao

investimento em educação. Por exemplo, um indivíduo, face à opção de tirar um curso superior e depois concorrer a um trabalho que só lhe será atribuído se tiver “cunhas”, pode muito bem desistir da sua formação, ou eventualmente emigrar. Como resultado disto os países com maior presença da corrupção tendem a ter uma expressiva fuga de cérebros para o exterior. E de facto, segundo um relatório da Comissão Europeia, Portugal é um dos países com maior “fuga de cérebros” na Europa. Por exemplo, só entre 2012 e 2014 saíram do país 40 mil portugueses altamente qualificados (Comissão Europeia, 2016).

CONCLUSÃO

Falar de corrupção não é ser populista. Ser populista é falar de corrupção quando não se tem nenhuma intenção de a combater como faz a extrema-direita. As percepções de corrupção dos portugueses podem não estar totalmente afinadas, mas os custos da corrupção em Portugal são significativos, como vários estudos comprovam. Por exemplo, estima-se que Portugal perca por ano para a corrupção cerca de 18,2 mil milhões de euros (Quintanilha, et al., 2018). Segundo, este valor é 10 vezes superior ao orçamento para o apoio ao desemprego, é superior a todo o orçamento anual da saúde do país, é 314 vezes superior ao orçamento do Governo para a habitação; é nove vezes superior ao orçamento para o policiamento (olá percepções de insegurança!); e é 72 vezes superior ao orçamento para o combate aos incêndios. Mas mesmo que se duvide destes números,

mesmo que se acredite que a corrupção não tem impacto nas eleições, mesmo que continuemos a bater na mesma tecla que só são percepções, a corrupção tem um impacto na confiança no sistema democrático e abala a confiança nos políticos e instituições. De facto, uma sondagem recente aponta que cerca de 51% da população está insatisfeita com a democracia. E a corrupção faz parte desta insatisfação. É com esta insatisfação que a extrema-direita se alimenta. Se continuarmos a dar argumentos à extrema-direita, um dia podemos acordar sem democracia. A maior honra que podemos fazer aos militares de Abril, e em particular a Amadeu Garcia dos Santos, que combateu a corrupção, é manter viva a democracia que eles nos legaram.

* Professor universitário, sócio da A25A

BIBLIOGRAFIA:

Comissão Europeia (2016), *Monitor da Educação e Formação*, 2016.
Pappadà, Francesco e Kenneth S. Rogoff (2025), “Rethinking the Informal Economy and the Hugo Effect”, *Journal of the European Economic Association*.
Quintanilha, Pam Bartlett; Cummins-Tripodi, Patrick; Awenig Marié; Elisa Mussio (2018), *The Costs of Corruption Across the EU*, Report from The Greens/EFA in the European Parliament.

VERÃO QUENTE DE 1975 NO *CORRIERE DELLA SERA*

Durante o Verão Quente de 1975 ocorrem vários ataques contra as sedes do PCP e dos partidos à sua esquerda, com agressões, destruições, incêndios e até algumas mortes. Neste artigo, veremos como o *Corriere Della Sera* (CdS) jornal de referência em Itália, relatou os acontecimentos registados no centro e no norte de Portugal

RETO MONICO*

BERNARDO VALLI¹ comenta desde Lisboa as divergências entre os militares, a crise política provocada pela saída do PS do executivo e a iniciativa do bispo de Aveiro, que, de regresso de Roma, apelou aos católicos para saírem à rua em defesa dos seus direitos². Acrescenta que a maioria dos eleitores do PS e do PPD está a perder confiança no MFA e não hesita em levantar a voz. Os protestos começam a adquirir um carácter violento:

Em Rio Maior, uma vila situada a oitenta quilómetros da capital, uma multidão de camponeses e pequenos agricultores saqueou as sedes do Partido Comunista e da Frente Socialista Popular, duas formações que apoiam os militares. Cinco membros do Partido Comunista ficaram levemente feridos.

1 Bernardo Valli (n. 1930), testemunha da revolução argelina, presente em Cuba nos anos Sessenta, repórter durante a Guerra dos Seis Dias em 1967, entra no jornal de Milão em 1971. Foi correspondente na Ásia (Vietname, China, Índia, Camboja) e depois em Paris. Em 1979 relata a revolução no Irão. Colabora durante muitos anos com o jornal *Repubblica*, publicando o seu último artigo em setembro de 2020.

2 «*In Portogallo la gerarchia Cattolica prende posizione/Un Vescovo scende in piazza contro la dittatura militare*» [Em Portugal a hierarquia toma posição/Um bispo desce à praça pública pronunciando-se contra a ditadura militar], CdS, 15 de julho.

BRUCIA UNA SEDE COMUNISTA IN PORTOGALLO



BRAGA (Portogallo) — Un vigile del fuoco al lavoro davanti alla sezione del partito comunista assalita una prima volta dai dimostranti domenica sera dopo una grande processione dei cattolici e incendiata ieri pomeriggio nel corso di nuovi incidenti. In tutto il Nord del Paese la tensione aumenta (Telefoto API)

“Em Braga, um bombeiro combate um incêndio diante da sede do PCP, assaltada primeiramente na tarde de domingo dia 10, depois de uma grande procissão de católicos e incendiada na tarde ontem, após novos incidentes. Em todo o Norte do País a tensão aumenta.” – CdS, 12 de agosto

O mesmo jornalista envia um longo artigo a 21 de julho³ no qual analisa a discrepância entre a força do PCP no terreno e o fraco resultado nas urnas de um partido ligado aos velhos esquemas estalinistas, rejeitados pelos outros partidos irmãos da Europa Ocidental. Realça o facto desta formação política, para não perder o controlo da administração, dos órgãos de informação e dos sindicatos ter ficado “colada” ao MFA “favorecendo o autoritarismo dos oficiais, para marginalizar os partidos maioritários”.

Valli admite que o partido de Cunhal pagou um preço muito alto durante a ditadura, mas, após o 25 de Abril “passou de conspiração à conjura, não da clandestinidade para a democracia”. Agora a sociedade militar – “que tem poucos comunistas” – começa a perceber que esta aliança com o PCP lhe está a fazer perder popularidade.

A seguir, refere-se aos ataques anticomunistas que se multiplicam nas aldeias, nas vilas e nas cidades. Sublinha que há multidões que passam de manifestações anticomunistas organizadas pelos bispos, como foi o caso em Viseu, a outras em apoio ao partido de Mário Soares: “No norte clerical, acontece que as sedes do Partido Comunista são atacadas” com as bandeiras vermelhas com o punho cerrado no meio, que se veem nas grandes manifestações do PS.

Na sequência dos factos de Alcobaça de dia 21 de julho, durante os quais foi contestado o presidente da Câmara e a casa de três andares, centro de trabalho do PCP, foi assaltada, o jornalista italiano visita a vila⁴. Perante a Câmara Municipal, encontram-se ainda pequenos grupos que pedem a partida dos comunistas. Para estes pequenos proprietários, os comunistas representam uma minoria ínfima e querem impor a ocupação das terras.

O jornalista explica que, a seguir ao 25 de Abril, no Movimento Democrático Popular/Comis-

3 «Il passo falso di Cunhal» [O passo em falso de Cunhal], CdS, 22 de julho.

4 «I piccoli proprietari temono l'occupazione delle terre/Esplode nel Nord del Portogallo la collera contadina contro il PC» [Os pequenos proprietários temem a ocupação das suas terras /Explode no Norte de Portugal a cólera dos camponeses contra o PC], CdS, 24 de julho.

são Democrática Eleitoral (MDP/CDE), criado por ocasião das eleições de 1969, ficaram praticamente só os comunistas. É por isso que estes agricultores, tal como Mário Soares, exigem que os “submarinos de Cunhal” sejam substituídos por membros do PPD e do PS.

NORTE REVOLUCIONÁRIO

Valli lembra que muitas revoltas na história portuguesa começaram no Norte, onde vivem dois terços da população. Afirma que a propaganda dos militares revolucionários junto destes pequenos proprietários católicos — “ainda influenciados por um clero muitas vezes extremamente conservador” — falhou completamente. Observa que os militares permitiram que os membros do MDP/CDE assumissem o controlo das administrações locais. Agora, estes administradores são abertamente e violentamente contestados e as suas sedes são assaltadas e muitas vezes destruídas. Estes camponeses, que se sentem abandonados pelos militares em comparação com os operários, até atribuem a culpa aos comunistas pelo facto de receberem menos dinheiro dos seus familiares emigrados na Europa.

No dia seguinte aos graves acontecimentos de Braga, o jornalista lombardo redige um longo artigo⁵. Por um lado, fala da manifestação de mais de vinte mil pessoas em favor do Episcopado, com o bispo que designou o PCP como o

inimigo número um da religião. No final, cerca de mil manifestantes assaltaram a sede do PCP. Os militantes, em pânico, começaram a disparar do interior do edifício, ferindo cerca de 30 pessoas. As tropas intervieram com muito atraso, só por volta da meia-noite.

Valli menciona ainda que, no dia seguinte, às 12 horas, a sede, saqueada no dia anterior, continuava a arder, enquanto noutro bairro também as sedes do Movimento Democrático Popular e da Intersindical eram alvo das chamas. A testemunha refere ainda que os vizinhos aplaudiam e incentivavam os manifestantes a queimarem os livros de propaganda atirados para a rua.

Segundo o correspondente do jornal milanês “o episódio de Braga é o mais grave” — pelo número de feridos e pelo seu significado — desde que começou a caça aos comunistas no norte de Portugal, as quais se multiplicaram nomeadamente depois da procissão de protesto organizada pela Diocese de Aveiro:

A hierarquia da Igreja não é diretamente responsável por esses factos, mas é difícil negar que as palavras proferidas nos púlpitos das igrejas encorajam os atos de violência contra a sede do PCP.

O articulista julga que a Igreja católica pode mobilizar muitas mais pessoas do que Mário Soares, mas admite que “atualmente é difícil distinguir entre quem ouve os bispos e quem ouve o líder socialista”. Por fim, des-

5 «A Braga al termine di un'imponente processione di cattolici/Trenta feriti nel Nord del Portogallo durante l'assalto a una sede comunista» [Em Braga, após uma imponente procissão católica/Trinta feridos no Norte de Portugal durante o assalto a uma sede comunista]», CdS, 12 de agosto.

taca duas consequências desta onda anticomunista: por um lado, a esmagadora maioria dos militares nos quartéis manifesta-se a favor dos oficiais moderados; por outro lado, o Partido Comunista começa a falar da necessidade de combater a rigidez ideológica no seio do partido e a propor a unidade das forças de toda a esquerda.

A FUGA

Na edição do dia seguinte, Valli dá conta da fuga dos comunistas do norte de Portugal⁶. Começa por descrever mais um assalto à sede do partido em Viseu por parte de cerca de mil pessoas, no qual os militantes comunistas se defenderam atirando com pistolas e cocktails molotov. Houve um morto e cerca de vinte feridos. Depois, refere que, na melhor das hipóteses, as tropas intervêm com muito atraso. Além disso, a multidão não se limita a saquear e incendiar as sedes comunistas, como aconteceu em Viseu, mas organiza verdadeiras perseguições aos membros do partido. É por isso que, ameaçados, e abandonados pelas Forças Armadas, centenas de funcionários e militantes deixam as suas casas e procuram abrigo em Lisboa ou no Sul.

Na capital, o articulista fala com dirigentes do PCP que começam a reconhecer que o seu sec-

SI MOLTIPLICANO IN VARIE LOCALITA' GLI ASSALTI ALLE SEDI DEL PC

Fuggono dal Nord del Portogallo i comunisti abbandonati dall'esercito

“Si moltiplicano in varie località gli assalti alle sedi del PC./ Fuggono dal Nord del Portogallo i comunisti abbandonati dell'esercito» [Multiplicam-se em várias localidades os assaltos às sedes do PC/Fogem do Norte de Portugal os comunistas abandonados pelos exército] - CdS, 13 de agosto

tarismo os prejudicou. Admitem também ter cometido alguns erros e reconhecem a necessidade de reavaliar as relações de força. Porém, o partido está ainda longe de uma verdadeira autocritica e, sobretudo, sente-se abandonado pelos militares. De qualquer forma, conclui Bernardo Valli, os socialistas recusaram a proposta da frente unida da esquerda e acusam o partido de Cunhal de estar na origem da crise atual, devido à sua “megalomania dirigista”.

Na carta escrita em Lisboa a 14 de agosto⁷, o jornalista aborda a crise política decorrente da demissão de Vasco Gonçalves e das grandes manifestações organizadas pelos socialistas. Na sua opinião, por agora, “nesta incerta revolução”, não há vencedores, mas apenas vencidos: “os comunistas e os seus apoiantes fardados, cerne do MFA”. Agora são rejeitados no Norte, onde vivem mais de dois terços da

6 «Si moltiplicano in varie località gli assalti alle sedi del PC./Fuggono dal Nord del Portogallo i comunisti abbandonati dell'esercito» [Multiplicam-se em várias localidades os assaltos às sedes do PC/Fogem do Norte de Portugal os comunistas abandonados pelos exército], CdS, 13 de agosto.

7 «Grandi manifestazioni di piazza organizzate dai socialisti/Schierati contro Gonçalves i militari e la folla a Lisbona» [Grandes manifestações públicas organizadas pelos socialistas — Pronunciam-se contra Gonçalves os militares e a multidão em Lisboa], CdS, 15 de agosto.

população, por parte da Igreja antirreformista e até obscurantista em algumas dioceses:

Os comunistas apercebem-se com grande atraso de que subestimaram a profunda resistência da província a uma revolução precipitada, cujos erros são agora inteiramente imputados ao seu partido.

O jornalista do diário milanês acrescenta que os assaltos às sedes do PCP continuam e quantifica o número de 52 atos de pilhagem.

O diário de Milão dedica o editorial daquele dia a Portugal, intitulado “Os dilemas das esquerdas”⁸. Para Tito, Portugal está partido em dois: o Norte, habitado por pequenos proprietários “dominados por bispos que falam como os pregadores da Idade Média” que difundem o medo do comunismo, provocando tragédias como “a caça aos seguidores de Cunhal”; o Sul, onde “os deserddados esperam a redenção da revolução”. Acrescenta que o próprio exército está dividido, não sendo capaz de decidir. Por conseguinte, “Portugal já não existe!”.

Na sua opinião, os comunistas, liberticidas, sectários, intolerantes e instrumentos da União Soviética, foram os perseguidores e tentaram impor a sua hegemonia. Agora que se tornaram vítimas tentam aliar-se “aos socialistas de Mário Soares, os seus antigos inimigos”.

NO QUADRO EUROPEU

O autor do artigo insere esta problemática no quadro europeu: “Importante e decisivo é o jogo que, através de Portugal, se desenrola entre os comunistas europeus e Moscovo e nas relações entre socialistas e comunistas.” O problema dos comunistas é como enfrentar o anticomunismo e o dos socialistas é de como encorajar os comunistas a resistir a Moscovo.

A 16 de agosto, na periferia de Alcobaça, Álvaro Cunhal foi sitiado por grupos de manifestantes anticomunistas que interromperam o seu comício no Pavilhão Gimnodesportivo. Foram três horas de alta tensão, uma verdadeira batalha que provocou vinte feridos. Só depois da chegada, a meio da noite, “com o atraso do costume”, de unidades do exército, é que o chefe comunista e os seus camaradas conseguiram sair com segurança. O jornalista italiano refere algumas das palavras de ordem gritadas pelas centenas de camponeses: “Cortem a cabeça aos vermelhos!”, “Morte a Cunhal!”, “Os vermelhos embora”⁹.

Na opinião de Valli, ir a Alcobaça foi um desafio para o líder comunista. Quis enfrentar o “Norte”¹⁰ reacionário precisamente na vila onde, três semanas antes, a sede do partido tinha sido

8 Michele Tito, «*I dilemmi delle sinistre*» [Os dilemas das esquerdas], CdS, 15 de agosto. Michele Tito (1925-2003), nos anos cinquenta, foi correspondente em Paris, tornando-se depois responsável pela sede romana de La Stampa. Em 1974, entrou no Corriere della Sera, onde ficou até 1978.

9 «Durante un comizio nella roccaforte anticomunista di Alcobaça/Cunhal assediato una intera notte/Tre ore di battaglia con venti feriti» [Durante um comício no bastião anticomunista de Alcobaça/Cunhal assediado durante a noite inteira/Três horas de batalha com vinte feridos], CdS, 18 de agosto. (Carta enviada de Alcobaça na véspera)

10 Alcobaça situa-se no Centro de Portugal!



ALCOBACA. — Un dimostrante già ferito viene aggredito da un gruppo di comunisti durante gli incidenti scoppiati al comizio di Cunhal (telef. Associated Press)

Alcobaca: um manifestante já ferido é agredido por um grupo de comunistas no decurso dos incidentes ocorridos aquando do comício - CdS, 18 de Agosto

queimada e os militantes comunistas expulsos: “uma iniciativa arriscada.” Em suma, foi um desejo de revanche e de provar que o seu partido sabia organizar reuniões ao norte do Tejo.

Quando chegou, ficou logo desiludido porque só haviam sido mobilizadas setecentas pessoas, além de muitos jornalistas estrangeiros. No entanto, quando começaram a atirar as primeiras pedras, Cunhal tornou-se pálido, “não certamente por medo, mas porque se apercebeu da imprudência que tinha cometido”. A seguir, foi transferido para um local mais protegido.

O correspondente do Corriere della Sera fala de cerca de cinquenta assaltantes, de capacetes, favorecidos pela escuridão, escondidos num aterro, de onde começaram a lançar pedras e a

DURANTE UN COMIZIO NELLA 'ROCCAFORTE' ANTICOMUNISTA DI ALCOBACA

Cunhal assediato una intera notte Tre ore di battaglia con venti feriti

“Per la prima volta, durante un assalto a una sede del PC nel Nord/L'esercito spara sui comunisti in Portogallo : un morto, 100 feriti” [Pela primeira vez, durante um assalto a uma sede do PC no Norte/O exército dispara contra os comunistas em Portugal: um morto e 100 feridos] - CdS, 20 de agosto

disparar com carabinas de caça. Por outro lado, “os mais determinados entre os sitiados” contra-atacaram com pistolas e até conseguiram fazer quatro prisioneiros. Ricardo Valli destaca ainda o facto de entre os assaltantes alguns se declararem socialistas, outros cristãos e outros ainda maoistas. Alguns foram contratados e pagos para participar nesta ação violenta, sendo provenientes do norte do país. Aliás, também os quatro prisioneiros capturados pelos militantes comunistas, depois de terem recebido algumas fortes bofetadas e bastonadas, acabaram por admitir terem sido angariados no Porto por desconhecidos.

A 18 do mesmo mês, em Ponte de Lima, um assalto a mais uma sede do Partido Comunista provoca um morto (um militante do PCP) e uma centena de feridos. O jornalista italiano não tem dúvidas quanto à origem dos referidos ataques: “As fogueiras anticomunistas continuam a arder nas aldeias do Norte, iluminando as noites violentas dos pequenos agricultores,

muitas vezes incitados à cruzada pelos bispos e párocos.”¹¹

A tensão começou a subir no fim da tarde, depois da festa da vila:

“O assalto, sem dúvida preparado e há muito previsto, como nas outras sessenta cidades do Norte onde a fúria explodiu, foi longo, começou com um lançamento de pedras e terminou ao amanhecer com o fogo agora ritual e os disparos de metralhadora.”

MUITA VIOLÊNCIA

Valli escreve que os camponeses – que tentaram obstaculizar o trabalho dos bombeiros – queriam “queimar vivos os comunistas, como acontecia há séculos com as bruxas”.

Uma vez mais, a tropa chegou com muito atraso e “com a habitual fleuma”, quando os sitiados já estavam a sufocar. Entretanto, um dos tiros disparados por eles atingiu um soldado, provocando a reação dos militares que mataram um militante comunista vindo de Lisboa. O articulista chama a atenção para o facto de, até então, a maioria dos feridos pertencer aos agressores atingidos pelos comunistas que tentavam defender-se. Esta é a primeira vez que a tropa mata um membro do PCP.

O mesmo artigo informa que Cunhal não irá à Cidade Invicta, como tinha previsto. Depois

da humilhação sofrida em Alcobaça, comenta Valli, da qual foi evacuado até Lisboa sob proteção da tropa durante 100 km, preferiu “uma nova mortificação”: “optou por uma nova derrota para evitar mais incidentes.”

No seu longo artigo¹² dedicado às tensões políticas em torno de Vasco Gonçalves, Bernardo Valli escreve que o líder comunista pretende agora formar uma aliança com os esquerdistas, “pouco dispostos a aceitá-lo”. O autor insiste no facto de Cunhal ter sido humilhado em Alcobaça e rejeitado no Porto:

A cidade, onde passei a noite, estava nervosa, com grupos de jovens desejosos de invadir as sedes dos partidos “vermelhos”, sem proteção, do exército ou da polícia. Às duas horas da manhã, cinquenta pessoas invadiram as instalações do MDP [...] e incendiaram livros e documentos.

Só quando o fogo começou a ameaçar os outros edifícios é que os assediados foram dispersos e as chamas foram apagadas, salienta o jornalista, segundo o qual a cidade nortenha está completamente “alheia ao processo revolucionário que quase não a tocou nos últimos meses”.

11 «Per la prima volta, durante un assalto a una sede del PC nel Nord/L'esercito spara sui comunisti in Portogallo : un morto, 100 feriti» [Pela primeira vez, durante um assalto a uma sede do PC no Norte/O exército dispara contra os comunistas em Portugal: um morto e 100 feridos] , CdS, 20 de agosto.

12 «In Portogallo l'opposizione anticomunista ha raggiunto l'accordo/Ultimatum dei moderati al presidente: una settimana per liquidare Gonçalves» [Em Portugal, a oposição anticomunista chegou a um acordo/Ultimato dos moderados ao presidente: uma semana para liquidar Gonçalves], CdS, 21 de agosto.



LISBONA — Incidenti in una via di Lisbona durante uno sciopero. (Tel. UPI)

Lisboa: confrontos durante uma greve - CdS, 20 de agosto

CASOS DE LISBOA

Alberto Ronchey dedica o seu editorial aos “últimos casos de Lisboa”¹³. Nele acusa Cunhal e Vasco Gonçalves de terem tentado impor o seu modelo de “revolução lisboeta de portas fechadas”, sem terem tido em conta a realidade, manifestando desprezo pelos resultados das eleições de 25 de abril de 1975. Define a política seguida pelos militares comunistas como megalomania despótica que excluiu os que ganharam o voto popular e as massas católicas. Entre outros exemplos, Ronchey refere a imposição do monopólio sindical, os ataques ao congresso do CDS no Porto e à reunião do PPD em Setúbal, a confiscação da Rádio Renascença e o caso República. Agora, assistimos aos “ataques selvagens às sedes do partido de Cunhal”. Para o articulista – muito pessimista quanto

ao futuro de Portugal – numa democracia, em que os eleitos não se podem exprimir, só resta uma possibilidade, as manifestações: “Se não for permitido fazer ouvir pelo menos a sua voz na política, a única coisa que resta é o ódio.”

BREVE NOTA FINAL

A esmagadora maioria dos artigos analisados neste estudo são enviados de Portugal por Bernardo Valli, que descreve minuciosamente os vários ataques às sedes do Partido Comunista. São destacados o facto de estes atos violentos serem preparados, de as tropas intervirem com muito atraso e de os bispos e os padres – que nem sequer aceitaram as reformas do Conselho Vaticano II – estarem muitas vezes na origem das violências.

O correspondente do *Corriere della Sera* acusa o PCP de não ter tido em conta a realidade do país profundo: dois terços da população portuguesa vivem no Centro e no Norte, onde a força do Partido Comunista é fraca e onde a Igreja tem uma forte influência nas massas.

O jornalista italiano visa particularmente Álvaro Cunhal, a quem define como um estalinista dogmático, em contraste com os dirigentes do Partido Comunista Espanhol e do Partido Comunista Italiano. São realçados dois factos: a agressão de Alcobaça, em 16 de agosto, quando o líder comunista foi salvo graças à intervenção dos militares, e a decisão de não proferir um

13 Alberto Ronchey, «Gli ultimi casi di Lisbona» [Os últimos casos de Lisboa], CdS, 21 de agosto. Alberto Ronchey (1926-2010), trabalhou para vários jornais entre os quais o *Resto del Carlino*, o *Mondo* e *La Stampa*. Foi ainda editorialista do *Corriere della Sera* e do diário *República*. Foi ministro duas vezes entre 1992 e 1994.



Assalto em Braga à sede do PCP em agosto de 1975.
(Foto de Manuel Araújo)

discurso no Porto, na terça-feira, dia 19. Foram duas humilhações, sublinha o articulista. Agora, o PCP tenta uma tímida autocrítica e sugere uma aliança com o Partido Socialista, mas este rejeita a proposta, acusando o partido de Cunhal de estar na origem dos problemas. Encontrámos também dois editoriais. Ronchey observa que Cunhal e Vasco Gonçalves cometeram atos liberticidas durante vários meses e desprezaram os resultados das eleições para a Assembleia Constituinte, onde os comunistas e os seus aliados obtiveram cerca de 18% dos votos. Foi uma minoria que, em Lisboa, quis impor um extremismo, ignorando as verdadeiras relações de força no país. Agora, com o vento que está a começar a mudar de direção, têm

ocorrido uma sucessão de lamentáveis agressões contra as sedes do PCP e dos movimentos à sua esquerda.

Nestes tempos em que os nossos princípios fundamentais estão ameaçados, queremos deixar a última palavra a Michele Tito, que assim termina o seu editorial sobre o dilema das esquerdas europeias. Para o jornalista, todos os cidadãos europeus — e não só os socialistas e os comunistas — deviam estar envolvidos porque o problema central é “como evitar que o drama português resulte numa derrota para todas as democracias”.

* Professor e historiador, sócio da A25A

OS FUZILEIROS EM VILA NOVA DE MILFONTES

Anunciava-se um verão quente, em 1975, quando uma companhia de Força de Fuzileiros do Continente se deslocou a Vila Nova de Milfontes para apoiar a população local

JOSÉ AIRES DA SILVA*

CORRIA A PRIMAVERA DE 1975 quando o comando da Força de Fuzileiros do Continente (FFC) decidiu enviar uma companhia para Vila Nova de Milfontes (VNM). Dois eram os objetivos: fazer treino operacional e realizar ações de dinamização cultural e apoio à população local.

A operação foi precedida de uma visita prévia a fim de encontrar um local adequado para montar o acampamento. Seria também necessário informar o presidente da junta de freguesia sobre a deslocação e identificar situações mercedoras da nossa intervenção.

Assim, na data marcada, a coluna militar partiu do Alfeite em direção a VNM. O grupo era composto pelas viaturas de transporte dos três pelotões: *jeep* de comando, *jeep* de comunicações e o centro de comunicações móvel. Destacava-se também a presença da primeira das quatro viaturas blindadas *Chaimite* atribuídas à FFC.

A companhia seguiu comandada pelo 1.º tenente fuzileiro Almeida Viegas, estando prevista a estadia de três a quatro dias.

Chegados a VNM, dirigimo-nos ao local selecionado e acordado com o presidente da junta de freguesia, um frondoso pinhal à entrada da vila, hoje substituído por vivendas e apartamentos de férias. Após montado o acampamento, a cozinha móvel e outras infraestruturas de campanha, estavam reunidas as condições para o início das atividades.

TREINOS OPERACIONAIS

Além do treino operacional dos fuzileiros nas praias e Rio Mira, pretendia-se também testar três viaturas especiais: as duas viaturas de comunicações, que pela primeira vez saíam da base, e, no rio Mira, a navegabilidade da *Chaimite*. A primeira – o centro de comunicações móvel – era um camião munido de equipamento de comunicações para curta, média e longa distân-



A escola localizada na Vila das Brunheiras reabilitada pelos fuzileiros

cia, concebido para apoiar operações terrestres e navais. A viatura dispunha inclusivamente de dois mastros para suporte de uma antena de fio para recepção de emissões de longa distância, a qual também se montou. A segunda - jeep de comunicações - estava especialmente apetrechada com vários equipamentos de VHF e UHF para apoiar operações de polícia naval. Dado o número de antenas nele instalado, foi-lhe atribuído o indicativo de chamada “OURIÇO”!

Como a minha função era de chefe do serviço de comunicações do comando do Corpo de Fuzileiros, acompanhei a operação para garantir a realização destes testes. O treino com a Chaimite correu bem e esta não se afundou!

Mas vamos ao que interessa: o apoio solicitado pelo presidente da Junta de Freguesia.

REABILITAÇÃO DA ESCOLA

Em primeiro lugar, pretendia que recuperássemos o edifício da escola primária (modelo Estado Novo) localizada na Vila das Brunheiras, à entrada de VNM, sem professor desde 1974, já vandalizado.

Assim, destacámos uma “brigada” de fuzileiros para a escola, que estava, de facto, em muito mau estado. Quando entrámos no edifício para retirar o lixo dos vários compartimentos, qual não foi o nosso espanto! Atrás do armário da sala de aula (como se sabe estas escolas só tinham uma sala onde funcionavam as quatro classes) estavam “escondidas” três molduras com as figuras proeminentes da ditadura, a saber: Américo Tomás, Oliveira Salazar e Marcelo Caetano. O pessoal nem hesitou! Juntaram-

-nas imediatamente à fogueira de lixo que já ardia no pátio da escola e por lá ficaram...

Depois da limpeza, procedeu-se à pintura interior e exterior, substituição de vidros e algumas telhas partidas, arranjo de canalizações e sanitários, etc.

Ao fim de dois dias de trabalho intenso da equipa, que incluía pessoal com experiência de construção civil, a escola ficou um “brinco” e pronta a funcionar.

A segunda solicitação do autarca era mais insólita!

CASA DO POVO

Próximo do pinhal onde tínhamos acampado, estava um edifício novo, de dois andares, destinado à nova Casa do Povo e Centro de Saúde, fechado e sem utilização. No rés-do-chão existiam gabinetes de trabalho totalmente equipados, o Centro de Saúde com gabinetes de consulta, uma sala de espera e uma sala para pequenas cirurgias. No 1.º andar situava-se o salão de festas com um palco e equipamento de som.

Quando questioneei o presidente da junta sobre aquela situação que, pelos vistos, já se verificava há bastante tempo, a resposta foi: “Falta ligar a eletricidade”. E acrescentou: “Estou farto de ligar para a EDP em Beja e a resposta é sempre... que o assunto está a ser tratado.”

Pensei um pouco, e disse-lhe: “Não vamos sair daqui sem a Casa do Povo ser inaugurada.”

Pedi-lhe o contacto da EDP em Beja e, no dia seguinte, dirigi-me à junta de freguesia para fazer a chamada (ainda não havia telemóveis...).

Lá me atendeu a pessoa responsável, a quem perguntei o que se passava, tendo respondido que aguardava ordens da sede, em Lisboa, e

que não tinha transporte para levar o poste para a ligação à rede.

Eu retorqui: “Então é assim. Sou oficial e representante do Movimento das Forças Armadas (MFA), que é quem neste momento dá ordens! Amanhã estará em Beja uma viatura da companhia de fuzileiros, estacionada em VNM, para transportar o poste. O senhor envia, junto com o nosso transporte, uma viatura com pessoal e material para fazer a ligação. E depois comunica à sede o que aconteceu.”

Ainda balbuciou, mas o MFA e fuzileiros devem-no ter convencido.

E assim foi. No dia seguinte abriu-se a vala para colocar o poste, segundo as instruções da equipa da EDP, procedendo-se, de seguida, à ligação à Casa do Povo, que ficou pronta para a inauguração.

Como só faltavam dois dias para regressarmos ao Alfeite, o presidente decidiu fazer a inauguração no dia seguinte e convidou as “forças vivas da vila”. A cerimónia decorreu no salão de festas, com discursos e um succulento lanche preparado pelas senhoras. O bailarico durou até às tantas... Com pena de todos, milfontenses e fuzileiros, lá tivemos de “desmontar a tenda” e regressar à base, com a ideia de que ainda ficou muito por fazer, mas com a sensação de dever cumprido. Poucos dias depois estava a começar o “Verão Quente” de 1975....

Nota do autor: Este artigo é uma singela homenagem ao camarada e grande amigo Zé Viegas (capitão-de-mar-e-guerra Almeida Viegas), que nos deixou cedo, em Janeiro de 2025.

* Capitão-de-Mar-e-Guerra reformado, Sócio da A25A

REFORMA AGRÁRIA E A JUSTIÇA SOCIAL



"Pela primeira vez, muitos trabalhadores rurais sentiram que o seu trabalho era valorizado e que tinham um papel activo na construção do seu destino"

Há episódios que merecem ser revisitados não apenas com orgulho, mas com uma atenção renovada, precisamente porque representam avanços sociais conquistados com esforço, coragem e o envolvimento de milhares de pessoas. A Reforma Agrária que se seguiu ao 25 de Abril de 1974 é, sem dúvida, um desses momentos históricos que importa manter vivo na consciência colectiva

CARLOS PEREIRA MARTINS*

COM A QUEDA DA DITADURA, Portugal encontrou-se perante um horizonte novo. Era o início de uma profunda transformação económica, social e política. Durante décadas, o regime do Estado Novo perpetuou um modelo agrário profundamente desigual, especialmente visível no sul do país, onde o latifúndio – grandes propriedades concentradas nas mãos de poucos – mantinha vastas regiões e populações numa situação de quase feudalismo. No Alentejo, e noutras zonas do interior, a terra era abundante, mas escassos os direitos e as oportunidades. Milhares de trabalhadores rurais, os chamados “sem terra”, viviam em condições de extrema precariedade, sujeitos a jornadas extenuantes, a salários miseráveis e a uma vida sem perspectivas.

Foi neste contexto que a Revolução dos Cravos trouxe uma promessa concreta de mudança. Entre os diversos sectores que se mobilizaram, o mundo rural foi dos mais activos e determinados. A Reforma Agrária surgiu não apenas como uma política pública impulsionada pelos sectores progressistas do novo regime demo-

crático, mas como um verdadeiro movimento popular. A ocupação de terras improdutivas, organizada em muitos casos pelas próprias comunidades locais, foi um acto de reivindicação e de justiça. De forma pacífica mas determinada, trabalhadores passaram a tomar posse da terra que durante tanto tempo lhes fora negada, iniciando um processo de autogestão inédito no país.

UNIDADES COLECTIVAS DE PRODUÇÃO

A criação das Unidades Colectivas de Produção (UCPs) simbolizou esta nova realidade. Mais do que estruturas agrícolas, foram centros de democracia participativa, onde se decidia colectivamente, onde se experimentavam novas formas de organização do trabalho, onde se construía, dia a dia, um ideal de sociedade mais justa. Pela primeira vez, muitos trabalhadores rurais sentiram que o seu trabalho era valorizado e que tinham um papel activo na construção do seu destino. A terra deixou de ser um instrumento de poder e subjugação, e passou a ser um bem comum, gerido com base na solidariedade e na partilha.

É certo que a Reforma Agrária enfrentou obstáculos consideráveis. Desde logo, a resistência dos grandes proprietários, que viam nas ocupações uma ameaça directa aos seus interesses. Mas também a instabilidade política e as mudanças de orientação dos sucessivos governos acabaram por enfraquecer e, em muitos casos, reverter os avanços conseguidos. A partir de finais dos anos 70, com o recuo da influência revolucionária e o início da consolidação do modelo chamado da social democracia ocidental, muitas das terras foram devolvidas aos antigos donos ou privatizadas, e as UCPs desmanteladas. O discurso dominante passou a valorizar a eficiência económica em detrimento da justiça social, e a experiência da Reforma Agrária foi gradualmente relegada para os rodapés da história.

Contudo, o seu valor permanece. A Reforma Agrária não foi apenas uma política de redistribuição de recursos – foi uma experiência de dignidade, de participação popular e de transformação estrutural. Foi também um exemplo raro, à escala europeia, de aplicação prática de princípios como a autogestão, a economia solidária e o protagonismo das comunidades locais.

DESAFIOS PERMANECEM

Hoje, num tempo em que a desigualdade volta a alastrar, em que a concentração da terra, da riqueza e do poder é novamente uma realidade inquietante, as lições da Reforma Agrária ganham uma nova actualidade. Recordá-la é mais do que um exercício de memória histórica – é

**A REFORMA AGRÁRIA
ENSINOU-NOS
QUE A JUSTIÇA SOCIAL
NÃO É UM LUXO
NEM UMA UTOPIA:
É UMA NECESSIDADE
URGENTE, UMA BASE
PARA A DEMOCRACIA REAL**

um acto político. É reconhecer que os desafios do passado não desapareceram e que, para construir um futuro mais justo, é necessário reavivar a coragem, a solidariedade e o espírito de mudança que animaram os protagonistas daquele processo.

A Reforma Agrária ensinou-nos que a justiça social não é um luxo nem uma utopia: é uma necessidade urgente, uma base para a democracia real. E que, quando o povo se organiza e sonha em conjunto, pode mesmo transformar as estruturas mais enraizadas. Que este legado não seja esquecido, mas antes retomado, discutido e adaptado aos desafios do presente.

* Economista, sócio da A25A

A CIMEIRA **DE TANCOS**



A Assembleia do MFA foi convocada para o dia 5 de Setembro de 1975, nas instalações da Escola Prática de Engenharia, em Tancos

Este texto aborda a intensa luta interna no Movimento das Forças Armadas durante o Verão de 1975, destacando eventos como a “Cimeira do Alfeite” e a Assembleia do MFA em Tancos, realizada a 5 de setembro de 1975, onde foram assumidas decisões cruciais que influenciaram significativamente o Processo Revolucionário em Curso em Portugal

VASCO LOURENÇO*

NO VERÃO DE 1975, a luta no Movimento das Forças Armadas (MFA) estava no auge. Os documentos sucediam-se e procuravam arre-

gimentar adeptos entre os Militares de Abril. Os argumentos de cada um eram ignorados pelos demais, não eram “considerados para na-

da”, a “contagem de espingardas” era um facto. Pessoalmente, na liderança dos “Nove”, tudo fizera para tentar o diálogo, para tentar a união possível no seio do MFA, pressentindo que a divisão era inevitável, e com consequências que previa muito nefastas.

A “Cimeira do Alfeite”, realizada em meados de Junho, de que resultara o Plano de Acção Política, assim como uma tentativa de harmonização dos documentos dos “Nove” e do COPCON (Comando Operacional do Continente) foram ultrapassadas, multiplicando-se os mini-plenários das várias tendências, tudo apontando para um confronto na Assembleia do MFA prevista para princípios de Setembro. Pelo lado dos “Nove”, é de destacar a reunião de Infantaria, que promovi na Escola Prática de Infantaria (EPI) e se revelaria determinante. A Assembleia do MFA foi convocada para o dia 5 de Setembro de 1975, nas instalações da Escola Prática de Engenharia, em Tancos, onde prestavam serviço vários Militares de Abril, com predominância para os adeptos do Gonçalvesismo. O Exército decide realizar uma assembleia do ramo para preparar a Assembleia do MFA, que convocou para o dia 2 de Setembro.

Casado há menos de dois anos (em plena Conspiração), com uma filha que ainda não fizera um ano, aproveitei a disponibilidade dos meus irmãos, António e Micéus, para acompanharem a minha mulher e a minha filha, marcando férias para um aldeamento em Pedras de’ El Rei, no Algarve, para onde seguimos de carro, no primeiro dia de Setembro.

O TEMPO DAS “CONSPIRAÇÕES E CONTRA CONSPIRAÇÕES” INTENSIFICOU-SE, COM O AUMENTO DA LUTA PELAS TENDÊNCIAS QUE SE CRIARAM NO MFA

A ideia era regressar no dia seguinte, a tempo de participar na Assembleia do Exército.

Acabado de chegar, apareceu o meu amigo e camarada José Aparício, com cuja família combináramos passar as férias.

“Vamos ao bar, beber uns copos”, convida-me o então comandante da PSP de Lisboa. Seriam 18h00.

Mal tínhamos começado, aparece um cidadão que cumprimentou o José Aparício, dirigindo-se depois a mim: “Sou fulano, tenente-coronel, comandante da Unidade de Tavira. Já corri uma série de aldeamentos à sua procura. Telefonaram-me de Lisboa, pedem para telefonar

urgentemente para este número de telefone”, para o tenente-coronel Loureiro dos Santos (ou seria o Tomé Pinto?).

Telefonei e ouvi do outro lado: “Estivemos reunidos, consideramos que na Assembleia do Exército se devem aprovar propostas para apresentar na Assembleia do MFA. Suspendemos a reunião, até que tu chegues, para decidirmos o que fazer”.

Respondi: “Mas, acabei de chegar, estou no Algarve, conto regressar amanhã” - para participar na Assembleia do Exército.

“Esperamos por ti no Quartel General (QG) da Região Militar de Lisboa. Recomeçaremos a reunião, assim que chegares”.

ASSEMBLEIA DO MFA

Foi assim que me despedi da família e dos amigos e retomei o caminho inverso, numa estrada bem mais complicada que a de hoje, chegando a Lisboa por volta das duas horas da manhã e indo directamente para o QG, onde me esperavam.

Decidimos que o Exército deveria propor a alteração da composição do Conselho da Revolução (CR) e da Assembleia do MFA, de acordo com a importância relativa de cada Ramo (7-3-3) e que os membros do CR deviam ser eleitos pelos Ramos. Realizada no dia 2, como previsto, seriam também aprovadas duas outras medidas: a não aceitação de Vasco Gonçalves como novo CEMGFA, lugar para que estava indigitado, e a representação do Exército na Assembleia do MFA ser assumida pelo seu Chefe de Estado Maior, o general Carlos Fabião.

Mas, dada a enorme importância do conteúdo das propostas em causa, foi decidido convocar uma Assembleia extraordinária, para a manhã da realização da Assembleia do MFA, isto é, para o dia 5 de manhã.

E seria esta Assembleia do Exército que se revelaria determinante para o que se passou nesses dias em Tancos. De lembrar que a Marinha já tinha realizado a sua assembleia no dia 3 e a Força Aérea no dia 4, decidindo esta só comparecer na Assembleia do MFA se os representantes da Marinha e do Exército estivessem presentes, na sequência da mesma decisão tomada pelo Exército na assembleia do dia 2.

Em relação à Assembleia do Exército da manhã do dia 5, lembro-me de um ambiente bastante complicado, algo tumultuoso, onde as posições se extremaram. Tenho presente que um dos primeiros pontos discutidos foi o da participação ou não de uma delegação do MFA que, vinda de Angola, quis participar, ainda que com uma enorme contestação por parte dos Gonçalves e Otelistas.

Em discussão estavam essencialmente as duas questões já referidas: a reconstituição da composição da Assembleia do MFA, no sentido de passar a haver representações proporcionais à importância dos Ramos, o que aumentava muito a percentagem do Exército; e a eleição, pelos Ramos, dos seus representantes no CR, assuntos já abordados no dia 2.

MEMÓRIAS DE ABRIL

Tenho bem presente alguns aspectos, seja no âmbito da natureza da reunião, seja até em as-

suntos mais particulares.

Em termos pessoais, não esqueço um episódio que me tocou muito, quando o Diamantino Gertrudes da Silva, um dos genuínos Capitães de Abril de todas as horas, um dos amigos que a vivência do 25 de Abril me proporcionou, a mim que coloco a amizade no topo dos sentimentos, me dizia: “Vasco, pela primeira vez estamos em lados diferentes da barricada”.

Foi com um misto de sentimentos contraditórios que recordei muitas vezes este episódio, não me servindo de total lenitivo o lembrar a minha resposta de então e o concluir que efectivamente eu é que estava do lado certo: “Diamantino, como tu, eu estou convicto de que estou certo! Como estou convencido que o futuro me dará razão”.

E se, no futuro, várias vezes “discuti” o episódio com o Diamantino, acabando ele, ainda que com alguma dificuldade, a dar-me razão, não deixo de continuar a lamentar que o processo tivesse feito com que o colectivo MFA se não tivesse mantido unido, à volta do Programa que apresentou a Portugal e ao mundo no dia 25 de Abril de 1974.

O Diamantino já nos deixou, mas continuo a vê-lo como um amigo, por quem mantenho uma grande consideração.

Não esqueço também um outro episódio, este sobretudo de conversa informal. O Varela Gomes, provocador como sempre, apareceu a fumar um grande charuto e lançou para o ar, para me provocar, mesmo sem me nomear, face ao facto de eu fumar charuto: “Eu sou o único revolucionário que fuma charuto!”

**O PROGRAMA DO MFA
FOI CUMPRIDO
COM A INSTALAÇÃO
DE UM ESTADO
DEMOCRÁTICO,
LEVANDO-NOS
AO MAIS LONGO
TEMPO DA HISTÓRIA
DE PORTUGAL
COM DEMOCRACIA,
LIBERDADE E PAZ**

Naturalmente, os jornalistas presentes vieram questionar-me sobre essa “boca”. Limitei-me a dizer-lhes: “Eu serei o único progressista a fumar charuto”!

No campo da assembleia, tenho presente uma Assembleia do Exército muito dura, muito conflituosa, mesmo ultrapassada a questão da participação da delegação de Angola.

Em determinado momento, o primeiro-ministro Vasco Gonçalves fez uma dramática intervenção, do tipo das que vinha fazendo: “Ou se é pela revolução, ou se é pela reação! Não há meios termos!”.

Seguiu-se-lhe uma longa intervenção de Melo Antunes, que procurou desmontar os argumentos políticos e ideológicos, com inegáveis e visíveis resultados.

VALORES DE ABRIL

Proferi, então, logo de seguida, uma das minhas mais contundentes e importantes intervenções em todo o processo. De forma muito dura, e até violenta, desmontei a intervenção de Vasco Gonçalves, nomeadamente no campo dos valores e princípios, apontando e denunciando o cinismo e a falta de ética que o seu grupo vinha praticando, tipo “bem prega frei Tomás!”...

Ainda hoje tenho bem presente a reação de Vasco Gonçalves, profundamente abatido: “Se assim é, só me resta retirar”, o que provocou a minha resposta: “A porta de saída está ali. Sirva-se”!

Vasco Gonçalves saiu, acompanhado por um pequeno grupo de delegados. A assembleia continuou e aprovou as decisões que seriam apresentadas na Assembleia do MFA pelo Comandante do Estado Maior do Exército (CEME), general Carlos Fabião.

Foi nessa altura que, na entrada para essa assembleia, Carlos Fabião declarou aos jornalistas que o assediavam com perguntas sobre a ausência do Exército: “O Exército, sou eu!”.

A Assembleia do MFA, com a participação dos delegados da Armada, pois a Força Aérea também se fez representar apenas pelo Comandante do Estado Maior das Forças Armadas (CEMFA), aprovaria as propostas do Exército, alterando as percentagens de participação dos três Ramos e decidindo que estes procedessem à escolha dos seus representantes no CR.

Viria a ser a última, já que só voltariam a reunir, por uma vez, as assembleias da Armada e da Região Militar de Lisboa!

Não considero necessário recordar aqui as profundas alterações na composição do CR, lembrarei apenas que, enquanto a Armada mantinha um pendor claramente ligado ao campo dos Gonçalves, o Exército e a Força Aérea ficaram confinados aos “Nove” e ao Otelio Saraiva de Carvalho.

Sem entrar em mais considerações, lembro que estas assembleias viriam a ser classificadas como “O Pronunciamento de Tancos” e influenciariam decisivamente o evoluir do Processo Revolucionário em Curso (PREC). O tempo das “conspirações e contra conspirações” intensificou-se, com o aumento da luta pelas tendências que se criaram no MFA, que deram origem a actos muitos conflituosos, que nos levariam à porta de rupturas de extrema gravidade.

Como costumo afirmar, “não aconteceu o pior”: o 25 de Abril pôde continuar, o Programa do MFA foi cumprido com a instalação de um Estado democrático, levando-nos ao mais longo tempo da História de Portugal com Democracia, Liberdade e Paz.

E como continuo convicto que só com os Valores de Abril poderemos continuar a usufruir desse Portugal, sou

Por um Portugal de Abril, em que a luta continua!

25 de Abril, Sempre!

* Capitão de Abril, Presidente da Direcção da A25A

UM CERCO À CONSTITUINTE

O cerco ao Parlamento, em 1975, foi o gesto mais patético (grandioso na utopia, linear na acção) do poder popular português. Ficar-nos-á como referência do desajeitado, desamparado infantilismo que, há séculos, nos interrompeu

FERNANDO DACOSTA*

NUMA TARDE RUGOSA DE CALOR, há 50 anos, Lisboa começou a ser percorrida por um bruáá vindo do Sul. Submersa num Verão esaldante, a cidade não reparou logo nesse som cavo que, horas mais tarde, lhe marcaria a estupefacção. Autocarros, camionetas, tractores, betoneiras, debulhadoras, às dezenas, emergiam em grupos crescentes. Milhares de pessoas com cartazes, palavras de ordem, punhos erguidos concentravam-se nas ruas.

A recusa do ministro da tutela em recebê-los – trabalhadores da construção civil em greve nacional – levou-os a dirigirem-se a São Bento, sede do Parlamento e do Governo. Seria a maior movimentação de operários vista entre nós.

CHEIRA A CIMENTO

O local “cheira a cimento”, anota um repórter. As negociações arrastam-se, indefinem-se. Os deputados, recentemente eleitos, em liberdade, são impedidos de sair da Assembleia Constituinte. O seu presidente, professor Henrique de Barros, prestigiado opositor da ditadura, contar-nos-á ter “temido uma invasão do palácio” e “imposta uma Assembleia revolucionária. As portas foram fechadas. Era medonho. Uns indivíduos com braçadeiras orientavam os manifestantes circulando por todo o lado. Recusei qualquer contacto com eles”.

A noite tornar-se-ia interminável para sitiados e sitiantes. “O que mais me custou foi ver”, dirá Sophia de Mello Breyner, “gente democrática



Aquela multidão, exclamará Sophia, a poetisa, “estava a ser iludida, havia tanta demagogia, eram vítimas manipuladas. Se se tivesse feito noutro país a demagogia que se fez aqui, teria havido outra reacção!”

ser chamada de fascista”. Deputados e funcionários do PCP, e alguns jornalistas, circularão em liberdade. “Sentia-me um presidiário”, desabafa Raul Rego, “vexou-me passar nos corredores diante daqueles homens de capacete que faziam de carcereiros, como quando estava no Aljube.”

Pinheiro de Azevedo, primeiro-ministro, tentara demover os manifestantes falando-lhes de uma varanda: “Penso que têm interesse em ouvir as minhas palavras, independentemente da

simpatia que tenham ou não por mim...” Não o deixaram prosseguir. Chamam-lhe fascista. Colérico, o Almirante vocifera: “Vão à bardamerda com o fascismo!” Vira costas e entra, com essa frase, na história.

REVERBERAÇÕES DE FÉ

Madrugada alta, Alcides Monteiro, deputado pelo PS, necessita por razões de saúde, é cardíaco e diabético, de ingerir alimentos. Um grupo vai aos reservados do PCP onde correm

frangos e cervejas, pedir algo para ele. É recusado.

No exterior poucos conseguem dormir. A maioria veio de longe, Évora, Mértola, Grândola, Beja. Há fogueiras acesas e grupos que trazem de todo o País, de todos os sectores palavras de solidariedade. Sentados no chão, homens cantam em coro esperanças de um novo amanhã. Nos seus rostos, nas suas palavras espelham-se reverberações de fé. Uma mulher de Beja, bebé dormitante no colo, sorri devagar: “O meu filho vai poder comer todos os dias, durante toda a vida, que felicidade!”

Aquela multidão, exclamará Sophia, a poetisa, “estava a ser iludida, havia tanta demagogia, eram vítimas manipuladas. Se se tivesse feito noutro país a demagogia que se fez aqui, teria havido outra reacção!”

O cerco ao Parlamento foi o gesto mais patético (grandioso na utopia, linear na acção) do poder popular português. Ficar-nos-á como referência do desajeitado, desamparado infantilismo que, há séculos, nos interrompeu.

UMA POSTA DE BACALHAU

Pinheiro de Azevedo recebe a visita de Henrique de Barros que, indo pelos jardins de São Bento (o percurso que Salazar gostava de fazer) o contacta. “Dava-nos bem, ele era como primeiro-ministro, muito prestável com os problemas da Assembleia, ao contrário de Vasco Gonçalves que estava de relações cortadas com ela. O próprio PCP subestimava-a, os seus deputados boicotavam-na não assistindo ao período de Antes da Ordem do Dia. Ao ver-me o

O CERCO AO PARLAMENTO FOI O GESTO MAIS PATÉTICO (GRANDIOSO NA UTOPIA, LINEAR NA ACÇÃO) DO PODER POPULAR PORTUGUÊS

almirante perguntou-me se estava com fome. Claro que estava. Então ele disse-me para sentar pois um marinheiro conseguira trazer-lhe uma posta de bacalhau e quatro batatas que acabara de cozer. Sentei-me, dividiu o bacalhau e as batatas e comemos”.

Acordos ambíguos são engendrados às cinco da madrugada permitindo a (quase) todos salvar a face. Cerca de 20 horas depois, os manifestantes, persuadidos por militares, abrem alas por onde os sequestrados avançam, um a um, ante coros de abjecção. Os elementos do PCP são ovacionados.

“As ideologias que são idolatrias vão morrer a Portugal. Quando a revolução marxista se deter em Lisboa, ver-se-á que a roda do mundo atingiu o limite da rotação, antes de desandar”, escreve, profética, Natália Correia. “Na economia misteriosa da história, Portugal é o peso minúsculo que fará inclinar todo o conjunto”.

* Jornalista, escritor

O BANCO CORRIDO

RAUL MENDES*

Que banco tão comprido.
Senta-se nele muita gente.
Falam de tudo e de nada.
Tudo e nada é a vida.
Este banco alongado
Nasceu no Alentejo.
Eu agora aqui sentado.
Vejo o tempo bem guardado.
Pensamentos, opiniões.
O tempo das quatro estações.
Tempo de todos, tempo de ninguém.
Tempo que leva a nossa mãe!
Banco corrido do tempo com tempo.
Banco corrido, tempo para pensar.
Banco corrido, tempo para recordar.
Banco alongado da seara ao montado.
Banco da liberdade encerrada
Banco de abril, obrigado!

(2025)

* Sócio da A25A

HÁ HISTÓRIA NO ARQUIVO DA DEFESA NACIONAL

O Arquivo da Defesa Nacional, na dependência da secretária-geral do Ministério da Defesa Nacional, abriu ao público em junho de 2008 com a missão de recolher, tratar, preservar e disponibilizar a documentação com valor histórico do Ministério da Defesa Nacional, órgãos antecessores e diretamente dependentes e do Estado Maior General das Forças Armadas. O seu núcleo histórico teve por base a documentação depositada em São Julião da Barra.

MARIA JOÃO MARQUES PIRES*

A ORIGEM DO ARQUIVO DA DEFESA NACIONAL (ADN) está ligada à criação do Grupo de Trabalho dos Arquivos da Defesa Nacional, em 1996, chefiado pelo então tenente-coronel Aniceto Afonso, com a prioridade de preservar a documentação histórica e impedir a eliminação ou a transferência de acervos para fora do Ministério da Defesa Nacional (MDN).

O património documental do ADN é de enorme relevância para a História de Portugal da 2.ª metade do século XX, com destaque para a Guerra Colonial/Ultramar, tendo sido desclassificado por despachos ministeriais de 2010 e 2024. O acesso ao ADN é feito presencialmente em sala de leitura ou online através da base de dados do ADN, do Portal das Instituições de

Memória da Defesa Nacional (IMDN) e do Portal ARQMEDIA da Defesa.

O ADN tem participado na implementação de vários projetos da Secretária-geral do Ministério da Defesa Nacional (SGMDN) para salvaguarda do Património Histórico da Defesa Nacional através da coordenação do tratamento arquivístico dos acervos e no apoio técnico dado a várias entidades aderentes. Destaque para o portal das IMDN, acessível desde 2019, enquanto rede dos arquivos históricos, bibliotecas e museus da Defesa e o portal ARQMEDIA da Defesa, desde 2022, para salvaguarda dos acervos históricos audiovisuais da defesa.

Atualmente, o ADN encontra-se a planear a transferência e o tratamento dos chamados “Arquivos



Foto do ADN: Capitães de Abril Vasco Lourenço, Vítor Alves e Rosa Coutinho no intervalo da reunião para o acordo MFA-partidos políticos em abril de 1975

CISMIL” com documentação de elevada importância histórica para o período de 1960 a 1994.

REVOLUÇÃO DE 1974

A documentação referente ao 25 de Abril de 1974 (antecedente e revolução) - Gabinete do CEMGFA (1960 – 1976) [PT/ADN/CEMGFA/GAB] – contém processos importantes para o período de 1970 a 1975: [SR. 004] - Forças Armadas, [SR. 005] – Exército; [SR. 014] – Açores; [SR. 015] - Ultramar; [SR. 017] – Guiné; [SR. 019] – Angola; [SR. 025] – África; [SR. 030] – Correspondência expedida pelo Gabinete do CEMGFA até 1975; [SR. 032] – Relatórios Semanais de In-

formação do Serviço Diretor e Coordenador de Informações do Conselho da Revolução de 1975. Destaque para o processo dos capitães, motivações negativas dos militares, manifestos militares, saneamentos dos Conselhos de Armas, transferência de poderes e negociações entre o governo da Guiné e o PAIGC e relações com a África do Sul, entre outros.

Link: <https://arquivo-adn.defesa.gov.pt/details?id=126516>

TIMOR

Processo de Descolonização de Timor (1974 – 1977) [PT/ADN/CEMGFA/PDT] – inclui pro-

cessos da Comissão de Análise e Esclarecimento do Processo de Descolonização de Timor e do Gabinete Coordenador para a Cooperação e Descolonização de Timor. Contém também documentos do Comando Chefe das Forças Armadas de Timor e atas da Comissão Nacional de Descolonização sobre Timor.

Link: <https://arquivo-adn.defesa.gov.pt/details?id=58174>

ULTRAMAR

Estado Maior General das Forças Armadas (EMGFA), [PT/ADN/EMGFA] – contém processos do Ultramar da Divisão de Operações [ADN/EMGFA/DOP/001], do apoio logístico da Divisão de Material e Equipamento [ADN/EMGFA/DME/001] e das diversas séries da Divisão de Informações e Relações Públicas (DIRP) [ADN/EMGFA/DIRP] relativas ao período entre 1945 e 1993.

Link: <https://arquivo-adn.defesa.gov.pt/details?id=4>

DINAMIZAÇÃO CULTURAL

5.^a Divisão do EMGFA (1972 – 1978) [PT/ADN/EMGFA/5DIV] – constituído por processos relativos à dinamização cultural e ação cívica através da CODICE e das CODIRES. Destaque para a correspondência de particulares pedindo a intervenção das Forças Armadas, relatórios de informações do Exército, do EMGFA e do COPCON; ação dos partidos e propaganda política, situação social das populações, sindicalismo e relações laborais, ultramar e relações internacionais, situação sociopolítica da Guiné

de 1974 e áudios do programa radiofónico de intervenção do Movimento das Forças Armadas (MFA).

Link: <https://arquivo-adn.defesa.gov.pt/details?id=8>

FOTOS

Álbuns Fotográficos da DIRP do EMGFA, [PT/ADN/FOTO-AF] – caixas 136 e 137 (1975 – 1977), com fotografias sobre visitas, reuniões do Conselho da Revolução, conferências da 5.^a Divisão e do primeiro-ministro Vasco Gonçalves, Assembleia do MFA e os partidos políticos, manifestações do 1.º de Maio.

Link: <https://arquivo-adn.defesa.gov.pt/details?id=39306>

IMAGENS SOLTAS

Fotos Avulsas [PT/AND/FOTO-FA] – contém fotografias sobre Portugal e Ultramar com destaque para São Tomé, Guiné, Angola, Moçambique e Timor. Ver [SR 001] – Fotografias de Portugal entre 1944 e 1981, com fotografias sobre cerimónias, palestras, visitas, MFA, Período Revolucionário em Curso (PREC), I Governo Provisório, condecorações e conferências de imprensa e as séries do Ultramar [SR 003 a 008].

Link: <https://arquivo-adn.defesa.gov.pt/details?id=39307>

MINISTRO

No Gabinete do Ministro da Defesa (1963 – 1974) [PT/ADN/GABMIN] – destacam-se a [SR 007] – Processos Confidenciais com casos da Guiné e de Angola, correspondência com os

ministérios e outros organismos, a [SR. 054] - Correspondência Expedida e a [SR 055] - Telegramas.

Link: <https://arquivo-adn.defesa.gov.pt/details?id=5>;

INFORMAÇÕES MILITARES

O Secretariado-Geral da Defesa Nacional [PT/ADN/SGDN] – com processos da 1.ª Repartição sobre as Operações Militares e sobretudo a 2.ª Repartição dedicada às Informações Militares, com relevante informação sobre a guerra colonial e a situação política e militar com destaque para os anos de 1973 a 1976.

Links: SGDN/1REP <https://arquivo-adn.defesa.gov.pt/details?id=9>

SGDN/2REP - <https://arquivo-adn.defesa.gov.pt/details?id=10>

LINKS DE ACESSO:

Base de dados do ADN: <https://arquivo-adn.defesa.gov.pt>

Site do ADN:

<https://www.defesa.gov.pt/pt/adesaeeu/phc/adn/Paginas/default.aspx>

INVENTÁRIOS:

Portal ARQMEDIA da Defesa em <https://portalarqmedia.defesa.gov.pt/>

AUDIOVISUAIS:

Portal IMDN: <https://portalmemoria.defesa.gov.pt> (Rede IMDN)

CONTACTOS:

Arquivo da Defesa Nacional. Rua Costa Pinto, n.º 165, 2770-047 Paço de Arcos

Telef. (+351)213027309

Mail: adn@defesa.pt

Horário: de 3.ª a 5.ª feira das 10h00 às 16h00

* Técnica Superior de Arquivos, Responsável pelo ADN

NOTA DE EDIÇÃO

O Referencial abre, com este texto, um novo tema denominado ABRIL E OS ARQUIVOS. Tentaremos abordar os Arquivos, Centros de Documentação, Coleções Privadas ou outras instituições com documentação relevante para o conhecimento e estudo dos acontecimentos em torno do 25 de Abril de 1974, constituindo um primeiro roteiro da documentação relacionada com o 25 de Abril, assim como o seu acesso e regras a seguir. Começamos com o Arquivo da Defesa Nacional, que vem recolhendo, desde que foi criado, vários fundos documentais de relevo para a finalidade que nos propomos. Agradecemos muito sensibilizados a resposta pronta da Dr.ª Maria João Marques Pires à nossa solicitação, como responsável que tem sido, desde o início, por este importante Arquivo.

DA MINHA JANELA



Da minha janela vejo um pedaço pequeno do mundo

JOSÉ FANHA*

Da minha janela vejo um pedaço pequeno do mundo,
prédios tranquilos onde moram pessoas que vão e veem todos os dias,
levam os meninos à escola, ao médico, às vacinas à ginástica,
sei lá, coisas assim.

Pessoas vulgares que à noite acendem a luz para jantar, veem televisão, vão deitar-se e até, quem sabe, de vez em quando fazem amor mas de preferência ao domingo porque o sábado é o dia das compras e durante a semana o trânsito continua horrível.

No andar de baixo há uma loja de frangos assados, um laboratório de análises e, lá por trás dos prédios há um grande e tranquilo monte verde que me dá os bons dias quando o sol nos acorda.

Esteve sempre ali, este monte, pelo menos nos últimos milénios.

Nunca o vi ausentar-se.

Não tem emprego, que eu saiba. Deve estar reformado, mas de saúde, tanto quanto creio. Também nunca o vi espirrar. Além disso, de vez em quando, conversamos e ele nunca me falou de doenças.

Lembra-se do tempo dos dinossauros, imaginem! E assistiu ao aparecimento dos homens. E das mulheres, está bom de ver.

Pareciam ser gente decente, esforçada, traba-

lhadora, diz ele. Ninguém diria que haviam de passar o tempo em traulhices e guerras e a matarem-se uns aos outros.

Os caracóis são muito mais simpáticos, diz o monte à frente da minha janela. Andam por aí devagarinho. Gostam de apanhar sol. Às vezes nem dou por eles.

Bem... Os homens também são capazes de fazer coisas muito bonitas: pinturas e poemas, coisas úteis. Alguns até sabem dar abraços.

Gosto muito daquele monte. Por vezes pede-me para abrir a janela e pôr música a tocar. Eu cá vou logo a correr pôr o Zeca, “Verdes são os campos da cor do limão”. E o monte em frente à minha janela fica todo derretido.

Enquanto houver montes verdes em frente à minha janela, montes que venham de vez em quando conversar comigo e pedir-me uma canção do Zeca, talvez o mundo ainda tenha salvação.

* Professor, poeta, sócio da A25A



A Figura de Abril deste número é Carlos de Matos Gomes, sobre o qual escrevem vários dos seus amigos e familiares. Um Capitão de Abril, um escritor, que semeou coragem, dignidade, perseverança, humildade e humanidade

RODRIGO DE SOUSA E CASTRO*

ENTRÁAMOS NA ACADEMIA MILITAR no mesmo ano, 1963. O primeiro ano do curso era geral para as Armas e Serviços o que possibilitou um conhecimento mais próximo entre todos nós. Muitos cadetes-alunos eram oriundos de locais distantes de Lisboa, implicando que

uma boa parte passasse os tempos livres na casa que nos era comum, a Academia.

Esta circunstância fez com que durante esse primeiro ano nascesse uma forte amizade entre nós dois. Matos Gomes, um cadete-aluno absolutamente irrepreensível, muito discipli-

nado e rigoroso, fazendo jus à alcunha que lhe impusemos de “ICA”, quer dizer, Instrução de Corpo de Alunos, que ele levava muito a sério, mais que qualquer outro, sobretudo em relação a mim, bastante relapso à disciplina, o que tornava a nossa amizade singular.

Ele seguiu Cavalaria e eu Artilharia (quase uma certeza antes de acontecer!). Cursos diferentes, destinos diferentes. Por isso o nosso reencontro apenas se deu muitos anos depois, até porque, mesmo durante a conspiração, estivemos fisicamente muitos afastados, ele na Guiné e eu em Portugal.

Encontrámo-nos, finalmente, na euforia da restauração da Liberdade e durante o ano difícil de 1975. Sem melindrar uma amizade que era como uma joia burilada naquele ano inicial de 1963/64, o destino colocou-nos em rotas de diferentes interpretações do que devia ser a Revolução de Abril para a qual tínhamos contribuído com grande empenho.

Apesar disso encontrávamo-nos frequentemente e em cada um desses momentos era claro que não seriam as divergências políticas e ideológicas que poderiam afectar uma amizade baseada também na tolerância, na compreensão e no respeito pelas opiniões diferentes.

A secção “Figuras de Abril” d’O Referencial, pelo próprio título, poderia levar-me a focar a minha apreciação da personalidade do Carlos apenas e só enquanto inspirador do movimento dos capitães na Guiné e no contributo e impulso absolutamente determinante que esse movimento deu ao movimento dos capitães em Portugal, dando-lhe mais consistência e urgência.

Mas, nesta oportunidade, a minha homenagem muito sentida vai para o militar de grande valor em acções de combate, para o escritor reconhecido e firmado, para o lutador pela Liberdade, mas sobretudo para o que, entre nós, militares de Abril, soube (porque se calhar era o único capaz de o fazer) esclarecer o sentido justo daqueles que lutaram com lealdade para que a nossa Democracia não se resumisse à apagada e vil tristeza da sua formalidade.

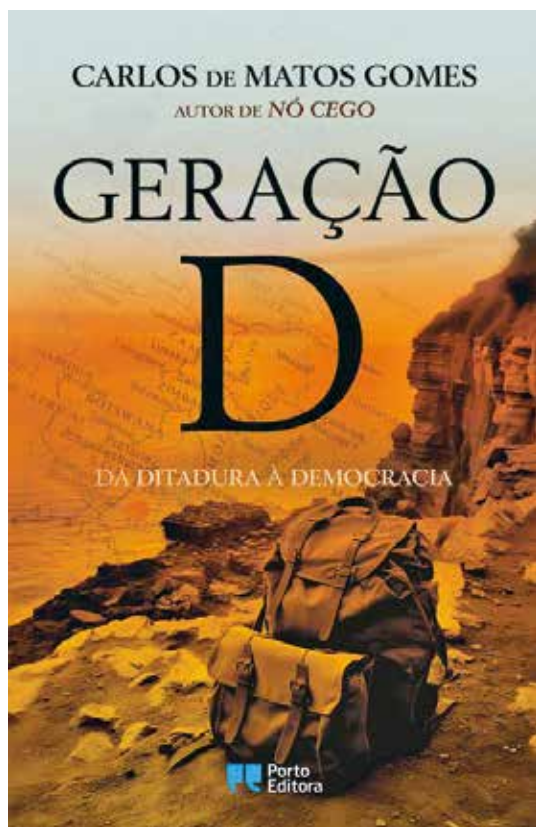
Matos Gomes, com a sua incessante e diversificada intervenção pública, não só reabilitou do opróbrio os “vencidos” de Novembro, como deu àqueles que pensavam ser os “vencedores” de Novembro (por imaginarem terem conseguido salvar o espírito de Abril sem controlar o “depois de Novembro”, e que vieram a ser soterrados pela vingança mesquinha dos aproveitadores da ocasião), o conforto moral de quem usou a dignidade perante os modernos Torquemadas. E fê-lo com a mesma força e coragem com que terçou armas perante o inimigo no campo de batalha!

Carlos de Matos Gomes, meu querido “ICA”, semeaste coragem, dignidade, perseverança, humildade e humanidade. Enquanto cá estivermos não o esqueceremos e todos sabemos que muitas sementes tardam em desabrochar, mas não morrem. Obrigado, meu amigo e camarada.

Capitão de Abril, sócio da A25A

Nota de edição: Os textos sobre Carlos de Matos Gomes dos amigos Manuel Alberto Valente, Aniceto Afonso e Jorge Golias serão publicados no suplemento online referente a este número.

GRATA MEMÓRIA DO MEU AMIGO E CAMARADA



Sem o nosso Carlos de Matos Gomes, o debate político, com base no pensamento crítico e no conhecimento da história e da “arte da guerra”, não ficou só mais pobre. Ficou quase desolado!

MÁRIO TOMÉ*

ACABADO O TIROCÍNIO DO CURSO de Cavalaria na Escola Prática de Cavalaria, o alferes Carlos de Matos Gomes apresentou-se-me em 14 de Fevereiro de 1967 indigitado para um estágio de seis meses como “meu” adjunto na Com-

panhia de Cavalaria 1601, de boa memória! Foi parar a Meponda, Lago Niassa, para se treinar na rude tarefa de aprender a matar se necessário e a não morrer; o que é, em termos gerais, a simples alternativa que a guerra nos dá. “É Para Já”, o lema da companhia, parece ter sido criado a pensar no “Mateles”, como passou a ser designado entre os oficiais da companhia. Os quatro alferes que tive a sorte, como sempre, de ter na organização e preparação da companhia desde o RC3, em Estremoz, eram moços de alto gabarito na relação entre si e no desempenho das funções sob o meu comando: Sereno de Almeida, Ruben Silveira, já falecido, Elias Soares e Francisco Seixas; de imediato o aceitaram sem hesitação e, com naturalidade, a própria hierarquização decorrente do seu *estatuto*.

O “Mateles” desde o primeiro minuto provou a sua excepcional craveira humana enquadrando a ímpar capacidade militar.

Estabeleceu-se entre nós uma grande afinidade de que decorreu uma sólida e profunda amizade que iria reforçar-se ao longo dos anos.

Em Meponda, criou um singelo enquadramento para os nossos mergulhos no Lago Niassa: “nadar, mijar e beber tudo ao mesmo tempo”, o que de facto funcionava, dada a capacidade de regeneração das límpidas e magníficas águas “potáveis” do Lago.

Feito o estágio na 1601, deixou-nos a caminho dos comandos.

Acho que foi ele a primeira pessoa que me convocou para a “Conspiração em curso” que, por muito que custe a alguns camaradas, pelo ma-

**CARLOS VALE FERRAZ
PARA LUSTRE
DAS LETRAS
PORTUGUESAS,
DEU-NOS NÓ CEGO,
ESSA OBRA PRECIOSA
DE LITERATURA
DE GUERRA,
QUE FOI
O “TIRO DE PARTIDA”
PARA A SUA OBRA
LITERÁRIA
E DE INTERVENÇÃO
CULTURAL**

terialismo da coisa, teve início na Guiné: era lá que doía mais.

Durante os anos oitenta/noventa a nossa relação aperfeiçoou-se, aprofundou-se e ganhou bases político-culturais mais nítidas, principalmente quando ele colaborava no *Página Um*, do Jorge Fagundes, de boa memória.

Depois eu cristalicei um bocado e ele evoluiu alegre e determinadamente para o Carlos Vale Ferraz, para nosso bem.

Carlos Vale Ferraz, para lustre das letras portuguesas, deu-nos *Nó Cego*, essa obra preciosa de literatura de guerra, que foi o “ tiro de partida” para a sua obra literária e de intervenção cultural, nomeadamente no campo da Histó-

ria com o Aniceto Afonso com quem eu tive o privilégio de colaborar no desenvolvimento do Abril moçambicano. Sou um tipo de sorte como se vê!

Raul Brandão – estou a vê-lo na morgue a apertar a mão do Buíça – “Ah grande Homem” - como ele relata em *O Vale de Josafat* – Latino Coelho, Jaime Cortesão, Hernâni Cidade, Carlos Selvagem, Henrique Galvão, receberam o Carlos Vale Ferraz com uma grande saudação que alargaram ao Carlos de Matos Gomes.

INTELIGÊNCIA ÉTICA E POLÍTICA

Matos Gomes em *O Livro das Maravilhas*, que nasce da sua fantástica investigação, constrói a base histórico/cultural da sua intervenção que marcou, por sobre todos, contra o irracionalismo vigente, estes nossos tristes tempos, *Os Últimos Dias da Humanidade* citando a obra do grande jornalista e dramaturgo austríaco Karl Kraus.

A sua inteligência ética e política fê-lo entender na sua plenitude, contra a vulgaridade dos entendidos, a importância decisiva do Otelô para o desenvolvimento virtuoso da nossa revolução.

Perto do fim pressentido, o nosso Carlos deu-nos *A GERAÇÃO D*, a obra histórico/político máxima e definitiva – “ne varietur!!!” – sobre a revolução do 25 de Abril e as coordenadas do processo incorrectamente chamado – mas isso é só a minha opinião – de descolonização.

Sem o nosso Carlos de Matos Gomes – “este guerreiro da luz que insiste em querer pensar por si próprio”, na caracterização de Raul Cruz

**PERTO DO FIM
PRESSENTIDO,
O NOSSO CARLOS
DEU-NOS A GERAÇÃO D,
A OBRA HISTÓRICO/POLÍTICO
MÁXIMA E DEFINITIVA
– “NE VARIETUR!!!” –
SOBRE A REVOLUÇÃO
DO 25 DE ABRIL
E AS COORDENADAS
DO PROCESSO
INCORRECTAMENTE
CHAMADO – MAS ISSO
É SÓ A MINHA OPINIÃO –
DE DESCOLONIZAÇÃO**

numa entrevista sob o título nietzscheano de *PARA ALÉM DO BEM E DO MAL* - o debate político, com base no pensamento crítico e no conhecimento da história e da “arte da guerra”, não ficou só mais pobre. Ficou quase desolado!

* Capitão de Abril, sócio da A25A

UM HOMEM LIVRE

O Carlos de Matos Gomes era um companheiro especial. A sua visão sobre as coisas tinha sempre uma veia de humor e ironia, desconcertante por vezes. Fazia-nos rir, sem deixar de nos fazer pensar

JOSÉ MANUEL BARROSO*

SENTADO AO MEU LADO, NO AVIÃO, ele olhava para mim, entre o compungido e o divertido.

Tão jovem quanto eu, ele tinha galões gastos pelo tempo, contrapostos aos meus que brilhavam de novos. Disse chamar-se Carlos, Carlos Matos Gomes, e era capitão comando. Eu havia-me destacado pela emocional despedida da minha mulher, lágrimas e lágrimas, interrogações e medos espelhados nos rostos. O Carlos confortava-me com gentileza, com a compreensão do saber feito de experiência feito de um combatente.

O ronco dos motores do DC6 dos TAM despertou-me para a realidade. Estava num avião de transporte militar, ia para a guerra na Guiné, eu um inexperiente capitão, sentado ao lado de um jovem, mas experiente e condecorado guerreiro. A voz amigável e camarada do meu vizinho de viagem ajudou-me a recuperar a serenidade e a encarar a realidade. O velho DC6 ia levar-me para o teatro de operações mais difícil da guerra “do Ultramar”. Nada a fazer, a

não ser escutar os conselhos do meu vizinho de viagem.

A longa viagem terminou muitas horas depois, no bafo ardente e pegajoso da Guiné, mal a porta do avião foi aberta no aeroporto de Bissau. Era como se o mundo inteiro fosse suportado pelos meus ombros. Um qualquer deus me prevenia, nos prevenia, de que teria de viver para merecer o tempo que nos era destinado.

Um coronel chefe da área do pessoal do Comando Militar recebeu a apresentação dos jovens capitães que chegavam. O comando Carlos de Matos Gomes, o engenheiro de transmissões Jorge Golias e o jornalista José Manuel Barroso. Essa receção seria determinante para que estes três oficiais se conhecessem melhor. O coronel avisou-me que, por ser jornalista do *República*, o diário da oposição republicana e socialista, iria ter a surpresa de ver “como a guerra é”, bem diferente da imagem que dela se fazia nos círculos políticos da oposição no continente. O Matos Gomes escutou o remo-

que com ar divertido, o Jorge Golias com ar impassível. No final, o Carlos, com o humor que lhe conheceria bem depois, gracejou: “só faltava seres do *Comércio do Funchal*”. E eu havia sido. Esta foi a descoberta que fizemos um do outro – e que se estenderia ao ouvinte até então mudo, o Jorge Golias. Sabíamos, por ela, e muito rapidamente, o que pensávamos do regime, da guerra e do que era importante fazer para mudar as coisas.

MILITAR ORGANIZADO

Passámos a nos encontrar com frequência, para falar de política, trocar informações, trocar papéis ou livros – e conviver. Construíamos cenários de como o regime poderia ser mudado, do que se poderia fazer, a partir da Guiné. O Golias era o militar organizado, metódico desta troika de sonhos. O Carlos, o experiente combatente, mas empolgado “conspirador” e eu o ex-dirigente universitário e opositor de esquerda, surpreendido por encontrar companheiros de jornada em militares do QP. Ambos eram militares construídos e sólidos intelectual e politicamente, tal como eu.

O Carlos de Matos Gomes era um companheiro especial. A sua visão sobre as coisas tinha sempre uma veia de humor e ironia, desconcertante por vezes. Fazia-nos rir, sem deixar de nos fazer pensar. Criava um clima de distensão no debate sobre temas sérios. Falava pouco dele próprio e das missões em que, do ponto de vista militar, era envolvido.

Um dia pediu-me, antes de ir para mais uma operação de alto risco, para algo insólito: ir es-

perar a esposa ao avião dos TAP, já que ela iria chegar a Bissau na data da operação – da qual ele não lhe tinha falado, por razões óbvias. Fui assim substituir, em Bissalanca, o recém-casado capitão Matos Gomes e encarar uma jovem recém-casada, que esperava encontrar o seu parceiro e não um desconhecido capitão miliciano. Muitas vezes nos rimos, ao longo dos anos, o Carlos e eu, desse episódio. Convém dizer que quem se ria mais dele, era o próprio Carlos...

Ele aparecia sempre com o seu ar bem-disposto, depois dessas arriscadas missões, como se viesse da normalidade de um tranquilo quotidiano. Atirava-se até com mais energia ao “é preciso fazer isto”, sem angústias, como se se desse a um destino obrigatório. Lúcido, determinado e consciente de tudo, mas como se tratasse de um jogo e se divertisse (nos divertíssemos) com ele. Na verdade, havia entre nós uma cumplicidade de jogadores, que aceitavam ir a jogo com a plena assunção do risco e com o gozo do risco. Assim conspirámos no nosso reduzido grupo de militares, os capitães do grupo das transmissões.

Por coincidência de datas, o Carlos e eu viemos a Lisboa, creio que no outono de 1973. Eu numa missão para a Secção de Rádio e Imprensa do Comando-Chefe, ele, creio que em férias. Das nossas conversas, o Carlos sabia que eu conhecia alguns dos líderes da oposição da área socialista. Combinámos, assim (com o conhecimento do Golias), encontrar-nos em Lisboa e visitarmos alguns desses opositores ao regime. O Carlos encarou isso com a maior seriedade,



Em memória do nosso saudoso camarada Carlos de Matos Gomes, que uns seis meses antes de falecer fez questão de fixar numa foto o trio do DC-6, que embarcou para a Guiné em 1 de Julho de 1972 (Jorge Golias, Carlos de Matos Gomes e José Manuel Barroso), dizendo mais ou menos estas palavras: "vamos tirar esta foto antes que seja tarde". Tinha razão, Carlos.

preparou uma espécie de briefing sobre a situação na Guiné, com mapa e tudo, que espantou até os nossos interlocutores (entre os quais o futuro PR, Jorge Sampaio). Rimo-nos muito, depois da reunião, em casa de um aristocrata açoriano, pela ingenuidade político-militar dos mesmos. E pelo seu otimismo com o capital intelectual que diziam ter, como oposição, para resolver os problemas do país. Nós, e sobretudo o Carlos, não ficámos assim tão otimistas.

LIBERDADE INTELECTUAL

Outra característica da personalidade do Carlos que me fez ficar (nos fez ficar) sempre amigos: a sua liberdade intelectual, a sua capacidade de dialogar com o seu contrário, nunca prescin-

dindo das suas convicções – mas prescindindo, isso sim, de um qualquer espírito de igreja, excludor da amizade dos camaradas e dos amigos que pensavam diferente (como era o meu caso). O Carlos era um ser livre, genuinamente livre. Sem nunca deixar de se interrogar a si próprio.

Numa das últimas vezes em que nos encontramos, na Associação 25 de Abril, eu vinha de boina rosa e ele não resistiu: "é pá, não me digas que foste para os comandos!". E pediu para tirarmos uma foto dos três capitães embarcados no DC6, em 1972. E assim foi feito. Acho ter sido uma boa ideia...

* Capitão de Abril, sócio da A25A

“*FIGHTER*”, ROMANCISTA, HISTORIADOR

Parece ser consensual que todos temos uma situação na vida que se transforma na nossa assinatura vital. A do Carlos é a Operação Nó Górdio. Viveu-a, romanceou-a, historiou-a. Assinou o seu *hat-trick*: guerreiro, romancista, historiador

RUI DE AZEVEDO TEIXEIRA*

A PRIMEIRA VEZ QUE ESTIVE com o Carlos foi há 30 anos, no bar do Hotel Continental, em Lisboa. Ele apareceu com o texto que lhe tinha enviado da Alemanha, onde fazia então o *Doktorat*. Esse texto acabou por ser o primeiro de dois prefácios, em rigor, ensaios prefaciais, que fiz para *Nó Cego*, a sua *opus magnum*. Achei-o felino, tenso, carismático. Sentia-se que era um homem que vinha de longe. Um

homem que tinha regressado, orgulhoso, de vários infernos.

O “*FIGHTER*”

Alguns grandes homens de armas revelaram-se na oficialmente chamada Guerra do Ultramar (a propósito, “Guerra Colonial” é expressão errada porque, em rigor, designa uma guerra para conquistar colónias). Entre

eles sobressaem Abreu Cardoso, Daniel Roxo, Marcelino da Mata, Carlos Matos Gomes ou Alpoim Calvão. Estes caçadores de homens armados na selva africana são gestores de combate que controlam perfeitamente a explosão de adrenalina nas situações de perigo, onde, na verdade, mais se sentem viver. Desafiá-la a morte e vencê-la fá-los viver indeléveis momentos de imortalidade. Tal como os viveram Manolete ou José Tomás, hieráticos, frente à morte nos cornos dos touros. Não admira que o Carlos se entendesse às mil maravilhas com o matador de touros Mário Coelho, ambos ribatejanos.

A *Nota de Assentos* do Carlos, nome de guerra “Bombbox”, certifica um guerreiro fora de série. Assim, em Moçambique, como comandante da 1.^a Companhia de Comandos, entre outras operações, participou nas seguintes: “Alfa Dois”, “Nó Górdio”, “Teimosia” e “Rasoila”. Em qualquer delas revelou “insofismável coragem física, pronta decisão e serena e atuante energia debaixo de fogo, frente ao inimigo, para o qual a sua tropa carregava sempre, seguindo o exemplo do seu Chefe”.

Na Guiné, combateu, por exemplo, nas operações “Ametista Real” (“Um granel do catano,

Rui!”), “Empurra Tudo”, “Gema Opalina”, “Bela Madona” e “Falcão Dourado”. João Almeida Bruno, Comandante do Batalhão de Comandos da Guiné, disse-me que “um dos dois ou três melhores, senão o melhor, dos meus capitães foi o Carlos Matos Gomes, o “Bombbox”, um esquerdistal!”



ROMANCISTA E HISTORIADOR

Depois do que escrevi sobre *Nó Cego*, regressado ao país definitivamente, levei o Carlos a sessões dos meus mestrados. Introduzi-lo na Universidade não foi fácil. A instituição do saber – uma ágora que não o é – olhava-o de lado, não só por ser militar, mas mais ainda por ter sido comando, logo “um assassino, um matador de guerrilheiros”. A desconfiança dos docentes universitários era de prever. Tirando alguns

professores de grande categoria, facto é que não faltam os que, por ideologia ou desonestidade intelectual, confundem juízos de facto com juízos de valor. Acresce ainda um módico de “iys” (*intelectualls yet stupid*).

Debrucei-me bastante sobre a sua obra, como neste extrato de *A Guerra e a Literatura*, citado pelo Carlos em *GERAÇÃO D. da Ditadura à Democracia*: “Sob o impulso e à sombra da

força isotópica da Guerra Colonial, Vale Ferraz cria um mundo ficcional onde os valores da masculinidade e mesmo da misoginia dominam (...) As mulheres são quase sempre catalistas que provocam reações nos homens, os únicos cujo destino interessa. Exceptuando as figuras maternas (Vera, em *ASP*, e Filó, em *Os Lobos Não Usam Coleira*), as maria-rapazes (que partilham alguns dos valores masculinos, como Zeza, em *ASP*) ou as estudantes de Letras (as ignotas namoradas do capitão de *Nó Cego* e de Pereira em *ASP* sugerem o embrião de um romantismo envergonhado), as mulheres são seres negativos, em especial as altas burguesas, que são retratadas como “cabras” promíscuas, de corpo quente e coração gelado (...) Neste mundo de *men free of women* – ou de homens diariamente massacrados pelas esposas, que, como o *valet de chambre* de Napoleão, não reconhecem heróis (ou candidatos a tal), são várias as personagens que mergulham no oceano negro da violência. O universo ficcional de Carlos Vale Ferraz é espartano, seco, alheio à sensualidade...”

Entre o Carlos e eu havia uma saudável inveja recíproca. Saudável porque aberta e não escondida, o que a torna dolorosamente autopunitiva para o invejoso. Eu invejava-lhe as Cruzes de Guerra; ele invejava-me a Agregação por unanimidade. Aliás, como especialista, defendi-o em tribunal de uma acusação de plágio, numa sessão com José Manuel Mendes, presidente da Associação Portuguesa de Escritores. Uma acusação idiota de uma novelista estreante em busca de estatuto instantâneo.

Além da ficção, o Carlos, autodidacta culto, dedicou-se à Historiografia. Escreveu *Guerra Colonial – Angola, Guiné, Moçambique*, com co-autoria de Aniceto Afonso, e diversos colaboradores, como Adriano Moreira, David Martelo, António José Telo e eu próprio. Publicou também, por exemplo, *Nó Górdio – Moçambique, 1970*.

A gigantesca *Nó Górdio*, com a qual Kaúlza pretendia torrar a FRELIMO, é a matéria prima de *Nó Cego*. Neste romance prínceps, uma companhia de comandos começa “acesa”, diria Camões, para a guerra e acaba, apagada, por se esfarelar. A companhia oferece-se assim para ser lida como uma macrometáfora do marcelismo que se esboroa. Ironia das ironias: sem o regime autoritário de extrema direita de Caetano, o esquerdista “Bombbox” não teria sido o “fighter”, não se teria realizado na sua essência.

Parece ser consensual que todos temos uma situação na vida que se transforma na nossa assinatura vital. A do Carlos é a Operação *Nó Górdio*. Viveu-a, romanceou-a, historiou-a. Assinou o seu *hat-trick*: guerreiro, romancista, historiador.

HERÓI

No velório de Carlos Manuel Serpa de Matos Gomes, na capela da Nossa Senhora da Conceição, da Academia Militar, mandada construir pela rainha Catarina de Bragança, sentia-se a majestade da morte de um herói.

* Escritor

A LIBERDADE COMO HERANÇA: RECORDAR O MEU TIO CARLOS

O meu tio Carlos Matos Gomes partiu este ano, aos 78 anos. A sua morte deixou um vazio que ainda hoje me custa a aceitar. Sei bem que, para muitos portugueses, o meu tio foi sobretudo o Capitão de Abril, o militar que ajudou a derrubar a ditadura e a abrir as portas da liberdade. Para mim, foi muito mais do que isso: foi um segundo pai, um guia, um exemplo de coragem e de integridade

TIAGO DE MATOS GOMES*

O QUE MAIS ME MARCOU no meu tio foi a sua entrega à liberdade. Não apenas à liberdade conquistada nas ruas a 25 de Abril de 1974, mas àquela que se pratica todos os dias, no respeito pelas ideias dos outros, mesmo, e talvez sobretudo, quando são diferentes das nossas. O tio gostava de debater, de ouvir, de confrontar opiniões. Fazia-o sem arrogância, sem procurar impor-se, mas com a força de quem acredita que só através da conversa franca se constrói uma sociedade melhor.

Esse respeito pela diferença talvez tenha nascido em casa, em Tomar, onde passou boa parte da infância e da adolescência. O meu avô, Manuel Matos Gomes, também militar, era um homem profundamente católico e conservador. O meu tio, pelo contrário, seguiu um

caminho à esquerda. Mas nunca houve ruptura, pelo contrário, havia orgulho. O meu avô, mesmo não partilhando as ideias do filho, via nele um homem de coragem, e isso bastava. Foi nessa casa que germinou a semente da tolerância que sempre o acompanhou.

APOIO INABALÁVEL

Comigo, o tio Carlos manteve essa mesma atitude. Eu escolhi um caminho político mais ao centro, social-liberal, diferente das suas convicções mais à esquerda. Mas nunca deixou de me apoiar. Pelo contrário, celebrava as minhas escolhas, mostrava orgulho, e fazia-me sentir que, apesar das divergências, estava ao meu lado. Esse apoio constante foi uma das maiores dádivas que me deixou.



Carlos Matos Gomes
acompanhado pelo sobrinho
Tiago no dia em que foi
galardoado com o Prémio
Fernando Namora

Nos últimos anos, divergimos profundamente sobre a invasão russa da Ucrânia. Mas nunca deixou de haver respeito. Aprendi com ele que as ideias podem separar-nos, mas que nada deve sobrepor-se ao amor e à família. Tantas conversas em família à mesa, quase sempre à mesa, em que ele falava de episódios da Guerra Colonial. Já o meu pai, Rogério, também oficial de cavalaria, sempre optou por falar pouco desse assunto. Cada homem tentou ultrapassar os horrores e os traumas da guerra à sua maneira. O meu tio, tal como o meu pai, foi mais do que família: foi exemplo. Foi com ele que aprendi que a liberdade não é apenas um direito, mas também uma responsabilidade. Que discordar é natural, e que só é possível viver em democracia quando se aceita ouvir o outro. Foi com ele que aprendi que, mesmo em campos políticos diferentes, é possível caminhar lado a lado. Ainda hoje, muitas vezes, sinto que um dia

destes o telemóvel toque e que seja ele do outro lado, pronto para mais uma conversa, para ouvir aquela voz doce. Essa ausência pesa. Mas pesa ainda mais a gratidão de ter tido na vida alguém como ele: um homem que me apoiou sempre, que acreditou em mim, que me amou sem reservas.

O país recordará Carlos de Matos Gomes como Capitão de Abril, como escritor, como defensor intransigente da liberdade. Eu recordá-lo-ei também como um segundo pai, como um farol que me guiou em tantas encruzilhadas. O seu legado não se esgota nos livros nem na História. Vive em mim e viverá sempre em todos aqueles que tiveram a sorte de o amar e de ser amados por ele.

* Especialista em comunicação,
sobrinho de Carlos de Matos Gomes

*O curso de uma vida é como as ondas
que, num dia, sobem e descem com a maré,
mudam de cor consoante o céu vai mudando.*

Nuno Júdice.

PARA TI

NATÁLIA MATOS GOMES

Naquele mar da Nazaré
Tu eras a onda maior
que se dobrava generosa
para me receber:
«Vá, nada, não tenhas medo»
E, eu nadava ao teu encontro
atravessava a rebentação
em busca a tua longa mão.

Tu eras o maior, a crescer como
as ondas gigantes que nenhum
vento, nenhuma força derrubaria
Tu eras a bravura e a calma
do mar que leva e traz e leva...

E, foi essa mão que segurei
horas antes de mergulhares
para sempre nas águas
perdíeis da nossa infância.

Difícil este poema no verão
onde o silêncio se inscreveu
no sal das areias molhadas
Um vai vem de marés
a rememorar a tua voz
sobre as águas da saudade:
Carlos, meu irmão maior.

Poeta, irmã de Carlos de Matos Gomes

AMADEU GARCIA DOS SANTOS (1935-2025)

HOMEM ÍNTEGRO, CORAJOSO E SABEDOR

A sua participação no 25 de Abril é bem conhecida, tendo sido responsável pelo planeamento, execução e coordenação das transmissões das Forças envolvidas na Operação “Viragem Histórica”

EDORINDO FERREIRA*

“Se servistes à Pátria que te foi ingrata,
vós fizestes o que devíeis, ela o que costuma”.

Padre António Vieira

CONHECI O TENENTE-CORONEL Amadeu Garcia dos Santos em outubro de 1973, data em que iniciei o 6.º e último ano do curso de Engenharia Eletrotécnica Militar (Transmissões) da Academia Militar (AM). Já licenciados, com cinco anos de curso, dois dos quais no Instituto Superior Técnico, os cinco alferes-alunos de Transmissões chegaram ao 6.º ano sem as cadeiras militares. E foi então que, nesse ano

de 1973, tiveram como professor catedrático da 32.ª Cadeira – Organização, Tática e Serviços de Transmissões o desconhecido tenente-coronel Garcia dos Santos. Proveniente da Escola Prática de Transmissões, era o seu primeiro ano como professor na AM.

Foi muito bem recebido pelo curso pela sua empatia e comunicação eficaz, exigente, mas de excelente relacionamento, incentivando a

aprendizagem criativa e estimulando a participação. Prova disso foi o desafio que nos fez para elaborarmos um Manual onde estivessem disponíveis para consulta imediata todos os pormenores que fazem parte do dia a dia de um oficial de Transmissões de uma Unidade, respondendo a dúvidas e apresentando soluções. E assim surgiu o Guia do Oficial de Transmissões, impresso pelos Serviços Gráficos da Academia Militar ainda em 1974. O ano letivo decorreu normalmente, apesar de se sentirem algumas situações anómalas, em especial depois do levantamento das Caldas, em 16 de março, até que por volta de 15 de abril pretendeu antecipar um teste já marcado para depois do dia 25. Não aceitámos “a proposta”, as suspeitas avolumaram-se, e o teste não mais se realizou...

A sua participação no 25 de Abril é bem conhecida, tendo sido responsável pelo planeamento, execução e coordenação das transmissões das Forças envolvidas na Operação “Viragem Histórica”, sendo unânime o seu sucesso. Mas não esqueceu os seus alunos e no dia 1 de maio voltou à AM para nos levar às sedes da Legião Por-

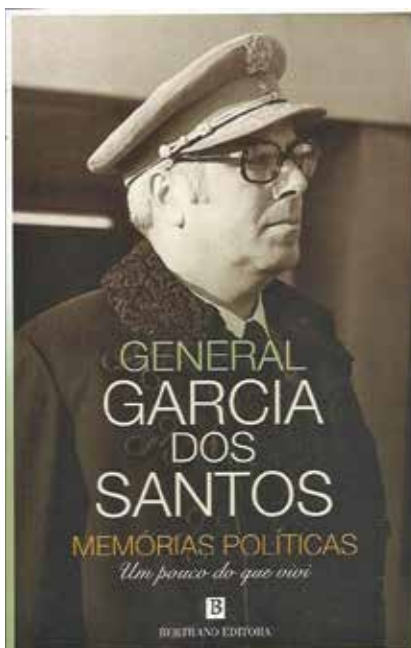
tuguesa (na Penha de França) e da PIDE/DGS (na Rua António Maria Cardoso), numa “visita de estudo” aos respetivos sistemas de comunicações. E alguns eram bem melhores que os

do Exército! Depois de uma semana confinados na Academia Militar tivemos o primeiro contacto real com a revolução e respirámos o ar da liberdade, vendo in loco o “povo unido”, feliz e contente, sonhando com uma vida melhor.

A parte final do curso decorreu com relativa normalidade, com as aulas teóricas e práticas a cargo dos seus adjuntos, tendo voltado em junho para as manobras finais no Campo Militar de Santa Margarida. Fomos incumbidos de efetuar guerra eletrónica (a sua área preferida dentro das Transmissões), tendo como “inimigo” as tropas em exercícios, utilizando

viaturas e equipamentos específicos da Escola Prática de Transmissões. A nossa intervenção teve o sucesso esperado, provocando grandes perturbações nas redes, com consequências para o bem-estar das tropas.

No fim do ano letivo interrompeu os seus múltiplos afazeres políticos para nos informar que tinha decidido uma forma democrática de atri-



buir a nota final da Cadeira. Cada um de nós (éramos cinco) dava notas aos outros quatro e a média seria a classificação individual. Com uma particularidade: não dava mais de 16! E assim foi: um dezasseis, três quinze e um catorze. A democracia estava bem viva!

A sua participação na preparação e execução da revolução abrilista e, ano e meio depois, nas operações de 25 novembro, é amplamente conhecida, tendo sido relevante a sua ação como principal responsável pelas comunicações.

Logo a seguir ao 25 de Abril de 1974 foi nomeado Delegado da Junta de Salvação Nacional junto de empresas públicas e a partir de julho iniciou um período de cerca de dois anos exercendo funções governativas como Secretário de Estado das Obras Públicas onde, entre outras, procurou dinamizar a construção de autoestradas e de redes de água, duas das muitas carências do país.

Depois da eleição do general Ramalho Eanes foi chefe da Casa Militar do Presidente da República durante mais de quatro anos, e depois Chefe do Estado-Maior do Exército (CEME), de janeiro de 81 a novembro de 83, função que exerceu com tenacidade e determinação contra alguns “velhos do Restelo”, provocando a animosidade de muitos, quer no meio militar quer político. Depois de um processo rocambolesco de mais de quatro meses foi exonerado do cargo de CEME, num processo iniciado pelo governo (primeiro-ministro Mário Soares) em meados de julho de 83, com a alegação de falta de “perfil”! Mas a razão única foi a necessidade de afirmação pública e inequívoca do Dr.

Mário Soares de que quem detinha o poder de mandar nas Forças Armadas era o primeiro-ministro, num contexto de confrontação com o eneral Ramalho Eanes. E assim, aos 48 anos terminou a sua carreira militar, já que não lhe foram atribuídas outras funções, apesar de múltiplas intervenções junto dos diversos poderes, numa conduta firme, mas onerosa sob todos os aspetos, a última das quais para o Supremo Tribunal Administrativo, tendo transitado forçosamente para a Reserva em 1992.

Depois de demitido, sem quaisquer funções atribuídas, teve que “fazer pela vida”, tendo-se dedicado ao longo de vários anos ao projeto, construção e comercialização de empreendimentos imobiliários, à gestão de empresas de informática e de impor-export, bem como colaborado com empresas de fabrico de mobiliário, decoração e manutenção industrial.

Entretanto, no início de 1997 foi convidado para presidente da Junta Autónoma das Estradas pelo ministro do Equipamento, Planeamento e Administração do Território, Eng.º João Cravinho. A empresa passava por graves problemas de gestão, com grandes atrasos nas obras, apesar de elevadas dotações orçamentais por parte do Estado. Ao fim de 14 meses de intensa atividade, com tremendas dificuldades e obstáculos, essencialmente por parte de um dos vice-presidentes, viu-se forçado a solicitar a demissão, que o ministro aceitou. Este, pouco depois determinou a realização de uma sindicância à JAE, que entre outras conclusões, detetou crimes de corrupção e participação económica em negócios. Do longo processo que se

seguuiu, com peripécias várias, incluindo uma Comissão Parlamentar de Inquérito às denúncias de corrupção na JAE, o general Garcia dos Santos, por se recusar a revelar em Tribunal os empreiteiros que trabalhavam para a JAE, que lhe afirmaram que haviam financiado partidos políticos, acabou por ser a única vítima, tendo sido condenado ao pagamento de uma coima de 130 contos! Como consolação fica a carta que recebeu, logo após a demissão, do então ministro das Finanças, António Sousa Franco, que, com um abraço de solidariedade e apreço, lhe disse estar cada vez mais preocupado com os dinheiros públicos e o bom-nome do Estado. Homem íntegro, corajoso e sabedor, o general Garcia dos Santos sempre mereceu a minha estima e consideração. Há pouco mais de um ano visitei-o em casa, no Bairro dos Atores, em Lisboa, onde tive a oportunidade de apreciar uma outra faceta da sua vida: a pintura. Há muitos anos frequentou o curso de Pintura e Desenho, da Sociedade Nacional de Belas Artes, e, ama-

velmente, mostrou-me as interessantes obras que ao longo da vida foi fazendo.

Por sua iniciativa, em 2003 foi constituída a Comissão da História das Transmissões, com dezena e meia de oficiais, tendo assumido a presidência. Para as reuniões da comissão, várias vezes foi no meu carro (morávamos perto) e recordo com saudade as diferentes histórias da sua vida que me foi contando com todos os pormenores, em especial as duas situações que mais o entristeceram: a exoneração de CEME e o caso JAE. Mas também a alegria da carta do ministro das Finanças.

Até sempre meu General.

* Major-general na situação de Reforma, sócio da A25A

REGISTÁMOS O FALECIMENTO DOS SEGUINTES ASSOCIADOS:

Domingos Manuel Nunes Pereira – fundador
Carlos Alberto Vieira Monteiro – fundador
Rui Coelho Cabrita – fundador
João Caiado Falcão de Campos – fundador

José Pereira de Moura – fundador
Amadeu Garcia dos Santos – sócio fundador
Libertário Santos Martins –apoiente
Luís Augusto de Moura Florêncio de Oliveira

JOÃO CAIADO GAGO FALCÃO DE CAMPOS (1934-2025)

UM HOMEM DE ABRIL



COM 91 ANOS DE IDADE faleceu o nosso sócio João Caiado Gago Falcão de Campos, capitão de mar-e-guerra engenheiro construtor naval que, durante cerca de vinte anos, desempenhou o cargo de Vice-Presidente da Direcção da A25A.

Natural de Faro, alistou-se na Armada em 1952 e frequentou a Escola Naval como cadete de Marinha do Curso “Gonçalves Zarco”, que concluiu como primeiro classificado.

Depois de ter frequentado a Universidade de Génova (Itália), onde se formou em Engenharia Naval e Mecânica, ingressou na Classe de Engenheiros Construtores Navais, tendo depois integrado a Missão de Construções Navais Portuguesas em França.

O seu espírito democrático, a sua esclarecida inteligência e a convivência com as dinâmicas

sociedades italiana e francesa nos anos anteriores a 1974, foram o estímulo suficiente para estar solidário com os ideais libertadores do 25 de Abril, de que foi um militante activo e coerente, mas sempre discreto.

Sócio fundador e membro activo da A25A e um seu dedicado dirigente, entre outras tarefas, assumiu o desafio da inventariação e organização da nossa Biblioteca, que continuava a dirigir apesar dos problemas de saúde que o limitavam há algum tempo.

Militar de Abril de todas as horas e circunstâncias, não resistiu à doença e deixou-nos no passado dia 25 de Agosto.

As cerimónias fúnebres decorreram no Centro Funerário de Cascais com a presença de muitos familiares e amigos, sendo de referir que o Presidente da República homenageou o engenheiro Falcão de Campos com uma coroa de flores.

A A25A perdeu um dos seus mais destacados membros e um companheiro solidário fiel aos valores de Abril.

Nesta triste circunstância, a A25A apresenta condolências aos seus familiares, designadamente a sua esposa Nicolle, aos seus filhos Ana Maria, João Pedro e Helena, aos seus netos João Luís, Teresa, António e Maria e à sua bisneta Luísa.

RUI COELHO CABRITA (1945-2025)

OFICIAL MUITO ESTIMADO E RESPEITADO



A NOTÍCIA INESPERADA circulou rapidamente: o comandante Rui Coelho Cabrita faleceu em Tavira, com 80 anos.

Ingressou na Escola Naval em 1963 e, após a conclusão do seu curso de Marinha, integrou o Destacamento N° 10 de Fuzileiros Especiais na Guiné, tendo sido condecorado com a Cruz de Guerra de 3.ª Classe e com o Distintivo da Ordem Militar da Torre e Espada. Em 1974 era instrutor da Escola Naval e, nos meses que antecederam a madrugada libertadora, esteve solidário com as movimentações conspirativas dos seus camaradas capitães do Exército.

Depois do 25 de Abril de 1974 comandou o navio-patrolha “Mandovi” e serviu no Gabinete do ministro da República da Região Autónoma da Madeira. Em 1997 foi promovido a capitão de mar-e-guerra e em 1999 passou à reserva.

Era um oficial muito estimado e respeitado na corporação da Armada, tanto pela sua competência profissional, como pela sua coerência e fidelidade aos ideais do 25 de Abril. Era sócio fundador da A25A.

No Algarve, a região onde nascera e residia, sempre manteve uma dinâmica actividade na defesa dos valores de Abril, em estreita ligação com a sua A25A, apoiando com entusiasmo muitas iniciativas de que tinha conhecimento ou para que era convidado, embora muitas das iniciativas em que participava tivessem sido por si próprio concebidas e organizadas.

A A25A apresenta condolências aos familiares e amigos do comandante Rui Coelho Cabrita, especialmente a sua esposa Elisa, às suas filhas Ana Rita e Ana Elisa e às suas netas Madalena, Leonor e Clara, mas também aos seus muitos amigos.

MEMÓRIAS DE UM JOVEM ESTUDANTE EM FRANÇA

Estas linhas não podem ser, é claro, um testemunho. Só querem ser uma modesta contribuição ao dever de memória e à celebração dos valores de Abril: liberdade, democracia, paz, justiça social, igualdade e solidariedade. Por isso, o papel desempenhado pela Associação 25 de Abril é mais do que fundamental. Mantém abertas as portas do nosso futuro, para sempre

FRANÇOIS TRIBOT LASPIÈRE*

ESTAMOS EM ABRIL DE 1974, tenho quase 20 anos e sou estudante na Faculdade de Direito na Universidade de Nantes, em França. É a temporada de preparação das frequências, e acabo de passar no exame de condução. De certa forma, começam agora os anos de liberdade: estudar, aprender, viajar, descobrir. Há uns anos que a televisão entra na nossa casa, no entanto não me lembro de ter passado muito tempo a olhar para o telejornal, nem aliás de ter lido todos os dias as notícias nos jornais. Além disso, os exames estão a aproximar-se e é dar ao cabedal para ser bem-sucedido... De Portugal, conheço então poucas coisas, a

não ser informações do relatório que me fizeram os meus irmãos ao voltar da sua viagem na região Centro, por altura do Natal. Foram convidados pelos seus amigos portugueses exilados em Nantes, a quem ajudaram a aprender a língua francesa e que encontro de vez em quando. Conheço as deliciosas receitas de bacalhau elaboradas pelo nosso pai, apesar de nunca ter sabido a razão pela qual ele se apaixonou pela confeção deste peixe salgado. Mas da política e da vida portuguesas, não conheço nada.

O que estava a acontecer então, em Lisboa, estava longe das minhas preocupações de jovem



"Não consigo hoje atravessar o Terreiro do Paço sem sentir uma emoção intensa ao imaginar o encontro do capitão Salgueiro Maia com militares das forças ainda fiéis ao governo"

estudante. Disso não éramos informados pelos nossos pais nem pelo meio escolar. Além do mais, não era parte dos programas de ensino de História nos anos que se seguiram. Talvez houvesse professores a comentar com os seus alunos a história do momento, mas não tive a sorte de me encontrar com eles. Ainda não existiam os canais de informação permanente, que derramam nas nossas vidas os acontecimentos do mundo em tempo real. Nos nossos dias, decerto seria tudo diferente, e uma revolução na Europa estaria nas primeiras páginas.

Ao chegar a Portugal, há sete anos, ao estudar a língua, a história, a cultura, revelou-se-me, no dia-a-dia, a importância de Abril no decorrer da história de Portugal. Embrenhei-me com paixão nos escritos de Jaime Fernandes, de Gabriela Lourenço e seus amigos, de Orlando Gonçalves, na leitura de livros desgastados, às vezes um pouco surrados, comprados nas bancas ou livrarias de velharias e que contam as experiências das vítimas da ditadura.

Não consigo hoje atravessar o Terreiro do Paço sem sentir uma emoção intensa ao imaginar o



Restam os gritos de alegria dos cidadãos, a quem foi pedido para ficarem em casa, neste amanhecer do dia 25 de Abril, e que, não obedecendo às ordens, se apressaram nas ruas e nas praças a abraçar os soldados da liberdade

encontro do capitão Salgueiro Maia com militares das forças ainda fiéis ao governo e a sua determinação em convencê-los a juntarem-se ao Movimento; a sua energia e coragem ao enfrentar os tanques que receberam ordens para dispararem; a sua ousadia ao entrar no Quartel do Carmo, ordenando aos seus homens que assaltassem o prédio, caso ele não saísse vinte minutos depois.

HISTÓRIA DA EUROPA

Hoje, todos conhecemos em pormenor os eventos desse *dia inteiro e limpo*. Faz parte da história do país, mas também da história da Europa. Foi, *mutatis mutandis*, uma repercussão dos dias de Maio de 1968 em França e, ao mesmo tempo, uma resposta vinda do sul da Europa que confirmava o irresistível empenho do povo pela sua liberdade e a determinação da

juventude pelo controlo do seu próprio futuro. Há pouco fui à Universidade de Lisboa, às faculdades de Direito, de Ciências e de Letras. Fui também ao Técnico. Tentei imaginar, com a minha sossegada experiência de vida universitária estrangeira, a vida dos estudantes lisboetas confrontados com as interdições de reunião e de manifestações, a censura, a vigilância perversa dos bufos, a denúncia dos traidores, a violência da polícia, os interrogatórios na rua António Maria Cardoso, o isolamento e, muitas vezes, a tortura. Os estudantes estiveram sempre na linha de frente do combate à ditadura, desde os anos 30 com o Bloco Académico Antifascista, nos anos 40 aquando da greve contra o aumento das propinas, nos anos 56/57 para derrotar o decreto-lei que dizia respeito à colocação das associações académicas sob tutela do governo. E nos anos a fio em que eles viviam, dormiam, sonhavam e despertavam na única inquietação de cumprir com as suas tarefas políticas e as discussões ideológicas. Com o poder a não querer ouvir as suas preocupações, os objetivos da juventude tornavam-se sempre mais altos, abrangendo a extinção da miséria no país, o fim das guerras coloniais, até reivindicar, com os militares, o derrube desse mesmo poder.

O que resta, hoje, de 1974, fora da democracia, da justiça e da liberdade, para o longínquo aluno que então fui e para o Português de coração que hoje gosto de ser?

Fica na minha memória, na memória coletiva, a energia duma luta sem descanso nem tréguas que se transmitiu ao longo de duas gerações de

trabalhadores, de camponeses e de estudantes. Fica a vontade de cada um de conseguir ver a realização das aspirações dos outros. Fica a estranha convergência das esperanças e das lutas de todos. Fica a imagem de uma revolução das mais originais do mundo por ter sido liderada por militares que derrubaram um regime ditatorial e que criaram orientações democráticas. Fica, por fim, a dignidade e o audacioso e generoso impulso dos jovens militares que levaram a cabo os sonhos de todos.

ALEGRIA DOS CIDADÃOS

Restam os gritos de alegria dos cidadãos, a quem foi pedido para ficarem em casa, neste amanhecer do dia 25 de Abril, e que, não obedecendo às ordens, se apressaram nas ruas e nas praças a abraçar os soldados da liberdade. Restam os sorrisos das raparigas oferecendo-lhes o café da madrugada e os cravos da alegria. Restam as lágrimas amargas dos que perderam um pai, um filho, um amigo nas celas estreitas dos traidores do povo e da pátria.

Estas linhas não podem ser, é claro, um testemunho. Só querem ser uma modesta contribuição ao dever de memória e à celebração dos valores de Abril: liberdade, democracia, paz, justiça social, igualdade e solidariedade. Por isso, o papel desempenhado pela Associação 25 de Abril é mais do que fundamental. Mantém abertas as portas do nosso futuro, para sempre.

* Sócio da A25A

A25A INDIGNADA COM O GOVERNO

Centro Interpretativo do 25 de Abril e comissão sobre o 25 de Novembro foram os temas centrais de uma conferência de imprensa no dia 18 de Setembro na Associação 25 de Abril

JOSÉ ARMANDO LOPES*

A ASSOCIAÇÃO 25 DE ABRIL (A25A) fez saber, através de um comunicado, que o governo não respeita um compromisso assumido com esta instituição e, em conferência de imprensa, no passado dia 18 de Setembro, o presidente da Direcção, coronel Vasco Lourenço, não escondeu indignação e revolta. “A gravidade da situação criada pelo governo obriga-nos a fazer uma denúncia pública”, salientou, aproveitando a presença dos jornalistas na sede da instituição, em Lisboa, para também criticar a criação da “nova comissão sobre o 25 de Novembro”, qualificando esse acto como “palhaçada”.

Vasco Lourenço acusou mesmo o executivo de Luis Montenegro de “faltar à palavra”, ao “não respeitar” o compromisso assumido com a A25A e outras entidades de criar o Centro Interpretativo do 25 de Abril (CInt25Abril), constante no programa aprovado pela Comissão Nacional das Comemorações do 25 Abril (Resolução do Conselho de Ministros 70/2021,

de 04 de Junho), cujas acções se entendem de Março de 2022 até Dezembro de 2026, com o cinquentenário das últimas eleições desse ano, as primeiras para as autarquias. O Centro Interpretativo do 25 de Abril deveria ficar instalado nas atuais instalações do Ministério da Administração Interna (MAI), na Praça do Comércio, em Lisboa.

Em defesa da criação do CInt25Abril Vasco Lourenço lembrou que o *site* da associação já registou mais de 10 milhões de consultas feitas por pessoas dos mais diversos pontos do País e do globo. “Isto mostra bem o que foi este processo, único na história universal”, salientou, acrescentando que com o novo centro “teria seguramente ainda maior projecção”.

CONTRA O FALSEAR DA VERDADE HISTÓRICA

O coronel Vasco Lourenço recordou que, em Janeiro de 2024, ainda no governo de António Costa, foi assinado o acordo para a instalação



do centro no Ministério da Administração Interna (MAI) e que, em Julho do ano passado, já com um executivo liderado por Luís Montenegro, o primeiro-ministro afirmou que as verbas atribuídas “estavam consignadas e retidas para o efeito e que o processo estava a seguir os seus trâmites”. Mas, segundo o presidente da A25A, “nem as verbas foram transferidas, nem a essencial libertação do espaço avançou”. O governo está a “empurrar com a barriga” e, ao faltar à palavra, esta situação faz com que o Estado, “por ação do seu poder executivo, se transforme numa entidade não credível” e “não confiável”.

E, em tom de desalento e revolta, acrescentou: “Eu não sei viver num país destes, em que os principais responsáveis não cumprem os compromissos que assumem.”

O presidente da A25A criticou ainda o governo por ter criado, “sem dar cavaco a ninguém”,

uma comissão para comemorar os 50 do 25 de Novembro, ignorando os que ficara já estabelecido, nomeadamente as “competências” das comissões nacional e executiva para as comemorações do 25 de Abril de 1974. Vasco Lourenço lembrou que do programa das comemorações do 50.º aniversário da Revolução dos Cravos também consta o 25 de Novembro, pelo que, no seu entender, a criação de uma nova comissão para o efeito “não passa de uma palhaçada”. No seu entender, o 25 de Novembro que vão comemorar é “ignorar ostensivamente a verdade histórica e tudo o que signifique liberdade, partidos políticos, democracia e fim da guerra, isto é, a essência do 25 de Abril”. Segundo Vasco Lourenço, o Presidente da República “está manietado” perante esta situação. Mas, se fosse ele o Chefe do Estado, “demitiria o governo”, por considerar que “não é pessoa de bem”.

* Jornalista, colaborador d'O Referencial

COMUNICADO DA A25A

Publicamos na íntegra o comunicado da Associação 25 de Abril de indignação contra o governo apresentado em conferência de imprensa no dia 18 de Setembro

«A SITUAÇÃO POLÍTICA no nosso país, agravada há dias pelas tragédias dos incêndios e do Elevador da Glória, não aconselharia a que umas quaisquer comemorações, por mais importantes que sejam, como é o caso das Comemorações dos 50 Anos do 25 de Abril, ocupassem um lugar de relevo nas preocupações dos portugueses e, designadamente, dos responsáveis políticos do país.

Porém, a gravidade da situação criada pelo Governo obriga-nos a fazer uma denúncia pública.

A evocação do passado de um povo, nomeadamente os actos mais determinantes da sua História, é uma decisão natural em qualquer sociedade.

No caso de Portugal são muitos os actos de grandeza e de heroicidade que nos permitiram estar prestes a atingir os 900 anos de História, com uma forte identidade nacional e uma cultura de que nos orgulhamos. É nesse quadro que se poderá criar um futuro de felicidade para os portugueses, mas como afirmou Péricles, essa felicidade só será alcançada com Liberdade, o que só é possível se para isso houver a coragem necessária.

Assim se compreende que, desde há 51 anos, os portugueses festejem a Liberdade alcançada no dia 25 de Abril de 1974, à qual, após um período mais conturbado da vida nacional, juntaram a Paz, a Democracia, a Justiça Social e a Fraternidade, um conjunto de atributos que passaram a ser conhecidos como os Valores de Abril. Esses Valores de Abril ficaram expressos na Constituição da República, a conquista maior de um Portugal que se viu libertado da ditadura e da guerra e viu abertas as portas à comunidade internacional, na qual se integrou de corpo inteiro.

Nada mais natural, portanto, que os responsáveis maiores do país tivessem decidido aproveitar a passagem dos 50 Anos do 25 de Abril para evocar todos os actos que contribuíram para a aprovação da Constituição da República, mas também para criar condições que permitam às gerações futuras poder aprender e saber como tudo aconteceu.

DENÚNCIA

Ao levantar o problema que de seguida aqui abordamos, com a denúncia e chamada de atenção pública para o enquadramento e a si-

tuação respeitante à evolução e actual momento das comemorações oficiais dos 50 anos do 25 de Abril, fazemos votos para que este comunicado não sirva de manobra de diversão dos importantes problemas que o país enfrenta.

No entanto, a situação que tem vindo a acontecer é suficientemente grave e obriga-nos a manifestar a nossa profunda repulsa e o nosso grito de condenação. O Governo embora legitimamente empossado através dos sistemas democráticos, tudo parece querer fazer para contrariar o que se espera de um Governo de Abril. Começemos por relembrar o processo de organização das Comemorações Oficiais dos 50 Anos do 25 de Abril.

Por decisão conjunta do Presidente da República e do Governo (Resolução do Conselho de Ministros 70/2021 de 04 de Junho) foi estabelecida uma organização responsável pelas Comemorações.

Foram constituídos dois organismos responsáveis:

1. A Comissão Nacional (CN), constituída pelo PR, que preside, e pelos titulares dos demais órgãos de soberania - Presidente da Assembleia da República (PAR), Primeiro Ministro (PM), Presidentes dos Tribunais Superiores (STJ, TC, STA, TC) e pelo Presidente da Direcção da Associação 25 de Abril (A25A).

A esta CN caberia a aprovação das acções concretas a desenvolver, no período definido para as comemorações, que começaria no dia 22 de Março de 2022 e decorreria até ao dia 12 de Dezembro de 2026 (homenagem

aos Capitães de Abril de 1974 e aos estudantes contestatários de 1962 até às eleições autárquicas de 1976, últimas das quatro eleições livres resultantes da aprovação da Constituição da República).

2. A Comissão Executiva (CE) que, na dependência do Governo/Ministério da Cultura (MC), coordenaria e executaria as decisões da CN.

Com esta CE colaborariam as diversas entidades, para o efeito convidadas, a começar na A25A, independentemente do Programa específico que cada uma das mesmas entendesse promover, como aconteceu com a Assembleia da República, que decidiu realizar uma sessão solene das Comemorações dos 49 Anos do 25 de Novembro.

O Programa aprovado pela CN resultou essencialmente de propostas feitas pela CE, a isso se juntando um conjunto de iniciativas propostas pela A25A, enquanto parte integrante da própria CN. Nestas, pela sua natural importância e relevância, há a destacar a criação de um Centro Interpretativo do 25 de Abril (Clnt25Abril), que de imediato se tornou na iniciativa mais emblemática das Comemorações dos 50 Anos do 25 de Abril.

Essa situação levou à “necessidade” da celebração de um Protocolo/Acordo que envolvesse as diversas entidades que se considerou que deveriam coordenar a implantação e a gestão futura deste Clnt25Abril - o Governo, a Câmara Municipal de Lisboa (CML), o Turismo de Lisboa (TL) e a A25A.

Esse acordo, que inclui as regras para a instala-

ção, as verbas consignadas, o local da instalação e as responsabilidades de cada entidade no processo, veio a ser assinado no dia 12 de Janeiro de 2024, simbolicamente, no espaço definido para a instalação do Clnt25Abril, precisamente as instalações da Praça do Comércio, em Lisboa, onde ainda se encontra o Ministério da Administração Interna (MAI).

O Governo mudou e no dia 2 de Abril de 2024 tomou posse o XXIV Governo Constitucional. Na primeira reunião da CN realizada no dia 8 de Julho de 2024, com a sua composição devidamente remodelada, o tema do Clnt25Abril foi naturalmente abordado e o PM teve oportunidade de esclarecer que as verbas atribuídas estavam consignadas e retidas para o efeito e que o processo estava a seguir os seus trâmites. O facto concreto é que nem as verbas alguma vez foram transferidas, nem a essencial libertação do espaço avançou.

Em Junho de 2025 o Governo voltou a mudar e tomou posse o XXV Governo Constitucional, mas a inércia relativamente ao Clnt25Abril manteve-se.

Após algumas insistências da A25A, junto do PR, foi convocada pelo mesmo uma reunião com o Ministro da Presidência (MP), o presidente da Direcção da A25A e a Comissária Executiva das Comemorações.

Nesta reunião, o MP informou:

- Por razões de segurança (que não especificou), o MAI já não vai sair das actuais instalações, onde estava previsto instalar o Clnt25Abril.
- Há ministérios que deixarão as actuais instalações e se transferirão para o novo Cam-

pus XXI - sendo um deles o Ministério da Agricultura (MA), actualmente na zona ocidental da Praça do Comércio. prevendo-se que isso aconteça em 2027.

- É intenção do Governo, entre outras possíveis utilizações que terão de ser discutidas com as várias entidades interessadas, nomeadamente a CML, utilizar essa zona ocidental da Praça do Comércio para instalar serviços culturais.
- Uma hipótese viável é destinar parte dessas instalações ao Clnt25Abril, mas essa solução apenas poderá ser analisada e discutida depois das próximas eleições autárquicas, pois pode haver mudanças na liderança da CML. No entanto, não invalida que o Governo possa ir analisando com a A25A as necessidades concretas para a instalação do Clnt25Abril.
- O Governo está aberto a estudar qualquer outra hipótese de instalação do Clnt25Abril, seja em Lisboa, seja noutro ponto do país.

Perante este cenário e estes factos, o Presidente da Direcção da A25A teve oportunidade de acentuar alguns pontos, que aqui repetimos e complementamos:

- O Estado, através dos seus maiores responsáveis, tomou uma decisão: criar o Clnt25Abril, no decurso das Comemorações dos 50 Anos do 25 de Abril.
- O Estado assumiu compromissos com diversas entidades envolvidas nesse processo.
- O Estado decidiu, de forma unilateral e arbitrária, não cumprir o compromisso oficialmente assumido.

- Estas circunstâncias fazem com que o Estado, por acção do seu Poder Executivo, se transforme numa entidade não credível, não confiável, isto é, sem o estatuto de “Pessoa de Bem”.
- O Estado, embora já tenha decidido (há mais de um ano), e procedido em conformidade, não cumpriu o compromisso assumido, protelou uma natural e obrigatória informação às entidades envolvidas, não teve um mínimo de consideração para com as mesmas e não as informou da sua posição, daí resultando prejuízos inevitáveis e não contabilizáveis, nomeadamente o facto de terem vindo a ser feitos estudos e projectos, cujo pagamento não vemos estar previsto.

COMPROMISSOS ESQUECIDOS

Inesperadamente, o Governo decidiu ignorar todos os compromissos assumidos, nomeadamente as competências da Comissão Nacional e da Comissão Executiva (que vem organizando, de forma exemplar, os actos constantes do programa comemorativo aprovado) e nomeou uma comissão “apartidária e independente” (!!!) para organizar as comemorações dos 50 anos do 25 de Novembro e dos actos daí resultantes.

Na resolução aprovada (Resolução do Conselho de Ministros n.º 132-A/2025), para além de outras incongruências, somos surpreendidos com a afirmação de que “com o 25 de Novembro (...) foi possível realizar em 25 de Abril de 1976 as primeiras eleições livres e democráticas em Portugal, por sufrágio directo e universal”.

Essa afirmação omite as eleições para a Assembleia Constituinte em 25 de Abril de 1975, essas sim as primeiras eleições livres e democráticas em Portugal, por sufrágio directo e universal, que tiveram o reconhecimento unânime, nos âmbitos nacional e internacional.

Porquê esta afirmação, do Conselho de Ministros?

Porquê o esquecimento/deturpação, apesar de os resultados então verificados terem sido altamente benéficos para as forças políticas que agora assim procedem?

Só vemos uma justificação: o 25 de Novembro que vão comemorar pretende ostensivamente ignorar a verdade histórica e tudo o que signifique liberdade, partidos políticos, democracia e fim da guerra, isto é, a essência do 25 de Abril. Não vamos aqui escarpelizar esta situação, não podendo, contudo, deixar de manifestar o nosso total desacordo e condenação desta atitude do Governo, que consideramos inqualificável e incompreensível.

Como está previsto no programa aprovado pela Comissão Nacional, a Comissão Executiva está a preparar a evocação do 25 de Novembro e, para além de outras iniciativas, lançou já as coordenadas para um seminário a realizar, no próprio dia 25 de Novembro, nas instalações da Fundação Calouste Gulbenkian, que se prevê que seja presidido pelo Presidente da República.

Naturalmente, a Associação 25 de Abril rejeita quaisquer ligações institucionais à comissão criada pelo Governo para as Comemorações do 25 de Novembro.

Não podemos, contudo, deixar de reafirmar:

- A nossa profunda repulsa e condenação face a um inaceitável posicionamento e procedimento do Estado, para com a Associação 25 de Abril, o mesmo é dizer para com o próprio 25 de Abril de 1974.
- A constatação da inoperância dos serviços do Estado, servindo objectivamente a desvalorização do 25 de Abril, manietados por uma enorme burocracia, revelam uma enorme incompetência em assumir decisões e implementar as mesmas.

RESPEITO PELA HISTÓRIA

No entanto, como representantes dos que libertaram Portugal da ditadura e instalaram a Liberdade, a Paz, a Democracia e o Estado de Direito (onde cabem, não só o 25 de Abril, mas também todos os obstáculos que tiveram de enfrentar e ultrapassar – 28 de Setembro, 11 de Março, 25 de Novembro - para que isso fosse uma realidade), existe uma questão que consideramos essencial esclarecer e clarificar de vez. Assume este Governo o 25 de Abril como acontecimento de importante relevância na História de Portugal? Se sim, assume o Governo a vontade e a decisão de criar as devidas e necessárias condições para que essa História seja transmitida às novas gerações, facultando-lhes o poderem orgulhar-se de os portugueses terem protagonizado um acontecimento único na História Universal, na defesa dos Direitos Humanos, e dar-lhes alento para que evitem que em Portugal volte a haver uma noite escura, de repressão dos mais elementares desses Direitos? Ou o Governo, na senda de movi-

mentos cada vez mais presentes, decide optar pela defesa de soluções que, inevitavelmente, nos levarão ao regresso dos tempos sombrios, esconjurados em 25 de Abril de 1974?

O tempo não é de hesitações. Impõe-se clareza e não ambiguidades.

DEFESA DOS VALORES DE ABRIL

Por fim, permita-se-nos um desabafo:

O Mundo está em mudança. Os horrores das ditaduras e dos autoritarismos aproximam-se a passos largos.

Os defensores dos Valores Humanos, dos Direitos da Liberdade, da Paz, da Igualdade, da Justiça, vêem aproximar-se pesadelos que julgavam erradicados de vez.

Em Portugal, tal como noutros espaços do planeta, o fantasma do terror está cada vez mais perto. Torna-se cada vez mais urgente que nos unamos à volta desses valores, à volta dos Valores de Abril!

Por isso, em momentos de eleições, pedimos aos diversos candidatos, seja nas eleições autárquicas que se aproximam, seja nas eleições presidenciais que também nos batem à porta, que se manifestem sobre este tema.

A Associação 25 de Abril interrogou-se se deveria ou não abandonar de imediato a Comissão Nacional e, conseqüentemente, a sua colaboração com a Comissão Executiva.

Porque os objectivos de defesa dos Valores que há 51 anos nos lançaram na epopeia libertadora de Portugal se conservam actuais e perenes, e por respeito a Sua Excelência o Presidente da República, acrescido da elevada consideração

para com a Comissão Executiva, a Professora Doutora Maria Inácia Rezola, decidiu não o fazer e continuar a luta iniciada há 52 anos, e que mantemos, por um Portugal Livre, em Paz, Democrático, Justo e Solidário.

Por mais que os tempos actuais nos tentem convencer de que parece difícil ou até impossível, é necessário, volta a ser necessário

e imprescindível, gritar, com força e vigor renovados:

25 de Abril, Sempre!

Lisboa, 18 de Setembro de 2025

A Direcção

COMEMORAÇÕES DOS 50 ANOS DO 25 DE ABRIL

- Comissão Nacional (CN) – Presidente da República, Presidente da Assembleia da República, Primeiro Ministro, Presidentes dos Tribunais Superiores (STJ, TC, STA, TC), Associação 25 de Abril – decide Programa das Comemorações.
- Comissão Executiva (CE) – Na dependência do Governo – executa Programa aprovado.

O programa aprovado - definido período de comemorações de 22 de Março de 2022 a 12 de Dezembro de 2026.

- Para além de outras iniciativas, dele constam as evocações de todos os momentos decisivos do processo: 25 de Abril de 1974; 28 de Setembro de 1974; 11 de Março de 1975; Eleições para a Assembleia Constituinte em 25 de Abril de 1975; 25 de Novembro de 1975; Aprovação da Constituição da República em 2 de Abril de 1976; Eleições para a Assembleia da República em 25 de Abril de 1976; Eleições para Presidente da República a 27 de Junho de 1976; Eleições para as Regiões Autónomas em 27 de Junho de 1976; Eleições para as Autarquias em 12 de Dezembro de 1976.
- Criação de um Centro Interpretativo do 25 de Abril, coordenado pela Associação 25 de Abril.

Tudo aprovado, o Governo não cumpriu as decisões inerentes à instalação do Centro Interpretativo do 25 de Abril (apesar de o PM estar no órgão – CN – que tomou essa decisão).

O Governo decidiu, autonomamente e sem dar explicação a ninguém, nomear uma Comissão para comemorar os 50 anos do 25 de Novembro, missão atribuída à Comissão Executiva e já em preparação.

APRESENTAÇÃO DE “O REFERENCIAL”



A apresentação da revista começou com uma surpresa muito agradável: a actuação do Coro da Casa da Imprensa, dirigido pelo maestro Sérgio Fontão, que animou e elevou o evento. Todos aplaudiram e os responsáveis da A25A agradeceram.

No dia 25 de Junho foi apresentada no Fórum Salgueiro Maia a edição nº 156/157 d’*O Referencial*, relativa ao período de Janeiro a Junho de 2025, com a presença de um significativo número de sócios da A25A e outros assistentes.

Esta edição tem 242 páginas e é completada por um Suplemento online com 90 páginas, que permite alargar e enriquecer os conteúdos da edição impressa. De entre os diversificados temas tratados, destaca-se a evocação dos 50 anos das eleições para a Assembleia Constituinte, realizadas no dia 25 de Abril de 1975. Oito Deputados Constituintes de 1975 acederam ao pedido de colaboração feito pel’*O Referencial*, o que muito valorizou a edição e lhe deu um especial simbolismo, pelo que aqui se registam os seus nomes por ordem alfabética: Afonso Dias, Arons de Carvalho, Basílio Horta, Helena Ro-

seta, João Bosco Mota Amaral, Jorge Miranda, José Pedro Soares e Marcelo Rebelo de Sousa. Como vem sendo habitual, as boas-vindas à “casa da liberdade” foram dadas pelo presidente da A25A, coronel Vasco Lourenço. O director da revista, coronel Aniceto Afonso, apresentou o conteúdo da edição, agradecendo a todos os colaboradores a primorosa participação activa. Os alunos da Escola Superior de Comunicação Social apresentaram os dois textos escritos para aquele número, tendo recebido das mãos de Dulce Afonso o simbólico diploma de participação.

A apresentação da revista começou com uma surpresa muito agradável: a actuação do Coro da Casa da Imprensa, dirigido pelo maestro Sérgio Fontão, que animou e elevou o evento. Todos aplaudiram e os responsáveis da A25A agradeceram.

OS 60 SÓCIOS DE HONRA DA A25A

Nesta edição d'O Referencial são divulgados os nomes e um breve registo biográfico dos 60 Sócios de Honra da Associação 25 de Abril. O Regulamento Interno da Associação 25 de Abril estabelece no seu artigo 4.º as seguintes categorias de sócios:

- Sócios Efectivos
- Sócios de Honra
- Sócios de Mérito
- Sócios Colectivos.

Os Sócios de Honra são “as pessoas singulares ou colectivas, nacionais ou estrangeiras, que justifiquem tal distinção pela sua identificação com os princípios e fins da Associação, ou pelos serviços muito relevantes que a esta tenham prestado”.

A condição de Sócio de Honra é adquirida por deliberação da Assembleia Geral.

Divulgamos, em seguida, os nomes e um breve registo biográfico dos 60 Sócios de Honra da Associação 25 de Abril.

Albino Ribeiro Cardoso (16/05/1945 – 23/03/2023)
Jornalista. Natural do Porto. Licenciado em Filologia Germânica. Em 1973 foi mobilizado para Moçambique como oficial miliciano, tendo sido escolhido pelo Alto-Comissário para dirigir o Rádio Clube de Moçambique. De regresso a Lisboa, fez parte do quadro redactorial do Diário de Lisboa (1971-1988) e foi director-adjunto do semanário Comércio de Macau (1989-1992).

(Resolução da Assembleia Geral da A25A de 24/06/2023).

Alcides José Sacramento Marques

(30/03/1930 – 08/07/1990)

Militar de Abril. Natural de Ílhavo. Coronel de Infantaria, com várias comissões em África. No dia 25

de Abril de 1974 comandava o Centro de Instrução e Operações Especiais de Lamego, tendo avalizado a saída de uma companhia de caçadores especiais que participou nas operações nesse dia desenvolvidas na cidade do Porto. À data da sua morte era director d'O Referencial.

(Resolução da Assembleia Geral da A25A de 29/03/2014).

Alípio Cristiano de Freitas

(17/02/1929 – 13/06/2017)

Militante de Abril. Natural de Bragança. Ordenado padre em 1952, estabeleceu-se no Brasil em 1957. Em 1962 abandonou o sacerdócio, naturalizou-se brasileiro e ajudou a criar as Ligas Camponesas. Com o regime militar exilou-se no México, mas regressou clandestinamente

ao Brasil, onde foi preso e torturado. Libertado em 1979, foi viver para Moçambique. José Afonso dedicou-lhe uma canção-homenagem.

(Resolução da Assembleia Geral da A25A de 24/03/2018).

António Alva Rosa Coutinho

(14/02/1926 – 02/06/2010)

Militar de Abril. Natural de Lisboa. Almirante. Engenheiro Hidrógrafo.

Integrou e foi o mais jovem dos sete membros da Junta de Salvação Nacional. Presidente da Junta Governativa de Angola e Alto-Comissário em Angola (Julho de 1974 a Janeiro de 1975). Membro do Conselho da Revolução.

(Resolução da Assembleia Geral da A25A de 29/03/2014).

António Alves Marques Júnior

(03/07/1946 – 31/12/2012)

Militar de Abril. Natural de Vagos. Coronel de Infantaria.

Integrou o Movimento dos Capitães e no dia 25 de Abril de 1974 tomou parte activa nas operações militares. Membro do Conselho da Revolução. Foi deputado à Assembleia da República em oito legislaturas: pelo PRD (1985-1991) e pelo PS (1991-2011).

(Resolução da Assembleia Geral da A25A de 16/03/2013).

António Duarte Arnault

(28/01/1936 – 21/05/2018)

Militante de Abril. Natural de Penela. Advogado. Opositor ao regime do Estado Novo, integrou a comissão distrital de Coimbra da candidatura presidencial de

Humberto Delgado. Co-fundador do PS em 1973 na cidade alemã de Bad Münstereifel. Ministro dos Assuntos Sociais do II Governo Constitucional, tendo lançado o Serviço Nacional de Saúde.

(Resolução da Assembleia Geral da A25A de 30/03/2019).

António da Silva Alves Barbosa

(24/12/1931 – 29/09/2018)

Militante de Abril. Natural da Figueira da Foz. Antigo ciclista que venceu a Volta a Portugal em 1951, 1956 e 1958 e que em 1956 concluiu a Volta à França no 10º lugar. Ao serviço da Federação Portuguesa de Ciclismo foi Director Técnico Nacional entre 1975 e 1978 e entre 1989 e 1992.

(Resolução da Assembleia Geral da A25A de 24/06/2023).

António-Pedro Saraiva de Barros Vasconcelos

(10/03/1939 – 05/03/2024)

Militante de Abril. Natural de Leiria. Cineasta e escritor. Foi um dos mais destacados realizadores do Novo Cinema Por

tuguês, tendo realizado mais de duas dezenas de filmes. Uma das suas últimas obras foi "A Conspiração", uma série transmitida pela RTP, em que aborda com detalhe e rigor o processo que conduziu ao 25 de Abril de 1974.

(Resolução da Assembleia Geral da A25A de 23/03/2024)

Aquilino Ribeiro Machado

(06/06/1930 – 07/10/2012)

Militante de Abril. Natural de Baiona (França), onde nasceu durante o exílio do seu pai o escritor Aquili-

no Ribeiro. Engenheiro. Deputado à Assembleia da República em duas legislaturas (1976-1983). Presidente da Câmara Municipal de Lisboa (1976-1980). Distinguido em 1985 com a Comenda da Ordem da Liberdade.
(Resolução da Assembleia Geral da A25A de 24/06/2023).

António Valério Mascarenhas Pessoa

(28/04/1938 -16/09/2024)

Militar de Abril. Natural de Olhão. Coronel de Infantaria. Ferido em combate na Guiné. No dia 25 de Novembro de 1975 comandava o Regimento de Tropas Paraquedistas quando se verificaram complexas ocorrências em Tancos, mas manteve-se fiel aos valores de Abril.

(Resolução da Assembleia Geral da A25A de 29/03/2025).

Augusto José Monteiro Valente

(16/04/1944 – 04/09/2012)

Militar de Abril. Natural de Coimbra. Major-general de Infantaria. Licenciado em História. Integrou o Movimento dos Capitães e, depois do 16 Março, foi transferido de Lamego para a Guarda (RI 12). No dia 25 de Abril destituiu o seu comandante e tomou conta do RI 12. Seguiu para Vilar Formoso para controlar a fronteira e desarmar a PIDE. Foi 2º Comandante-Geral da GNR.

(Resolução da Assembleia Geral da A25A de 29/03/2014).

Carlos Alberto Idães Duarte Fabião

(09/12/1930 – 02/04/2006)

Militar de Abril. Natural de Lisboa. Coronel de Infantaria. Condecorado com a Medalha de Valor Militar.

Integrou o Movimento dos Capitães. Governador da Guiné desde Maio até Setembro de 1974. Chefe do Estado-Maior do Exército e membro do Conselho da Revolução.

(Resolução da Assembleia Geral da A25A de 14/04/2007).

Carlos de Almada Contreiras

(27/09/1941 – 18/12/2024)

Militar de Abril. Natural de Aljustrel. Capitão de mar-e-guerra. Fez parte do núcleo de oficiais da Marinha que se juntou ao Movimento dos Capitães. Escolheu Grândola, Vila Morena como senha para as operações militares de 25 de Abril. Integrou a Comissão Coordenadora do MFA, o Conselho de Estado e o Conselho da Revolução.

(Resolução da Assembleia Geral da A25A de 29/03/2025).

Carlos Guilherme Sanches de Almeida

(16/04/1941 – 08/01/2023)

Militar de Abril. Natural de Almada. Coronel de Artilharia. Licenciado em Ciências Sociais. Integrou o Movimento dos Capitães e foi um activo apoiante da A25A, mas também das associações culturais almadenses, pelo que a Assembleia Municipal de Almada aprovou um voto de pesar após o seu falecimento.

(Resolução da Assembleia Geral da A25A de 24/06/2023).

Carlos Manuel Lopes Costa Camilo

(16/04/1944 – 29/12/2008)

Militar de Abril. Natural de Lisboa. Major-general de Infantaria. Integrou o Movimento dos Capitães. No dia 25 de Abril servia no Batalhão de Caçadores 5

(BC5) e couberam-lhe importantes missões no sentido de isolar a zona central de Lisboa. Entre Setembro de 1974 e Julho de 1975 esteve em Moçambique, acompanhando o Alto-Comissário. Fez parte da primeira Direcção da A25A e foi vice-presidente da Liga dos Combatentes.

(Resolução da Assembleia Geral da A25A de 29/03/2014)

Celeste Martins Caeiro

(02/05/1933 – 15/11/2024)

Militante de Abril. Natural de Lisboa. No dia 25 de Abril, porque o restaurante em que trabalhava esteve encerrado, regressou a casa com um molho de cravos vermelhos que o restaurante adquirira para celebrar o seu primeiro aniversário.

Quando encontrou os soldados do MFA decidiu distribuir-lhes os cravos, o que se tornou um símbolo das operações militares daquele dia – a Revolução dos Cravos.

(Resolução da Assembleia Geral da A25A de 29/03/2025).

Diamantino Gertrudes da Silva

(20/02/1943 – 10/10/2018)

Militar de Abril. Natural de Moimenta da Beira. Coronel de Infantaria. Licenciado em História. Integrou o Movimento dos Capitães. No dia 25 de Abril comandou as tropas que saíram de Viseu, a que se juntaram as tropas de Aveiro e da Figueira da Foz que, na sua rota para Lisboa, neutralizaram a prisão de Peniche.

(Resolução da Assembleia Geral da A25A de 30/03/2019)

Edmundo Pedro

(08/11/1918 – 27/01/2018)

Militante de Abril. Natural de Alcochete. Militante comunista foi preso com 15 anos de idade. Voltou a ser preso em 1936 e foi deportado para o Campo de Concentração do Tarrafal, onde permaneceu durante dez anos. Desligado do seu partido participou no assalto ao Quartel de Beja em 1962. Depois do 25 de Abril aderiu ao PS e foi deputado à Assembleia da República em três legislaturas. Agraciado em 2005 com a Grã-Cruz da Ordem da Liberdade.

(Resolução da Assembleia Geral da A25A de 24/03/2018)

Eduardo Lourenço de Faria

(23/05/1923 – 01/12/2020)

Militante de Abril. Natural de São Pedro de Rio Seco, Almeida. Licenciado em Ciências Histórico-Filosóficas. Leitor e professor em várias universidades europeias. Fixou-se em 1965 em Vence (França). Doutor Honoris Causa pelas Universidades de Coimbra, Rio de Janeiro e Nova de Lisboa. Recebeu inúmeros prémios, incluindo o Prémio Camões em 1996 e o Prémio Pessoa em 2011. Agraciado em 2014 com a Grã-cruz da Ordem da Liberdade.

(Resolução da Assembleia Geral da A25A de 04/12/2020).

Emídio Guerreiro

(06/09/1899 – 29/06/2005)

Militante de Abril. Natural de Guimarães. Licenciado em Matemática. Opositor da Ditadura Militar imposta pelo 28 de Maio de 1926. Preso, evadiu-se e em 1932 exilou-se. Foi oposicionista do Estado Novo, colaborador próximo de Humberto Delgado e aju-

dou a criar a LUAR. Regressou a Portugal em Maio de 1974, foi deputado constituinte e foi secretário-geral do PSD. Agraciado em 1999 com a Grã-Cruz da Ordem da Liberdade.

(Resolução da Assembleia Geral da A25A de 10/03/2001)

Ernesto Augusto de Melo Antunes

(02/10/1933 – 10/08/1999)

Militar de Abril. Natural de Lisboa. Tenente-coronel de Artilharia. Impedido pelas autoridades militares de se candidatar às eleições legislativas de 1969 pelo círculo de Ponta Delgada. Integrou o Movimento dos Capitães. Principal redactor do Programa do MFA e do Documento dos Nove. Ministro em vários governos provisórios e membro do Conselho da Revolução.

(Resolução da Assembleia Geral da A25A de 08/01/2000)

Fausto Sacramento Marques

(30/03/1930 – 08/07/1990)

Militante de Abril. Natural de Ílhavo. Engenheiro Agrónomo. Presidiu à Junta de Colonização Interna e à Feira Nacional de Agricultura. Depois do 25 de Abril desempenhou as funções de Governador Civil de Santarém (1974-1980) e foi deputado à Assembleia da República pelo círculo de Santarém (1980-1984).

(Resolução da Assembleia Geral da A25A de 29/03/2014).

Fernando Baeta Cardoso do Valle

(30/07/1900 – 27/11/2004)

Militante de Abril. Natural de Arganil. Médico e po-

lítico. Foi oposicionista do Estado Novo e participou nas campanhas de Norton de Matos e Humberto Delgado. Foi um dos fundadores do Partido Socialista. Depois de 1974 foi Governador Civil de Coimbra (1976-1980) e, em 1999, tornou-se presidente honorário do PS. Agraciado em 1982 com o grau de Grande-Oficial da Ordem da Liberdade.

(Resolução da Assembleia Geral da A25A de 10/03/2001).

Fernando José Salgueiro Maia

(01/07/1944 - 03/04/1992)

Militar de Abril. Natural de Castelo de Vide. Tenente-coronel de Cavalaria.

Integrou o Movimento dos Capitães e no dia 25 de Abril de 1974 comandou a força de blindados que, vinda de Santarém, ocupou o Terreiro do Paço e, depois, o Largo do Carmo, aí forçando a rendição de Marcelo Caetano.

Agraciado em 1983 com a Grã-cruz da Ordem da Liberdade e, a título póstumo, com o grau de Grande-Oficial da Ordem Militar da Torre e Espada.

(Resolução da Assembleia Geral da A25A de 15/01/1994).

Francisco da Costa Gomes

(30/06/1914 – 31/07/2001)

Militar de Abril. Natural de Chaves. Marechal do Exército. Licenciado em Ciências Matemáticas. Serviu em Norfolk no SACLANT, o supremo comando da NATO (1954-1956). Subsecretário de Estado do Exército em 1958 e Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas em 1972. Integrou a Junta de Salvação Nacional e foi Presidente da República (1974-1976).

(Resolução da Assembleia Geral da A25A de 23/02/2002).

Francisco Teixeira Sánchez

(01/04/1939 – 13/03/2006)

Militante de Abril. Foi um grande entusiasta na defesa dos valores do 25 de Abril e um dedicado apoiante da A25A, sobretudo quando a Associação teve a sua sede em Linda-a-Velha.

(Resolução da Assembleia Geral da A25A de 29/03/2025).

João Maria Ferreira Sarmiento Pimentel

(14/12/1888 – 13/10/1987)

Militar. Natural de Felgueiras. Participou no levantamento militar que implantou a República e nas campanhas do sul de Angola. Integrou o CEP na Flandres. Opôs-se ao golpe de 28 de Maio de 1926. Foi demitido do Exército e exilou-se no Brasil. Regressou a Portugal depois do 25 de Abril, foi reintegrado no exército português como coronel e em 1982 foi promovido a general honorário. Agraciado em 1980 com a Grã-Cruz da Ordem da Liberdade (Resolução da Assembleia Geral da A25A de 19/03/1988)

João Menino Vargas

(03/11/1935 – 06/10/2024)

Militar de Abril. Natural de Santarém. Coronel de Artilharia. No dia 26 de Abril de 1974 foi um dos responsáveis pela libertação dos presos políticos de Caxias. Integrou a Comissão de Extinção da Pide/DGS e da Legião Portuguesa.

(Resolução da Assembleia Geral da A25A de 29/03/2025)

Jorge Fernando Branco de Sampaio

(18/09/1939 – 10/09/2021)

Militante de Abril. Natural de Lisboa. Dirigente estudantil. Advogado. Candidato da CDE pelo círculo de Lisboa às eleições legislativas de 1969. Depois do 25 de Abril envolveu-se na libertação dos presos políticos de Caxias e fundou o MES. Membro do IV governo provisório (1975), deputado na Assembleia da República, secretário-geral do Partido Socialista (1989-1992), presidente da Câmara Municipal de Lisboa (1990-1995) e Presidente da República (1996-2006). (Resolução da Assembleia Geral da A25A de 24/06/2023).

José Alberto Loureiro dos Santos

(28/08/1936 – 17/11/2018)

Militar de Abril. Natural de Sabrosa. General da Arma de Artilharia. Encarregado do Governo de Cabo Verde (1974). Secretário Permanente do Conselho da Revolução (1975). Vice-Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas e, por inerência, membro do Conselho da Revolução (1977). Ministro da Defesa Nacional em dois governos constitucionais. Chefe do Estado-Maior do Exército (1991-1992).

(Resolução da Assembleia Geral da A25A de 30/03/2019)

José Cardoso Fontão

(25/04/1932 – 25/07/2024)

Militar de Abril. Natural de Vieira do Minho. Coronel de Infantaria. Era major no dia 25 de Abril e comandou as forças do BC 5 que ocuparam o QG da RML e as que protegeram a equipa que ocupou, de madrugada, o Rádio Clube Português, criando aí a Emissora da Liberdade. Controlou toda a área da cidade de

Lisboa adjacente à praça Marquês de Pombal e garantiu a segurança da residência do general Spínola. (Resolução da Assembleia Geral da A25A de 29/03/2025)

José Emílio da Silva

(14/06/1940 – 17/09/2024)

Militar de Abril. Natural de Ponte de Sor. Coronel de Engenharia. Em Julho de 1974 integrou a Junta Governativa de Angola. Em 1975 presidiu à RTP e, depois, foi ministro da Educação e Cultura do IV e do V governos provisórios.

(Resolução da Assembleia Geral da A25A de 29/03/2025)

José Luís Villalobos Filipe

(23/10/1937 – 28/12/2013)

Militar de Abril. Natural de Coimbra. Coronel Piloto-Aviador. Licenciado em Economia e Mestre em Estudos Africanos. Em Abril de 1974 prestava serviço na BA 9, em Luanda, tendo sido escolhido pelos seus camaradas para representar a Força Aérea na estrutura do MFA de Angola. Serviu depois na Presidência da República e fez parte dos órgãos sociais da A25A. (Resolução da Assembleia Geral da A25A de 29/03/2014)

**José Manuel Cerqueira Afonso dos Santos
ou Zeca Afonso**

(02/08/1929 – 23/02/1987)

Militante de Abril. Natural de Aveiro. Licenciado em Ciências Histórico-Filosóficas. Cantor e compositor, tornou-se uma figura central da renovação da música popular portuguesa e da música de intervenção política. Autor e intérprete de Grândola, Vila More-

na, a canção escolhida como senha das operações militares de 25 de Abril de 1974. Em 1983 foi agraciado com a Ordem da Liberdade, mas recusou a distinção.

(Resolução da Assembleia Geral da A25A de 19/03/1988)

José Manuel Dourada Mendes

(06/05/1930 – 25/09/2023)

Militante de Abril. Natural do Barreiro. Capitão do Serviço Geral. Foi autarca, dirigente associativo, dirigente cooperativo. Presidiu à Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio e foi o principal dinamizador do 1.º Congresso de Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto. Integrou a Direcção da A25A.

(Resolução da Assembleia Geral da A25A de 29/03/2025)

José Manuel Oliveira Monteiro

(03/11/1938 – 08/02/2022)

Militar de Abril. Natural de Lisboa. Capitão de mar-e-guerra. Comandou a corveta Jacinto Cândido e foi Presidente da Direcção do Clube Militar Naval (1983). Vice-presidente da Assembleia Geral da A25A desde 1988 até 2019.

(Resolução da Assembleia Geral da A25A de 24/06/2023).

José Manuel Marques do Carmo Tengarrinha

(12/04/1932 – 29-06-2018)

Militante de Abril. Natural de Portimão. Licenciado em Ciências Histórico-Filosóficas. Jornalista do diário República. Fundador do MDP/CDE. Preso pela PIDE e libertado em 27 de Abril de 1974. Deputado

à Assembleia Constituinte e à Assembleia da República. Doutorado em História. Professor catedrático da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. (Resolução da Assembleia Geral da A25A de 30/03/2019).

Júlio Artur da Silva Pomar

(10/01/1926 – 22/05-/2018)

Militante de Abril. Natural de Lisboa. Artista plástico e pintor, pertenceu à direcção do MUD Juvenil e foi preso. Em 1953 fixou-se em Paris. Tem sido considerado como o mais talentoso pintor da sua geração e participou nas mais importantes exposições realizadas em Portugal. Agraciado em 2004 com o grau de Grande-Oficial da Ordem da Liberdade. (Resolução da Assembleia Geral da A25A de 24/03/2018).

Luís Augusto Sequeira

(23/02/1947 – 08/11/2024)

Militar de Abril. Natural de Luanda (Angola). Major-general de Administração Militar. Licenciado em Finanças e em Engenharia Informática. Secretário-geral do Ministério da Defesa Nacional. Foi sócio-fundador da A25A e Presidente do seu Conselho Fiscal desde 2017 até ao seu falecimento. (Resolução da Assembleia Geral da A25A de 29/03/2025).

Luís Ernesto de Albuquerque Ferreira de Macedo

(29/09/1947 – 14/11/2020)

Militar de Abril. Natural de Lourenço Marques (Moçambique). Tenente-coronel da Arma de Engenharia. Integrou o Movimento dos Capitães. Na madrugada de 25 de Abril de 1974 esteve no Posto

de Comando da Pontinha como principal apoio do comandante das operações militares em curso. Fez parte da Comissão Coordenadora do Movimento dos Capitães e do Conselho da Revolução. (Resolução da Assembleia Geral da A25A de 04/12/2020).

Luís Filipe Correia da Costa

(18/03/1936 – 21/07/2020)

Militante de Abril. Natural de Lisboa. Jornalista, radialista e realizador de televisão. No dia 25 de Abril voluntariamente leu aos microfones do Radio Clube Português. os comunicados do MFA e a sua voz tornou-se "uma das vozes do MFA". Agraciado em 2011 com o grau de Comendador da Ordem da Liberdade. (Resolução da Assembleia Geral da A25A de 24/06/2023)..

Manuel Jorge Barbosa Pereira

(17/01/1943 – 15/01/2025)

Militar de Abril. Natural da freguesia do Livramento, do concelho de Ponta Delgada. Coronel de Administração Aeronáutica. Pertenceu à Comissão Instaladora da A25A e foi um dos 27 sócios que assinaram a escritura notarial da sua fundação. (Resolução da Assembleia Geral da A25A de 29/03/2025)

Manuel Ribeiro Franco Charais

(24/02/1931 - 02/07/2024)

Militar de Abril. Natural do Porto. Tenente-General. Colaborou na redacção do Programa do MFA e, entre 1974 e 1982, integrou a Comissão Coordenadora do MFA, o Conselho de Estado, o Conselho de Revolução e comandou a Região Militar do Centro.

Resolução da Assembleia Geral da A25A de 29/03/2025)

Manuel Rui Azinhais Nabeiro

(28/03/1931 – 19/03/2023)

Militante de Abril. Natural de Campo Maior. Empresário. Fundador do Grupo Empresarial Delta Cafés. Presidente da Câmara Municipal de Campo Maior (1977-1986). Doutor honoris causa pela Universidade de Évora e pela Universidade Lusófona. Humanista e filantropo. Possuía diversas condecorações portuguesas e a Comenda da Ordem de Isabel a Católica. (Resolução da Assembleia Geral da A25A de 24/06/2023)

**Maria Jesuína Carrilho Bernardo
ou Maria Carrilho**

(25/11/1943 – 06/02/2021)

Militante de Abril. Natural de Beja. Exilada durante o regime do Estado Novo licenciou-se em Sociologia pela Universidade de Roma e doutorou-se depois pela Universidade Técnica de Lisboa. Professora catedrática do ISCTE. Foi vice-presidente da Assembleia das República e Eurodeputada pelo PS. (Resolução da Assembleia Geral da A25A de 24/06/2023).

Maria de Lurdes de Matos Pintasilgo

(18/01/1930 – 10/07/2004)

Militante de Abril. Natural de Abrantes. Engenheira Químico-Industrial. Dirigente estudantil e de movimentos católicos. Integrou vários governos provisórios. Embaixadora de Portugal na Unesco. Foi a única mulher que desempenhou o cargo de primeiro-ministro em Portugal (1979-1980). Foi candidata

à Presidência da República em 1986 e Deputada no Parlamento Europeu (1987-1989). Agraciada em 2017 com a Grã-Cruz da Ordem da Liberdade. (Resolução da Assembleia Geral da A25A de 25/03/2006)

Maria do Rosário Freitas Rodrigues

(10/10/1951 – 17/12/2022)

Militante de Abril. Psicóloga. Técnica Superior do Centro Regional de Segurança Social de Lisboa e Vale do Tejo e da Comissão Nacional de Protecção das Crianças e Jovens em Risco. Integrou os Corpos Sociais da Associação 25 de Abril. (Resolução da Assembleia Geral da A25A de 24/06/2023)

Mário Alberto Nobre Lopes Soares

(07/12/1924 – 07/01/2017)

Militante de Abril. Natural de Lisboa. Advogado. Foi detido 12 vezes pela PIDE e esteve deportado na ilha de São Tomé. Candidato da CEUD pelo círculo de Lisboa às eleições legislativas de 1969. Exilou-se em Paris. Co-fundador do PS em 1973 na cidade alemã de Bad Münstereifel. Foi ministro de vários governos provisórios e Primeiro-Ministro (1976-1978 e 1983-1985). Presidente da República (1986-1996). (Resolução da Assembleia Geral da A25A de 25/03/2017).

Mário Alfredo Brandão Rodrigues dos Santos

(09/09/1937 – 03/02/2012)

Militar de Abril. Natural de Penafiel. Tenente-coronel. Integrou o Movimento dos Capitães e no dia 25 de Abril prestava serviço em Coimbra na Região Militar do Centro. Serviu nos Serviços de Apoio ao

Conselho da Revolução e foi co-fundador da Delegação do Norte da A25A.

(Resolução da Assembleia Geral da A25A de 29/03/2014).

Mário de Almeida Lebre

(01/04/1933 – 29/01/2006)

Militante de Abril. Natural de Miranda do Corvo. Oposicionista e apoiante da candidatura de Humberto Delgado. Perseguido pela PIDE, emigrou e acabou por se fixar no Canadá. Em 1994 fundou e dinamizou uma delegação da A25A em Toronto, que depois se tornou a Associação Cultural 25 de Abril de Toronto – Núcleo Capitão Salgueiro Maia.

(Resolução da Assembleia Geral da A25A de 23/03/2010)

Mário Dujisin

(19/12/1944 - 31/07/2024)

Militante de Abril. Jornalista chileno que trabalhou no gabinete de Salvador Allende. Exilado depois do golpe de Pinochet, esteve em Portugal em 1975 como repórter e aqui se radicou nos anos 1990. Foi um dos fundadores da Associação de Imprensa Estrangeira em Portugal.

Resolução da Assembleia Geral da A25A de 29/03/2025).

Nuno Manuel Guimarães Fisher Lopes Pires

(17/02/1930 – 11/07/2013)

Militar de Abril. Natural de Santarém. Tenente-coronel da Arma de Engenharia. Integrou o Movimento dos Capitães e, no dia 25 de Abril, esteve no Posto de Comando do MFA na Pontinha. Em Outubro de 1974 foi graduado em Brigadeiro e passou a integrar

a Junta de Salvação Nacional. Membro do Conselho da Revolução. A seu pedido passou à reserva em Maio de 1975.

(Resolução da Assembleia Geral da A25A de 29/03/2014).

Otelo Nuno Romão Saraiva de Carvalho

(31/8/1936 – 27/07/2021)

Militar de Abril. Natural de Lourenço Marques (Moçambique). Coronel da Arma de Artilharia. Integrou o Movimento dos Capitães e foi o principal responsável pelas operações militares de 25 de Abril de 1974. Comandante da Região Militar de Lisboa e do Comando Operacional do Continente (Copcon). Membro do Conselho da Revolução. Candidato presidencial em 1976 e 1980.

(Resolução da Assembleia Geral da A25A l de 24/06/2023)

Rolando Carvalho Tomás Ferreira

(03/05/1931 – 09/10/2018)

Militar de Abril. Natural de Penafiel. Coronel da Arma de Artilharia. Era tenente-coronel quando em Dezembro de 1973 tomou parte na reunião conspirativa do Movimento dos Capitães realizada na Costa da Caparica. Em Abril de 1974 comandava um Batalhão em Farim (Guiné-Bissau). Em 1982 dirigiu a instalação da A25A na região norte.

(Resolução da Assembleia Geral da A25A de 30/03/2019)

Rui Nogueira Lobo de Alarcão e Silva

(22/02/1930 – 19/08/2018)

Militante de Abril. Natural de Coimbra. Licenciado em Direito e doutorado em Ciências Jurídicas.

Professor catedrático da Universidade de Coimbra desde 1978 e seu Magnífico Reitor (1982-1998). Através de um seu despacho de 9 de Dezembro de 1984 criou o Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra. Conselheiro de Estado. (Resolução da Assembleia Geral da A25A de 30/03/2019).

Teófilo da Silva Bento

(06/12/1944 – 29/07/2020)

Militar de Abril. Natural de Miranda do Douro. Coronel. No dia 25 de Abril de 1974 comandou a força da Escola Prática de Administração Militar (EPAM) que desarmou os guardas da PSP e que, às primeiras horas desse dia, ocupou as instalações da RTP no Lumiar, que era um importante objectivo do MFA. (Resolução da Assembleia Geral da A25A de 24/06/2023).

Vasco dos Santos Gonçalves

(03/05/1921 – 11/06/2005)

Militar de Abril. Natural de Lisboa. General da Arma de Engenharia.

Integrou o Movimento dos Capitães e a Comissão de Redacção do Programa do MFA. Foi o primeiro-ministro dos II, III, IV e V Governos Provisórios (Julho de 1974 a Setembro de 1975).

(Resolução da Assembleia Geral da A25A de 25/03/2006)

Vitorino Ramalho Baptista

(22/12/1937 – 02/12/2021)

Militar de Abril. Major do Serviço Geral. Em Abril de 1974 encontrava-se em comissão em Angola, onde aderiu ao MFA. Deu grande apoio a criação da A25A,

tendo feito parte dos seus corpos sociais. (Resolução da Assembleia Geral da A25A de 24/06/2023).

Vítor Manuel Rodrigues Alves

(30/09/1935 – 09/01/2011)

Militar de Abril. Natural de Mafra. Coronel de Infantaria. Integrou o Movimento dos Capitães e no dia 25 de Abril de 1974 foi o primeiro porta-voz do MFA. Ministro sem pasta dos II e III Governos Provisórios. Ministro da Educação e Investigação Científica do VI Governo Provisório. Membro do Conselho da Revolução. Assinou o Documento dos Nove, (Resolução da Assembleia Geral da A25A de 02/04/2011).

Victor Manuel Trigueiros Crespo

(21/03/1932 – 17/12/2014)

Militar de Abril. Natural de Porto de Mós. Contra-Almirante.

Integrou o grupo de oficiais que a partir do Posto de Comando do MFA na Pontinha, conduziu as operações militares de 25 de Abril de 1974. Alto-Comissário em Moçambique (Setembro de 1974 a Junho de 1975). Ministro da Cooperação do VI Governo Provisório. Membro do Conselho da Revolução. Assinou o Documento dos Nove.

(Resolução da Assembleia Geral da A25A de 28/03/2015).

DOIS LIVROS (MAIS) SOBRE A REVOLUÇÃO

Duas obras de referência especialmente recomendadas aos leitores mais jovens

JOSÉ ARMANDO LOPES*

NO CONTEXTO DAS COMEMORAÇÕES do 50.º aniversário do 25 de Abril, chegaram-nos

às mãos dois livros, cuja leitura se recomenda, especialmente aos nossos leitores mais jovens, nascidos já depois deste acontecimento que trouxe a liberdade ao povo português, pondo fim a 48 anos de ditadura fascista

Em Abril Estórias Mil de Jaime Alexandre, podia ser *Carta de um avô à neta*, mas é mais do que isso. É livro. Todo dedicado por um avô, Jaime Fernandes – antigo professor do ensino secundário e documentalista nos jornais *A Capital* e *Diário de Notícias* e autor dos romances

Os canhões de Santarém que floriram em Lisboa e

Voando sobre um vulcão – e a neta, uma adolescente chamada Kaia, nascida e criada em Londres.



Um livro em que se explica o que foi a Guerra Colonial, um pesado fardo para a debilitada economia de um pequeno país e o que ela representou de luto e morte aqui e nas antigas colónias. Nele, o avô vai lembrando à neta o que foi este regime opressivo e a que ponto condenou o povo português à miséria de muitos e à riqueza de muito poucos, ao isolamento do Mundo por sistemáticas condenações nas instâncias internacionais e

que, à medida que definhava, reprimia cada

vez mais os povos português e das antigas colónias.

Escalabitano de nascença, Jaime Fernandes foi um destacado combatente antifascista, tendo participado activamente nas campanhas eleitorais de 1969, no distrito de Santarém, e de 1973, no de Lisboa, pela oposição democrática integrada na CDE [Comissão Democrática Eleitoral]. Este empenhamento político acabou por levá-lo duas vezes à cadeia. A primeira, quando cumpria serviço militar, depois de condenado a 22 meses de prisão, que cumpriu no Forte de Caxias, na Fortaleza de Peniche - hoje Museu Nacional da Resistência, e no Presídio Militar de Santarém; da segunda vez, voltou ao Forte de Caxias, de onde saiu no dia 27 de Abril de 1974. A fotografia da capa do livro testemunha o momento da libertação, com o autor a correr para o abraço do grande amigo, também escalabitano, o jornalista José João Louro.

"TERROR E MISÉRIA NA QUEDA DA DEMOCRACIA"

No segundo livro, a Companhia de Teatro os Quatro Ventos (CT4V), de Santo Tirso, reconhece a importância da Revolução dos Cravos, acção corajosa e heroica dos militares de Abril, que enaltecem numa peça que conduz à reflexão sobre o que foi feito e o que não se fez nos

anos que se seguiram até aos nossos dias. O texto foi escrito por Carlota Castro e Pedro Ribeiro e passou a livro com ilustrações de Francisca Lopes, gente nascida depois de 1974. Peça e livro constituem mais um contributo para as comemorações dos 50 anos do 25 de Abril.



Dizem os autores, a propósito: “Partindo do *Terror e Miséria no Terceiro Reich*, de Bertolt Brecht, *Terror e Miséria na Queda da Democracia*, produzido e editado pela Companhia de Teatro os Quatro Ventos, com co-autoria de Carlota Castro e Pedro Ribeiro, é uma criação original de teatro épico e político, que pretende colocar em perspectiva o estado do país e do mundo. Voltada para um público adolescente, move-se com o ritmo errático de um concerto de *hip-hop*, estando

ciente do poder transformador das camadas mais jovens e insubmissas”.

Esta peça foi levada à cena em estreia, em Novembro de 2021, mas, dois anos depois, Carlota Castro fundou o BALA - Núcleo Dramatúrgico e escreveu *A Revolução está no meu sótão?*, uma peça destinada ao público, dirigida por Diogo Carvalho, também com o objectivo de assinalar os 50 anos de Abril.

E ainda há quem diga que os jovens se divorciaram da Revolução dos Cravos!

* Jornalista, colaborador d'O Referencial

“ESPUMA DAS MADRUGADAS”

O ritmo, o intimismo e a musicalidade das palavras num livro de Lídia Praça, escritora e dirigente da Associação 25 de Abril

A POESIA É UM GÊNERO literário ou uma forma de expressão que revela ideias e sentimentos que são fruto da imaginação criativa do poeta e que, em prosa ou em verso, evidenciam a musicalidade das palavras e se afirmam como expressões da arte poética.

A Espuma das Madrugadas enquadra-se nesse género literário.

A autora é Lídia Praça, uma escritora cuja obra literária já é bem conhecida e que apresentou este seu novo livro de poemas no Salão Nobre do Teatro da Trindade, rodeada por amigos e por admiradores.

O livro foi editado pela Editorial Novembro e apresentado pelo escritor Alexandre Faria, inspirando-se na singularidade da madrugada que, como a autora refere, “é um momento mágico, onde a linha entre a vigília

e o sonho se torna ténue” e nele encontramos não só a poesia que constitui a espinha dorsal da obra, mas também a “prosa poética e pequenos contos, deliciosos e introspectivos, imaginários e reais, ficcionais e históricos, a roçar as fábulas, surgidos inesperadamente nas páginas como convites permanentes à intimidade, aos pensamentos e aos valores defendidos pela autora”, como salientou o apresentador do livro.

Nos seus poemas há uma ideia e uma palavra que se destacam, que são a Liberdade, que “é um acto de rebelião” e que, também, “é ar, é

alma, é amor, é um espaço aberto”.

Lídia Praça é jurista de formação e integra a direcção da Associação 25 de Abril.



“DIÁRIOS DE GOA O FIM DA ÍNDIA PORTUGUESA”

Os acontecimentos de Dezembro de 1961 de que resultou a queda da Índia Portuguesa continuam a suscitar o interesse dos investigadores

FERNANDA PARAÍSO, a arquitecta e cineasta que o público conhece através dos documentários que produziu e da exposição de que foi curadora em 2012, resgatou uma vez mais o tema dos prisioneiros, numa obra que é um marco no historial do fim da Índia Portuguesa. Quando em dezembro de 1961, tudo apontava para a iminente invasão dos territórios da Índia Portuguesa e Salazar estava vergado ao peso da sua teimosia e da sua intransigência, tratou de pedir aos militares ali em serviço “o sacrifício total” e tinha afirmado que “apenas pode haver soldados e marinheiros, vitoriosos ou mortos”. O desastre aconteceu, com Salazar e o seu regime a responsabilizarem os militares pelo que acontecera, acusando-os de cobardia. Mais de quatro mil militares foram internados em campos de prisioneiros de guerra, aí aguardando durante cinco meses que o governo português activasse os canais diplomáticos com vista à sua libertação. O regresso veio a acontecer em Maio de 1962, mas a generalidade dos prisioneiros de Goa foi hostilizada e humilhada pelo regime.

Muitos anos depois, a partir de três diários escritos em Goa, entre Dezembro de 1961 e Maio de 1962, por três prisioneiros – major Acácio Tenreiro, capitão Roberto Durão e sargento Horácio Sousa – a que a autora acrescentou inúmeras entrevistas e a consulta de vasta documentação, surgiu o livro “*Diários de Goa – O fim da Índia Portuguesa*”, uma obra essencial para a compreensão do que realmente aconteceu com os militares que Salazar quis castigar. São 624 páginas que narram os acontecimentos e que dão voz a quem os viveu, mas que também mostram a forma como o regime do Estado Novo se desresponsabilizou das suas políticas avessas aos “ventos de mudança” que sopravam no mundo, o que veio a ser inspirador para o Movimento dos Capitães e para o 25 de Abril. O prefácio da obra é assinado por Aniceto Afonso, um homem com a dupla condição de militar de Abril e de historiador. Na edição d’*O Referencial* 156-157, *Suplemento online*, publicámos um texto da autora, que nos apresenta o seu livro.

“25ABRIL74 VIVÊNCIAS E MEMÓRIA”

O FÓRUM SALGUEIRO MAIA que ocupa o átrio da nossa sede na Rua da Misericórdia, em Lisboa, continua a acolher eventos de natureza cultural próprios, ou de terceiros que cultivam os valores de Abril e apreciam o simbolismo da A25A.

Entre esses eventos destacam-se exposições e apresentação de livros.

A exposição *25abril74 Vivências e Memória* foi inaugurada no dia 17 de Junho de 2025, tendo ficando patente ao público até ao dia 31 de Julho.

Tratou-se de uma iniciativa do major Telmo Manuel da Conceição, um cidadão de Porto de Mós, que desenvolveu um interessante projecto de arte popular para comemorar o cinquen-



tenário do 25 de Abril de 1974. Com o seu dinamismo conseguiu reunir três dezenas de obras de duas dezenas de autores, sobretudo de localidades da região Centro, que utilizaram técnicas tão diversas como a pintura em azulejo, a porcelana, a moldagem do barro, o vidro, a tela, a escultura em pedra, ferro e madeira, o que proporcionou a realização de um interessante evento.

A colecção recolhida por Telmo Manuel da Conceição já foi exposta em vários municípios da região Centro e, em Abril de

2025, foi apresentada na Mairie d'Autun, em França, com o apoio da Association Portugaise d'Autun.

Errata

Corrigimos algumas gralhas surgidas nas edições em papel d'O *Referencial* 155 e d'O *Referencial* 156-157.

No n.º 155, na página 135, onde se lê Capitão de Abril, deveria ler-se Bancário de Abril; No n.º 156-157, a legenda da página 42 está errada. A versão correta é: “Natural de Valência e descendente de uma família de origem árabe, Susana Samhan é jornalista da agência de notícias espanhola EFE”. Na página 213, onde se lê Bancário de Abril, deveria ler-se Capitão de Abril; na página 215, em vez de sócio do 25 de Abril deveria estar Sócio da A25A. Pelos lapsos, pedimos desculpa aos nossos estimados leitores e aos colaboradores em causa.



O REFERENCIAL

Propriedade da Associação 25 de Abril – Pessoa colectiva de utilidade pública (Declaração 104/2002, DR II Série, n.º 9 de 18 de Abril) · Membro Honorário da Ordem da Liberdade | Presidente da direcção: Vasco Lourenço | Director: Aniceto Afonso | Editor: Licínio Lima | Colaborador editorial: José Armando Lopes | Coordenadores principais: Adelino Rodrigues da Costa, Lúcia Praça | Coordenadores: Alexandre Manuel, Armando José Garcia Pires, Carlos Branco, Fátima Lopes Cardoso, Jorge Golias, José Fanha, Rodrigo de Sousa e Castro | Conselho Editorial: Adelino Rodrigues da Costa, Alexandre Manuel, Armando José Garcia Pires, Carlos Branco, Fátima Lopes Cardoso, João Bosco Mota Amaral, João Ferreira do Amaral, Lúcia Praça, Maria Inácia Rezola, Vasco Lourenço, Viriato Soromenho Marques | Fotografia: Agência Lusa | Sede nacional, administração e redacção: Rua da Misericórdia, 95 - 1200-271 LISBOA - Telefone: 213 241 420 - Endereço electrónico: referencial@a25abril.pt | <https://a25abril.pt/> | <https://guerracolonial.pt> | delegação do Norte: Escadas do Barredo, 120, r/c, esq. - 4050-092 PORTO - Telefone: 222031197 e 917583975 - Endereço electrónico: anterors@netcabo.pt ou delnorte@a25abril.pt | delegação do Alentejo: Bairro da Esperança, Edifício 2 – Bloco 3, loja R/C, 7560-145 GRÂNDOLA | Canadá: Associação Cultural 25 de Abril (Toronto) - Núcleo Capitão Salgueiro Maia - 1117 Queen Street West Toronto, Ontario M6J 3P4 Canadá info@ac25abril.ca | Fotos: Direitos Reservados | Edição gráfica: atelier VCARDOSO, Design & Edições Av. Infante Santo, 61 - 4.º Esq. - 1350-177 Lisboa | Impressão e acabamento: NORPRINT.

Nos termos da Lei, o conteúdo dos textos assinados são da exclusiva responsabilidade dos seus autores, sendo a edição e a paginação, que inclui a escolha de fotografias e de infografias, da responsabilidade de O Referencial.

HÁ MUITAS RAZÕES PARA SER ASSOCIADO MONTEPIO. QUAL É A SUA?

Desde 1840 que acompanhamos os portugueses com soluções de poupança e proteção que preparam o futuro e apoiam o presente, em todas as fases da vida.

Se ainda não conhece as vantagens que podem mudar a sua vida, vai querer conhecer todas as razões para estarmos consigo.

Com mais de 600 mil associados, somos poupança, proteção, saúde, experiências, cultura, e muitas outras vantagens que são a razão para tudo o que alcançamos, juntos.



Saiba mais em
montepio.org

